



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO POMBA - MINAS GERAIS
LIVRO DE ATAS Nº 34

Servirá este Livro, cujas folhas são numeradas sequencialmente, para que sejam lavradas as atas de sessões da Câmara Municipal de Rio Pomba, a partir de primeiro de janeiro de 2025.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que eu, Secretário, assino com o senhor Presidente.

Rio Pomba/MG, 01 de janeiro de 2025.

VEREADORA MARIA IMACULADA NUNES
Secretária

VEREADOR IVAN FERREIRA MARTINS
Presidente da Câmara





CÂMARA MUNICIPAL DE RIO POMBA - MINAS GERAIS

Ata da Sessão Solene de Instalação da Câmara Municipal de Rio Pomba, Estado de Minas Gerais, na Legislatura 2025 a 2028. Às dez horas e trinta minutos do dia primeiro de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco, na Quadra Poliesportiva da Escola Municipal São José, localizada à Av. Dr. José Neves, nº 158, Centro, nesta cidade de Rio Pomba/MG, reuniu-se a Câmara Municipal para a sua instalação na Legislatura de 2025 a 2028. Inicialmente, foi composto o Plenário pelos nove Vereadores eleitos em seis de outubro de dois mil e vinte e quatro, a seguir relacionados: Celso Vinícius dos Santos, Demétrius Carvalho de Oliveira, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria Imaculada Nunes e Romeu Moreira Batista. O Presidente da Câmara em exercício, Gladstone Roncalli da Silva, deu abertura à Sessão Solene Especial de Instalação da Câmara Municipal para a Legislatura de 2025 a 2028 (dois mil e vinte e cinco a dois mil e vinte e oito), eleição e posse da Mesa Diretora para o biênio de 2025 e 2026 (dois mil e vinte e cinco e dois mil e vinte e seis). O Sr. Presidente convidou o sr. Demétrius Carvalho de Oliveira para as funções de Secretário *ad hoc*. Foi executado o Hino Nacional Brasileiro. Continuando os trabalhos, o Sr. Presidente e o sr. Secretário passaram à conferência das declarações de bens e dos diplomas eleitorais apresentados pelos nove candidatos eleitos para a Câmara Municipal na qualidade de titulares. Para atendimento do art. 17 da Lei Orgânica Municipal, registra-se aqui o resumo das declarações de bens entregues: Celso Vinícius dos Santos: um veículo VW/Gol, R\$10.000,00; Demétrius Carvalho de Oliveira: declarou não possuir nenhum bem; Gladstone Roncalli da Silva: declarou não possuir nenhum bem; Hedilberto Teixeira: um veículo VW/Virtus, R\$120.000,00; Ivan Ferreira Martins: um veículo VW/Golf, R\$25.000,00 - uma motocicleta Kasinski/Soft, R\$4.800,00; Jorge Luís Martins Soares: 3 hectares de terras rurais, R\$85.500,00; Juscélio Bernardino Braz: um veículo Fiat/Uno, R\$15.000,00; Maria Imaculada Nunes: depósito bancário, R\$1.000,00 - dinheiro em espécie, R\$700,00, imóvel residencial, R\$60.000,00 - um veículo Fiat/Uno, R\$25.000,00; Romeu Moreira Batista: imóvel rural 22 há, R\$70.000,00 - imóvel residencial, R\$100.000,00 - 20 cabeças de gado bovino, R\$30.000,00 - um veículo Fiat/Strada, R\$80.000,00. Estando tudo conforme determina a legislação, os eleitos em processo de posse ficaram em pé para prestarem o compromisso. Então, na forma determinada pelo art. 14 do Regimento Interno, o sr. Presidente prestou o compromisso de posse que logo depois foi confirmado pelos demais, na forma do art. 15 do Regimento Interno. Assim, cumpridas todas as formalidades regimentais, o sr. Presidente em exercício declarou empossados os Vereadores componentes da Câmara Municipal de Rio Pomba para a Legislatura de 2025 a 2028, a seguir relacionados: Celso Vinícius dos Santos, Demétrius Carvalho de Oliveira, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria Imaculada Nunes e Romeu Moreira Batista. Dando continuidade aos trabalhos, o Sr. Presidente em exercício anunciou que passaria ao processo de eleição da Mesa Diretora, quando então foi lido um resumo explicativo das normas regimentais que versam sobre o assunto. Então, em primeiro escrutínio aberto, o Sr. Presidente em exercício colocou em votação o cargo de Presidente da Câmara, recebendo votos: a) Ivan Ferreira Martins (06 votos), de Celso Vinícius dos Santos, Demétrius Carvalho de Oliveira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maria Imaculada Nunes e Romeu Moreira Batista; b) Gladstone Roncalli da Silva (03 votos), de Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira e Juscélio Bernardino Braz. Em primeiro escrutínio aberto, o Sr. Presidente em exercício colocou em votação o cargo de Vice-Presidente da Câmara, recebendo votos: a)





CÂMARA MUNICIPAL DE RIO POMBA - MINAS GERAIS

Romeu Moreira Batista (06 votos), de Celso Vinícius dos Santos, Demétrius Carvalho de Oliveira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maria Imaculada Nunes e Romeu Moreira Batista; b) Gladstone Roncalli da Silva (01 voto), do próprio; c) Hedilberto Teixeira (01 voto), do próprio; d) Juscélio Bernardino Braz (01 voto), do próprio. Então, em primeiro escrutínio aberto, o Sr. Presidente em exercício colocou em votação o cargo de Secretário da Câmara, recebendo votos: a) Maria Imaculada Nunes (06 votos), de Celso Vinícius dos Santos, Demétrius Carvalho de Oliveira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maria Imaculada Nunes e Romeu Moreira Batista; b) Gladstone Roncalli da Silva (01 voto), do próprio; c) Juscélio Bernardino Braz (02 votos), de Hedilberto Teixeira e de Juscélio Bernardino Braz. Então, em primeiro escrutínio aberto, o Sr. Presidente em exercício colocou em votação o cargo de Suplente Secretário da Câmara, recebendo votos: a) Celso Vinícius dos Santos (06 votos), de Celso Vinícius dos Santos, Demétrius Carvalho de Oliveira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maria Imaculada Nunes e Romeu Moreira Batista; b) Juscélio Bernardino Braz (02 votos), de Gladstone Roncalli da Silva e Hedilberto Teixeira; c) Hedilberto Teixeira (01 voto), de Juscélio Bernardino Braz. Concluídas as votações, o sr. Presidente em exercício declarou eleita e empossada a Mesa Diretora da Câmara para o biênio de 2025/2026, com a seguinte composição: Presidente, Vereador Ivan Ferreira Martins; Vice-Presidente, Vereador Romeu Moreira Batista; Secretária, Vereadora Maria Imaculada Nunes; Suplente de Secretário, Vereador Celso Vinícius dos Santos. Após, foram assinados os termos de posse dos nove Vereadores e da Mesa Diretora eleita. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às onze horas e cinco minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão e aprovada, segue assinada pelo sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes na sessão que a aprovou.

CELSO VINÍCIUS DOS SANTOS

DEMÉTRIUS CARVALHO DE OLIVEIRA

GLADSTONE RONCALLI DA SILVA

HEDILBERTO TEIXEIRA

IVAN FERREIRA MARTINS

JORGE LUÍS MARTINS SOARES

JUSCÉLIO BERNARDINO BRAZ

MARIA IMACULADA NUNES

ROMEU MOREIRA BATISTA





CÂMARA MUNICIPAL DE RIO POMBA - MINAS GERAIS

Ata da Sessão Solene da Câmara Municipal de Rio Pomba para Posse do Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Rio Pomba, Estado de Minas Gerais. Às onze horas e quinze minutos do dia primeiro de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco, na Quadra Poliesportiva da Escola Municipal São José, localizada à Av. Dr. José Neves, nº 158, Centro, nesta cidade de Rio Pomba/MG, o sr. Presidente da Câmara, Vereador Ivan Ferreira Martins, deu abertura à Sessão Solene Especial da Câmara Municipal para Posse do Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Rio Pomba no mandato de 2025 a 2028 (dois mil e vinte e cinco a dois mil e vinte e oito), com a presença de todos os Vereadores: Celso Vinícius dos Santos, Demétrius Carvalho de Oliveira, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria Imaculada Nunes e Romeu Moreira Batista. Foram convidados a ocuparem os lugares reservados ao lado do sr. Presidente o Prefeito eleito, Fernando Antônio Dutra Macedo, e o Vice-Prefeito eleito, Rafael Vilela Martins. Houve a execução do Hino a Rio Pomba. Registrou-se a presença de personalidades de destaque. Após, o sr. Presidente da Câmara e a Secretária, Vereadora Maria Imaculada Nunes, procederam à conferência dos diplomas eleitorais e das declarações de bens apresentados pelos srs. Prefeito e Vice-Prefeito eleitos, estando em conformidade com o exigido pela legislação. Então, conforme solicitado pelo sr. Presidente, o sr. Prefeito e o sr. Vice-Prefeito eleitos, perante a Câmara reunida e o público presente, deram cumprimento ao art. 55 da Lei Orgânica Municipal, ou seja, prestaram o compromisso legal de posse. Então, o sr. Presidente da Câmara declarou empossados os srs. Fernando Antônio Dutra Macedo como Prefeito Municipal e o sr. Rafael Vilela Martins como Vice-Prefeito para o mandato de 2025 a 2028. Então, foi assinado o termo de posse dos srs. Prefeito e Vice-Prefeito. Passando ao momento dos pronunciamentos, usaram da palavra todos os Vereadores. O Pastor Marco Aurélio Courinho Ferreira, Presidente do Conselho de Pastores, representando as igrejas de denominação evangélicas, fez uma oração pela nova administração municipal. Após, usou a palavra o Vice-Prefeito, Rafael Vilela Martins. Também o Prefeito de Rio Pomba, Fernando Antônio Dutra Macedo, fez o seu discurso. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às doze horas e quinze minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão e aprovada, segue assinada pelo sr. Presidente; por mim, Secretário; pelos srs. Prefeito e Vice-Prefeito; e demais Vereadores presentes na sessão que a aprovou.

FERNANDO ANTÔNIO DUTRA MACEDO
Prefeito

RAFAEL VILELA MARTINS
Vice-Prefeito

CELSO VINÍCIUS DOS SANTOS

DEMÉTRIUS CARVALHO DE OLIVEIRA

GLADSTONE RONCALLI DA SILVA

HEDILBERTO TEIXEIRA

IVAN FERREIRA MARTINS

JORGE LUÍS MARTINS SOARES

JUSCÉLIO BERNARDINO BRAZ

MARIA IMACULADA NUNES

ROMEU MOREIRA BATISTA

Ata da Primeira Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e dez minutos do dia três de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Celso Vinícius dos Santos, Demétrius Carvalho de Oliveira,





CÂMARA MUNICIPAL DE RIO POMBA - MINAS GERAIS

Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria Imaculada Nunes e Romeu Moreira Batista; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Ivan Ferreira Martins, que colocou em discussão e votação as atas das sessões anteriores (01/janeiro), ambas sendo aprovadas por unanimidade. Conforme art. 59 do Regimento Interno, a Secretária, Vereadora Maria Imaculada Nunes, fez a leitura da proposta de composição das comissões permanentes para o biênio de 2025/2026. Houve uma permuta solicitada pelo Vereador Hedilberto na Comissão de Obras, quando ele então passou a figurar como relator e a Vereadora Imaculada como vice. Então, com aprovação por unanimidade do plenário, as comissões ficaram assim constituídas: **Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final**: Presidente: Demétrius Carvalho de Oliveira - Vice-Presidente: Jorge Luís Martins Soares - Relator: Celso Vinícius dos Santos; **Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas**: Presidente: Maria Imaculada Nunes - Vice-Presidente: Hedilberto Teixeira - Relator: Celso Vinícius dos Santos; **Comissão de Educação, Saúde e Assistência**: Presidente: Gladstone Roncalli da Silva - Vice-Presidente: Maria Imaculada Nunes - Relator: Demétrius Carvalho de Oliveira; **Comissão de Obras e Serviços Públicos Municipais**: Presidente: Romeu Moreira Batista - Vice-Presidente: Maria Imaculada Nunes - Relator: Hedilberto Teixeira; **Comissão de Meio Ambiente e Defesa Animal**: Presidente: Juscélio Bernadino Braz - Vice-Presidente: Jorge Luís Martins Soares - Relator: Gladstone Roncalli da Silva. A seguir, foi lido o **Projeto de Lei nº 2.144, do Executivo**: Autoriza o município de Rio Pombo a conceder contribuição financeira ao Instituto Realizar de Educação, Cultura, Artes e Esportes – Unidade de Acolhimento Institucional e dá outras providências. O sr. Presidente disse projeto semelhante foi apreciado pela Câmara no final do ano passado, inclusive com explanações em sessão ordinária. Disse que o Executivo não solicitou expressamente o regime de urgência; o sr. Presidente solicitou que o plenário apreciasse a concessão do regime de urgência data a natureza do projeto. Por unanimidade, o Plenário aprovou o regime de urgência. Solicitadas a se manifestarem os membros das Comissões de Legislação, Assistência e Finanças se pronunciaram favoráveis ao projeto. Assim, o sr. Presidente submeteu o Projeto de Lei nº 2.144 à votação, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Em sequência foram lidas: a) **Celso Vinícius dos Santos**: 1) Indicação nº 08: duplicação da ponte sobre o rio São Manoel; 2) Indicação nº 09: iluminação de LED no bairro Santa Isabel; 3) Indicação nº 12: poste de rede elétrica; b) **Demétrius Carvalho de Oliveira**: 1) Indicação nº 20: estudo para criação, regulamentação e implantação do distrito industrial II; 2) Indicação nº 21: energia fotovoltaica nos prédios públicos; 3) Indicação nº 22: providências na Praça Joaquim Alves de Araújo; c) **Gladstone Roncalli da Silva**: 1) Indicação nº 19: revisão do valor do auxílio alimentação; d) **Hedilberto Teixeira**: 1) Indicação nº 03: permanência de comunidade em PSF 6; 2) Indicação nº 04: muro de arrimo na Rua Cel. José Furtado de Mendonça; 3) Indicação nº 07: edificação de praça no loteamento Nova Era; e) **Ivan Ferreira Martins**: 1) Indicação nº 10: construção de calçada (passeio) com acessibilidade; 2) Indicação nº 11: construção de calçada (passeio) com acessibilidade; f) **Jorge Luís Martins Soares**: 1) Indicação nº 02: passeio no trevo; 3) Indicação nº 05: transporte de alunos; 1) Indicação nº 06: aditivo no bairro Panorama; g) **Juscélio Bernardino Braz**: 1) Indicação nº 13: providências na ponte rural de Candongas; 2) Indicação nº 14: redutor de velocidade próximo da rodoviária; 3) Indicação nº 15: passagem elevada; h) **Maria**





CÂMARA MUNICIPAL DE RIO POMBA - MINAS GERAIS

Imaculada Nunes: 1) Indicação nº 16: benfeitorias na Rua Cel. Carlos Mendes Peixoto; 2) Indicação nº 17: atualização no sistema de informatização do cemitério municipal e demais melhorias; 3) Indicação nº 18: aquisição de soprador (aspirador). No pequeno expediente os vereadores puderam falar sobre as indicações. O sr. Presidente fez a leitura de correspondência recebida subscrita por um morador do loteamento Panorama. O Vereador Jorge solicitou apresentar um requerimento para ser deliberado hoje. O sr. Presidente disse que o regimento interno não permite apresentar requerimento dessa forma. O sr. Presidente disse que solicitará a realização de reunião com o Executivo sobre o loteamento Panorama, com a presença do representante dos moradores que subscreveu a carta recebida. O Vereador Hedilberto pediu que todos os moradores sejam convidados e o sr. Presidente falou sobre a questão de espaço para essa reunião, ao que o Vereador Hedilberto disse que poderia ser aqui na Câmara. O Vereador Romeu Moreira, como Presidente da Comissão de Obras, disse que se possível apresentará requerimento de informações diretamente ao Executivo. No grande expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre assuntos de interesse público. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e quarenta e sete minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

CELSO VINÍCIUS DOS SANTOS

DEMÉTRIUS CARVALHO DE OLIVEIRA

GLADSTONE RONCALLI DA SILVA

HEDILBERTO TEIXEIRA

IVAN FERREIRA MARTINS

JORGE LUÍS MARTINS SOARES

JUSCÉLIO BERNARDINO BRAZ

MARIA IMACULADA NUNES

ROMEU MOREIRA BATISTA





CÂMARA MUNICIPAL DE RIO POMBA - MINAS GERAIS

Ata da Segunda Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e doze minutos do dia dezessete de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Celso Vinícius dos Santos, Demétrius Carvalho de Oliveira, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria Imaculada Nunes e Romeu Moreira Batista; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Ivan Ferreira Martins, que colocou em discussão e votação a ata da sessão anterior (03/fevereiro), a qual foi aprovada por unanimidade. Tendo em vista a próxima sessão incidir na segunda-feira de carnaval, o sr. Presidente consultou o plenário e a mesma ficou marcada para o dia 10 (dez) de março. Representantes do Executivo habilitados para usar a palavra: Dr. Douglas Chaves Gomes – Dra. Stéfany Bolivar – Jeison Alvim (Sec. Administração) – Neiva Leal (Sec. Educação) – André Condé (Sec. Saúde) – Hebert Soares (Sec. Esportes...). Passando às proposições, foi lido o Projeto de Lei Complementar nº 41, do Executivo: Altera a Lei Complementar nº 17/2015, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Rio Pomba e dá outras providências. O sr. Presidente colocou sob a deliberação plenária o pedido de urgência do Executivo. O Vereador Celso Vinícius dos Santos votou a favor. O Vereador Hedilberto pediu vistas do projeto. O sr. Presidente disse que consultaria o regimento interno sobre o pedido de vistas. O Vereador Celso votou pela deliberação mais urgente do projeto. O Vereador Hedilberto disse que qualquer vereador tem direito ao pedido de vistas e se trata de um projeto de relevância que carece do parecer jurídico. Na sequência, o Vereador Gladstone disse entender que primeiramente deve ser votado o pedido de urgência. O sr. Presidente informou que o pedido de vistas deve ser apresentado a partir do parecer das comissões, de modo que o pedido foi irregular. O sr. Presidente retomou a votação do regime de urgência para o projeto, o qual foi aprovado por 06 (seis) votos de: Celso Vinícius dos Santos, Gladstone Roncalli da Silva, Romeu Moreira Batista, Maria Imaculada Nunes, Jorge Luís Martins Soares e Demétrius Carvalho de Oliveira; votando contra: Hedilberto Teixeira e Juscélio Bernardino Braz. O Vereador Hedilberto disse ser contra porque várias coisas precisam ser esclarecidas e as comissões não tiveram tempo hábil para analisar, além do fato da assessora jurídica estar ausente por motivo de saúde em família. O Vereador Jorge disse que o corpo jurídico do Executivo está presente para explicar o projeto e vê algo interessante que é a possibilidade de substituir os servidores licenciados. O Vereador Demétrius disse ser difícil analisar alguns projetos, mas existem itens importantes no projeto. O sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Legislação. O Vereador Demétrius disse que gostaria de ouvir a assessoria. O sr. Presidente então convidou e usou a palavra para explanar sobre o projeto o dr. Douglas Chaves Gomes. Houve a participação de vereadores. O sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Legislação, a qual concluiu pela legalidade. A Comissão de Finanças concluiu favorável ao projeto pelos membros Imaculada e Celso, sendo que o membro Hedilberto opinou contrário. O sr. Presidente disse que colocaria em discussão e votação o projeto de lei. O Vereador Hedilberto Teixeira pediu vistas do projeto. Votado, o pedido de vistas foi rejeitado por 06 (seis) votos de: Celso Vinícius dos Santos, Gladstone Roncalli da Silva, Romeu Moreira Batista, Maria Imaculada Nunes, Jorge Luís Martins Soares e Demétrius Carvalho de Oliveira; votando favoráveis: Hedilberto Teixeira e Juscélio Bernardino Braz. O Vereador Hedilberto lamentou não ter o direito do jurídico da Câmara, que defende os vereadores, não poder dar o seu parecer. O Vereador Gladstone disse votar a favor pela carência existente na área da saúde. O Vereador Romeu votou favorável diante dos





CÂMARA MUNICIPAL DE RIO POMBA - MINAS GERAIS

esclarecimentos do assessor jurídico da Prefeitura. O Vereador Demétrius votou favorável e falou sobre a necessidade de reformulação do regimento interno. O sr. Presidente disse que a mesa diretora e a comissão de legislação avaliarão as questões regimentais. O sr. Presidente então colocou em votação o Projeto de Lei Complementar nº 41, o qual foi aprovado por 06 (seis) votos de: Celso Vinícius dos Santos, Gladstone Roncalli da Silva, Romeu Moreira Batista, Maria Imaculada Nunes, Jorge Luís Martins Soares e Demétrius Carvalho de Oliveira; votando contra: Hedilberto Teixeira e Juscélio Bernardino Braz. O Vereador Hedilberto disse que o pedido de vistas é de três dias com o parecer da advogada que defende esta Casa, sendo que se poderia reunirem as comissões junto com a advogada e até votar a favor do projeto. A seguir, foi lido o Projeto de Lei Complementar nº 42, do Executivo: Amplia o número de vagas para os cargos públicos de agente comunitário de saúde e agente de combate à endemias criados pela Lei Complementar nº 23, de 25 de setembro de 2019. O sr. Presidente disse que, não havendo o pedido de urgência, encaminharia este projeto às comissões. Os Vereadores Gladstone, Imaculada e Demétrius pediram o regime de urgência, tendo em vista a relevância para a sociedade e a saúde. Votado, o regime de urgência foi aprovado por unanimidade. O sr. Presidente solicitou a manifestação das Comissões de Legislação, Saúde e Finanças. Todas opinaram favoravelmente ao projeto. Por fim, colocado em votação, o Projeto de Lei Complementar nº 42 foi aprovado por unanimidade. Continuando os trabalhos, foi lido o Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 2.145, da Mesa Diretora: concede a revisão geral anual do vencimento dos servidores públicos da Câmara Municipal. O sr. Presidente solicitou a manifestação das Comissões de Legislação e de Finanças (Juscélio, Hedilberto e Celso). O Vereador Demétrius explicou que o reajuste é da remuneração dos servidores da Câmara e não dos vereadores. Ambas opinaram favoráveis ao projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 2.145, o qual foi aprovado por unanimidade. Após, foi retirado por solicitação do autor, o Vereador Jorge Luís Martins Soares, o Projeto de Lei nº 2.146: Altera a Lei nº 1.741/2021, que Autoriza a utilização dos veículos do Programa Caminhos da Escola a efetuarem o transporte de estudantes do Ensino Superior de acordo com o Parágrafo Único do art. 5º da Lei Federal 12.816 de 05 de junho de 2013 e dá outras providências no Município de Rio Pomba. Então, foi lido o Projeto de Lei nº 2.147, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Dispõe sobre a concessão da redução da jornada de trabalho a servidores públicos municipais e que tenham cônjuge, filho ou dependente com deficiência. O sr. Presidente disse que o projeto ficaria em tramitação para as comissões. O autor pediu às comissões que analisem com carinho o projeto e até mesmo apresentem emendas para melhorá-lo. O Vereador Hedilberto pediu o regime de urgência, o qual foi aprovado por unanimidade. O sr. Presidente solicitou a manifestação das Comissões de Legislação (Demétrius, Gladstone e Celso), de Assistência e de Finanças. As três opinaram favoráveis ao projeto. Votado, o Projeto de Lei nº 2.147 foi aprovado por unanimidade. Seguindo a pauta, foi lido o Projeto de Lei nº 2.148, do Executivo: Dispõe sobre a revisão geral anual para os servidores públicos municipais e dá outras providências. Votado, o pedido de urgência do Chefe do Executivo foi aprovado por unanimidade. Solicitadas a se manifestarem, os membros das Comissões de Legislação e de Finanças se pronunciaram favoráveis ao projeto. Votado, o Projeto de Lei nº 2.148 foi aprovado por unanimidade. O Vereador Gladstone ressaltou que é uma luta constante sua a valorização dos servidores municipais, lembrando da atuação dos agentes de saúde no período da pandemia. Ato contínuo, foi lido o Projeto de Lei nº 2.149, do Executivo: Altera o art. 1º da Lei Municipal





CÂMARA MUNICIPAL DE RIO POMBA - MINAS GERAIS

nº 1.992/2024, que dispõe sobre a concessão de subvenção social às entidades para o exercício de 2025, e dá outras providências. O Vereador Jorge Luís disse que o projeto refaz o valor a ser repassado às escolas de samba diante da desistência de uma delas. Votado, o pedido de urgência do Chefe do Executivo foi aprovado por unanimidade. O Vereador Hedilberto elogiou a o esforço das agremiações para desfilar e pediu para o ano que vem valores maiores. A dra. Stéfany Bolivar comentou sobre o objetivo do projeto. O Vereador Demétrius lembrou que todas as entidades do município recebem subvenção. A dr. Stéfany explicou que as mesmas são votadas de um exercício para o outro. O Vereador Hedilberto disse que sua fala foi no sentido de pedir mais apoio às escolas de samba, e não polemizar. Solicitada a se manifestar, os membros da Comissão de Finanças se pronunciaram favoráveis ao projeto. Votado, o Projeto de Lei nº 2.149 foi aprovado por unanimidade. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 2.150, do Executivo: Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar convênios visando cessão de estagiário de pós-graduação à Promotoria de Justiça e ao Tribunal de Justiça da Comarca de Rio Pomba-MG e dá outras providências. A pedido do autor, o plenário aprovou o regime de urgência. O Vereador Demétrius disse se tratar de um pedido encaminhado pelo Judiciário. O sr. Presidente solicitou a manifestação das Comissões de Legislação e de Finanças. Ambas opinaram favoráveis ao projeto. Votado, o Projeto de Lei nº 2.150 foi aprovado por unanimidade. O Vereador Gladstone disse que o município de Tabuleiro já paga estagiário cedido ao Judiciário e pelos resultados serem positivos na celeridade dos processos. Seguindo a pauta, foi lido o Projeto de Lei nº 2.151, do Executivo: Dispõe sobre a reestruturação da administração pública municipal, mediante a criação de secretarias e departamento que menciona; ampliação, criação e extinção de cargos públicos na estrutura administrativa e dá outras providências. Presentes no recinto, usaram a palavra os Secretários Municipais: André Condé, Hebert Bernardino e Neiva Leal. Os Vereadores formularam perguntas e comentários durante as explanações dos secretários. O sr. Presidente colocou em votação o pedido de urgência do Chefe do Executivo, o qual o plenário aprovou unanimemente. O Vereador Hedilberto disse serem muitos cargos e fez questionamentos sobre uma outra forma que poderia ser proposto; lamentou que não se possa analisá-lo com mais tempo, mas os vereadores ficam “num bico de sinuca” por haver cargos importantes sendo criados. O sr. Presidente disse que está sendo cumprido o regimento interno e os vereadores podem dirigir suas dúvidas aos secretários municipais. A seguir, o sr. Presidente solicitou a manifestação das Comissões de Legislação, Educação, Obras e Finanças. Todas as comissões opinaram favoravelmente ao projeto. A seguir, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.151. O Vereador Celso Vinícius dos Santos votou a favor. O Vereador Hedilberto disse que não adianta pedir vistas porque vai ser derrubado e que na verdade deveria haver o parecer jurídico da Casa; citou que o projeto traz assuntos inerentes à sua luta; pediu vistas no momento de proferir seu voto. Os Vereadores Jorge e Gladstone disseram que o pedido de vistas é apresentado após as comissões. Seguindo a votação do Projeto de Lei nº 2.151, os demais Vereadores votaram favoráveis. Portanto, o mesmo ficou aprovado por unanimidade, sendo que o Vereador Hedilberto Teixeira não proferiu voto. Continuando os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 2.152, dos Vereadores Gladstone Roncalli da Silva e Romeu Moreira Batista: Dispõe sobre a realização de entregas de encomendas por trabalhadores de aplicativo em condomínios verticais, com notificação expressa nas plataformas digitais de delivery ou por telefonema. A Mesa Diretora solicitou a apreciação deste projeto em regime de urgência, o que foi aprovado pelo plenário. O Vereador Demétrius falou da necessidade de maior respeito ao





CÂMARA MUNICIPAL DE RIO POMBA - MINAS GERAIS

trabalho dos entregadores. O sr. Presidente solicitou a manifestação das Comissões de Legislação e de Obras e Serviços (Celso, Imaculada e Hedilberto), sendo que ambas opinaram favoráveis ao projeto. Ultimada a votação, o Projeto de Lei nº 2.152 foi aprovado por unanimidade. O Vereador Romeu disse ser um projeto merecido pela classe dos entregadores e visa também à segurança dos moradores. O Vereador Gladstone ressaltou que os entregadores são pais de família, muitas vezes têm dupla ou tripla jornada, e enfrentam muitas dificuldades. O Vereador Celso disse que também trabalha com entregas e reconhece a luta da classe. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 2.153, do Vereador Hedilberto Teixeira: Dispõe sobre a vacinação domiciliar das pessoas com autismo no Estado de Minas Gerais. O sr. Presidente solicitou a apreciação em regime de urgência, regime que foi colocado em votação e aprovado pelo plenário. O sr. Presidente solicitou a manifestação das Comissões de Legislação e de Saúde, sendo que ambas opinaram favoráveis ao projeto. Submetido à votação, o Projeto de Lei nº 2.153 foi aprovado por unanimidade. O sr. Presidente cedeu a palavra ao Secretário de Saúde para falar sobre as ações de combate à dengue, ainda muito necessitadas de grande participação da população. Após, foi lido o Requerimento nº 01, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: requer informações sobre os 40 anos do Curral Bonito. O autor se pronunciou. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. Em sequência foram lidos: a) Requerimento nº 02, do Vereador Hedilberto Teixeira: requer informações sobre as obras no loteamento Panorama; b) Requerimento nº 03, do Vereador Hedilberto Teixeira: requer informações sobre os cargos comissionados; c) Requerimento nº 04, do Vereador Hedilberto Teixeira: requer informações sobre a feira livre. O autor se pronunciou sobre os requerimentos. Votados, os três requerimentos do Vereador Hedilberto foram aprovados por unanimidade. Em sequência foram lidas: a) Celso Vinícius dos Santos: 1) Indicação nº 34: calçamento e extensão de iluminação pública nas ruas projetadas no bairro Santa Isabel; 2) Indicação nº 35: calçamento e extensão de iluminação pública no final da Rua Antônio Mota Campos - bairro Santa Isabel; b) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 29: investimento em mobiliários urbanos; 2) Indicação nº 37: construção da Praça da Juventude; 3) Indicação nº 38: reformulação e reajuste da remuneração do projeto Juventude Ativa (Pró-Jovem); c) Hedilberto Teixeira: 1) Indicação nº 31: aumento no valor do aluguel social; 2) Indicação nº 33: quebra-molas na Rua Antônio Mota Campos; d) Ivan Ferreira Martins: 1) Indicação nº 28: instalação de sistema de hidratação na Praça Dr. Último de Carvalho; e) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 01: criação de mirante turístico; 2) Indicação nº 23: recebimento de imóvel em doação – Unidos do Tejuco; 3) Indicação nº 36: transporte público regular na vila do IF; f) Juscélio Bernardino Braz: 1) Indicação nº 27: capina e limpeza em todas as ruas e zonas rurais do município; 2) Indicação nº 41: construção de ponte de concreto no Bomjardim; 3) Indicação nº 42: providências na Rua Cel. Francisco Vieira Bomtempo; g) Maria Imaculada Nunes: 1) Indicação nº 24: funcionamento e reforma dos sanitários públicos da Praça Alcides Marangon Macedo; 2) Indicação nº 25: guaritas (abrigo) em todos os pontos de ônibus circular do município; 3) Indicação nº 26: construção de banheiros nas praças públicas da cidade; h) Hedilberto Teixeira e Juscélio Bernardino Braz: 1) Indicação nº 32: reajuste de diária dos motoristas da Prefeitura. No pequeno expediente os Vereadores Demétrius, Jorge e Ivan falaram sobre as indicações. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte e uma horas e cinquenta e um minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.





CÂMARA MUNICIPAL DE RIO POMBA - MINAS GERAIS

CELSO VINÍCIUS DOS SANTOS

DEMÉTRIUS CARVALHO DE OLIVEIRA

GLADSTONE RONCALLI DA SILVA

HEDILBERTO TEIXEIRA

IVAN FERREIRA MARTINS

JORGE LUÍS MARTINS SOARES

JUSCÉLIO BERNARDINO BRAZ

MARIA IMACULADA NUNES

ROMEU MOREIRA BATISTA





CÂMARA MUNICIPAL DE RIO POMBA - MINAS GERAIS

Ata da Terceira Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e cinco minutos do dia dez de março de dois mil e vinte e cinco, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Celso Vinícius dos Santos, Demétrius Carvalho de Oliveira, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria Imaculada Nunes e Romeu Moreira Batista; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Ivan Ferreira Martins, que colocou em discussão e votação a ata da sessão anterior (17/fevereiro), a qual foi aprovada por unanimidade. O sr. Presidente comunicou que o Executivo respondeu ao Requerimento nº 03. Passando às proposições, foi lido o Projeto de Lei nº 2.154, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Denomina rua com o nome de Nilza de Carvalho. O sr. Presidente disse que o deixaria em tramitação se fosse desejo de algum vereador, ou poderia colocá-lo em apreciação se as comissões se manifestarem. O Vereador Jorge falou da necessidade de incluir a rua em questão nos projetos de urbanização e comentou sobre a pessoa homenageada. O Vereador Romeu também falou sobre a homenageada. O sr. Presidente o encaminhou para análise da Comissão de Legislação (o Vereador Demétrius foi substituído por Juscélio e o Vereador Jorge foi substituído por Gladstone). Os membros da Comissão de Legislação manifestaram a possibilidade de analisar o projeto desde já e manifestaram pela sua legalidade. O sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.154, o qual foi aprovado por unanimidade. A Vereadora Maria Imaculada lembrou da importância da homenagem próximo ao Dia Internacional da Mulher. O Vereador Demétrius também falou sobre a pessoa homenageada. A seguir, após comentário explicativo do sr. Presidente, foi lido o Projeto de Lei nº 2.155, da Mesa Diretora: Altera a Lei nº 1.194, que Dispõe Sobre o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos da Câmara Municipal de Rio Pomba. O sr. Presidente falou sobre o processo de criação deste projeto, que se justifica pelo acúmulo de tarefas do quadro atual de servidores; citou que a nova lei de licitações determina um cargo efetivo para as licitações e que o quadro ora criado visa agilizar alguns processos; em nome da Mesa Diretora, pediu o regime de urgência especial e a manifestação das Comissões de Legislação e de Finanças (a Vereadora Imaculada foi substituída por Gladstone). Ambas as comissões manifestaram favoráveis ao projeto. O Vereador Demétrius lembrou que a Câmara já contratou empresa para assessorá-la nas licitações e concordou sobre a necessidade de um cargo efetivo para isso. O Vereador Gladstone ressaltou que está sendo criado apenas um cargo. O Vereador Hedilberto perguntou se será feito processo seletivo ou caberá à presidência nomear, ao que o sr. Presidente respondeu que será indicação. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.155, o qual foi aprovado por unanimidade. Seguindo os trabalhos, foi lido o Requerimento nº 05, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: requer informações sobre a proliferação de caramujos. O autor falou sobre o requerimento. Votado, o Requerimento nº 05 foi aprovado por unanimidade. A seguir, foi lido o Requerimento nº 06, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: requer informações sobre aplicação de lei municipal. O autor falou sobre o requerimento. Votado, o Requerimento nº 06 foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, foi lido o Requerimento nº 08, do Vereador Hedilberto Teixeira: requer informações sobre o piso nacional da enfermagem. O autor falou sobre o requerimento. Votado, o Requerimento nº 08 foi aprovado por unanimidade. O Vereador Hedilberto disse que retirou de pauta o Requerimento nº 09, onde ia requisitar informações sobre o carnaval, para que possa melhor elaborá-lo. Continuando os trabalhos, foi lido o Requerimento nº 10: requer informações sobre serviços prestados em unidades de saúde. Os Vereadores Gladstone e Demétrius falaram sobre o objetivo do





CÂMARA MUNICIPAL DE RIO POMBA - MINAS GERAIS

requerimento relacionado às obras realizadas nas UBS's. Votado, o Requerimento nº 10 foi aprovado por unanimidade. Em sequência foram lidas: a) Celso Vinícius dos Santos: 1) Indicação nº 52: instalação de quebra-molas nas ruas que menciona; 2) Indicação nº 58: cobertura na Praça Ruy Batista Santiago; b) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 39: veículo coletivo para a Secretaria de Esportes; 2) Indicação nº 48: construção de passeio (calçada); 3) Indicação nº 61: manutenção geral dos bueiros e pontos de verificação da av. Manoel Fernandes; c) Gladstone Roncalli da Silva: 1) Indicação nº 59: incentivo financeiro adicional aos ACS e ACE; 2) Indicação nº 60: recuperação da escola Municipal Severino Costa Vieira; d) Hedilberto Teixeira: 1) Indicação nº 51: pulverização com o carro fumacê na cidade; 2) Indicação nº 56: construção de trevo de acesso ao bairro Lindo Vale; 3) Indicação nº 57: dar cumprimento na Lei nº 1.922/2023; e) Ivan Ferreira Martins: 1) Indicação nº 44: asfaltamento da Praça do Compromisso; 2) Indicação nº 45: calçamento em estrada rural de Carmos; 3) Indicação nº 46: asfaltamento de ruas no bairro Sol Nascente; f) Juscélio Bernardino Braz: 1) Indicação nº 43: estabelecimento de títulos nos concursos e processos seletivos municipais; 2) Indicação nº 49: proibição de parar e estacionar em trecho da Rua Péricles de Queiroz; 3) Indicação nº 50: iluminação na Av. do Contorno – trecho da MG-133; g) Maria Imaculada Nunes: 1) Indicação nº 54: construção de canteiro em forma circular; 2) Indicação nº 55: veículo destinado para transporte na saúde; h) Romeu Moreira Batista: 1) Indicação nº 62: Praça Vereador Joaquim Nunes Martins. No pequeno expediente os Vereadores puderam falar sobre as indicações. Às dezenove horas e quinze minutos, aberta a ordem do dia, os vereadores inscritos puderam falar sobre assuntos de interesse público. Os Vereadores Hedilberto, Demétrius, Gladstone e Ivan se pronunciaram sobre os fatos lamentáveis ocorridos no carnaval. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e trinta minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

CELSON VINÍCIUS DOS SANTOS

DEMÉTRIUS CARVALHO DE OLIVEIRA

GLADSTONE RONCALLI DA SILVA

HEDILBERTO TEIXEIRA

IVAN FERREIRA MARTINS

JORGE LUÍS MARTINS SOARES

JUSCÉLIO BERNARDINO BRAZ

MARIA IMACULADA NUNES

ROMEU MOREIRA BATISTA

Ata da Quarta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e cinco minutos do dia dezessete de março de dois mil e vinte e cinco, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Celso Vinícius dos Santos, Demétrius Carvalho de Oliveira, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria Imaculada Nunes e Romeu Moreira Batista; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Ivan Ferreira Martins, que colocou em discussão e votação





CÂMARA MUNICIPAL DE RIO POMBA - MINAS GERAIS

a ata da sessão anterior (10/março), a qual foi aprovada por unanimidade. O sr. Presidente comunicou o recebimento do processo de prestação de contas do Executivo Municipal, referente ao exercício de 2023, com parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado; disse que já foi encaminhado à Comissão de Finanças; que o gestor já foi notificado; e que os vereadores têm trinta dias para pedir informações à Comissão de Finanças. Seguindo os trabalhos, foi lido o Requerimento nº 07, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: requer informações sobre a existência de mata-burros com vão central aberto. O autor falou sobre o requerimento, que visa um levantamento desses mata-burros; lembrou que é uma lei da saudosa Vereadora Ducarmo; citou relatos de pessoas e veículos que caem nos vãos dos mataburros. O Vereador Romeu Moreira falou sobre a necessidade do fechamento dos mata-burros. Votado, o Requerimento nº 07 foi aprovado por unanimidade. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 63: melhorias na comunidade rural da Serrinha; 2) Indicação nº 64: edificação da Praça Governador Milton Campos; 3) Indicação nº 65: iluminação pública na Rua Casuarina, bairro Belvedere; b) Ivan Ferreira Martins: 1) Indicação nº 53: instalação de relógio digital na Praça Dr. Último de Carvalho. No pequeno expediente os Vereadores puderam falar sobre as indicações. Aberta a ordem do dia, os vereadores inscritos puderam falar sobre assuntos de interesse público. O Vereador Hedilberto solicitou ao sr. Presidente que verifique junto ao Executivo sobre alguns requerimentos que ainda não foram respondidos. O sr. Presidente disse que a legislação sobre o pedido de informações será cumprida. Foi abordado sobre a necessidade de manutenção e conservação do cemitério municipal; também sobre a necessidade de apoio aos estudantes do EJA (Educação de Jovens e Adultos). Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezoito horas e quarenta e sete minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

IVAN FERREIRA MARTINS
Presidente da Câmara

MARIA IMACULADA NUNES
Secretária

CELSO VINÍCIUS DOS SANTOS

DEMÉTRIUS CARVALHO DE OLIVEIRA

GLADSTONE RONCALLI DA SILVA

HEDILBERTO TEIXEIRA

JORGE LUÍS MARTINS SOARES

JUSCÉLIO BERNARDINO BRAZ

ROMEU MOREIRA BATISTA

Ata da Quinta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e nove minutos do dia sete de abril de dois mil e vinte e cinco, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Celso Vinícius dos Santos, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria Imaculada Nunes e Romeu Moreira Batista; ausente o Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Ivan Ferreira Martins, que colocou em discussão e votação a ata da sessão anterior (17/março), a qual foi aprovada pela unanimidade dos presentes. O sr. Presidente comunicou que a próxima sessão ordinária será no dia vinte e dois de abril, em função do feriado do dia 21. O sr. Presidente informou que o Executivo respondeu aos





CÂMARA MUNICIPAL DE RIO POMBA - MINAS GERAIS

seguintes requerimentos: a) Requerimento 05, caramujos; b) Requerimento 10, reformas em UBS, os quais estão à disposição na secretaria. A seguir, foi lida a Portaria nº 491, da Presidência da Câmara. Seguiu tramitando o processo de julgamento das contas do Executivo do exercício de 2023. Passando às proposições, foi lido o Projeto de Lei nº 2.156, do Executivo: Autoriza a abertura de crédito adicional especial ao orçamento da Câmara Municipal para 2025 e dá outras providências. A mesa diretora apresentou um pedido de urgência especial, o qual foi aprovado pelo plenário. Solicitada a se manifestar, a Comissão de Finanças opinou favoravelmente ao projeto. Então, colocado em votação, o Projeto de Lei nº 2.156 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 2.157, do Executivo: Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder a abertura de crédito especial no orçamento em vigência do Município de Rio Pomba para pagamento de parcelamento junto à Funasa e dá outras providências. O sr. Presidente consultou e o plenário concedeu a palavra à dra. Stefany, assessora jurídica do Executivo, para falar sobre a proposição. Na oportunidade, a assessora jurídica pode explanar sobre os objetivos do projeto. Solicitadas a se manifestarem, as Comissões de Legislação e de Finanças opinaram favoravelmente ao projeto. Então, colocado em votação, o Projeto de Lei nº 2.157 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Dando continuidade, foi lido o Projeto de Lei nº 2.158, do Executivo: Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder a abertura de crédito especial para aquisição de ônibus escolar no orçamento em vigência do Município de Rio Pomba e dá outras providências. Solicitadas a se manifestarem, as Comissões de Legislação (Demétrius foi substituído por Romeu) e de Finanças opinaram favoravelmente ao projeto. Então, colocado em votação, o Projeto de Lei nº 2.158 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 2.159, do Executivo: Autoriza o Poder Executivo a celebrar acordo em processos administrativos e a transacionar em processos judiciais em que o município de Rio Pomba for interessado, autor, réu ou tiver interesse jurídico na qualidade de assistente ou oponente e dá outras providências. A dra. Stefany, assessora jurídica municipal, se pronunciou. O Vereador Hedilberto disse que se for consultado o pedido de urgência, pedirá vistas do mesmo. O sr. Presidente disse que já estava acordado em deixá-lo tramitando, e o encaminhou para as Comissões de Legislação e de Finanças. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 2.160, do Executivo: Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder a abertura de crédito especial no orçamento em vigência do município de Rio Pomba para cobertura das despesas de aplicação dos recursos da Lei Aldir Blanc com premiações e dá outras providências. A dra. Stefany, assessora jurídica municipal, se pronunciou. Solicitada a se manifestar, a Comissão de Finanças opinou favoravelmente ao projeto. Então, colocado em votação, o Projeto de Lei nº 2.160 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Ato contínuo, foram lidos: a) Projeto de Lei nº 2.161, do Executivo: Cria o Programa de Transporte ao estudante de Rio Pomba que reside em Viçosa para fins de formação acadêmica e dá outras providências; b) Emenda 01, do Vereador Jorge, ao Projeto de Lei nº 2.161. O Vereador Jorge falou sobre a sua emenda. O sr. Presidente solicitou a manifestação das Comissões de Legislação (Demétrius foi substituído por Gladstone), Educação (Demétrius foi substituído por Juscélio) e Finanças. As três comissões manifestaram-se favoráveis ao projeto e à emenda. O sr. Presidente colocou em votação a Emenda Modificativa, que foi aprovada pela unanimidade dos presentes, e a seguir o Projeto de Lei nº 2.161, que também foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Continuando a pauta, foi lido o Projeto de Lei nº 2.162, do Executivo: Altera o *caput* do art. 15 da Lei Municipal nº 1.469/14, que dispõe sobre o auxílio-alimentação dos servidores municipais,





CÂMARA MUNICIPAL DE RIO POMBA - MINAS GERAIS

para incluir os secretários municipais e assessor jurídico como beneficiários. O sr. Presidente solicitou a manifestação das Comissões de Legislação (Demétrius foi substituído por Romeu) e Finanças. Ambas as comissões se manifestaram favoráveis ao projeto. O sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.162, que foi aprovado pela unanimidade dos presentes. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 2.163, do Executivo: Dispõe sobre a revisão geral anual do subsídio do assessor jurídico e dos agentes políticos municipais do Poder Executivo. O sr. Presidente solicitou a manifestação das Comissões de Legislação (Demétrius foi substituído por Gladstone) e Finanças. Ambas as comissões se manifestaram favoráveis ao projeto. O sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.163, que foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Continuando os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 2.164, do Executivo: Altera dispositivos da Lei Municipal nº 1.974, de 21 de agosto de 2024, que dispõe sobre a concessão de auxílio alimentação aos motoristas do município de Rio Pomba-MG. A pedido do Vereador Hedilberto, o sr. Presidente solicitou a manifestação da dra. Stefany, assessora jurídica municipal, a qual respondeu a questionamentos de vereadores. O sr. Presidente solicitou a manifestação das Comissões de Legislação (Demétrius foi substituído por Romeu) e Finanças. Ambas as comissões se manifestaram favoráveis ao projeto. O sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.164, que foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 2.165, do Vereador Ivan Ferreira Martins: Dispõe sobre a proibição de execução musical, nas instituições escolares e eventos carnavalescos, de músicas com letras que façam apologia ao crime, ao uso de drogas e/ou que expressem conteúdos sexuais. O autor falou sobre a proposição. O sr. Presidente solicitou a manifestação das Comissões de Legislação (Demétrius foi substituído por Romeu) e Educação (Demétrius foi substituído por Hedilberto). Ambas as comissões se manifestaram favoráveis ao projeto. O sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.165, que foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Houve a manifestação favorável de vereadores. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 2.166, da Mesa Diretora: Institui o auxílio-alimentação para os servidores e vereadores da Câmara Municipal de Rio Pomba. O sr. Presidente comentou sobre este projeto e os estudos realizados. O sr. Presidente solicitou a manifestação das Comissões de Legislação (Demétrius foi substituído por Juscélio) e Finanças (Imaculada foi substituída por Jorge). Ambas as comissões se manifestaram favoráveis ao projeto. O sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.166, que foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Seguindo a pauta, foi lido o Projeto de Resolução nº 378, da Mesa Diretora: Dispõe sobre a revisão geral anual do subsídio dos agentes políticos do Poder Legislativo. O sr. Presidente solicitou a manifestação das Comissões de Legislação (Demétrius foi substituído por Romeu) e Finanças (Imaculada foi substituída por Juscélio). Ambas as comissões se manifestaram favoráveis ao projeto. O sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Resolução nº 378, que foi aprovado pela unanimidade dos presentes. O Vereador Gladstone informou que o projeto trata de revisão geral anual e não aumento, conforme determinado pela legislatura anterior. Em sequência foram lidas: a) Celso Vinícius dos Santos: 1) Indicação nº 73: reforma e revitalização no parquinho da rodoviária; 2) Indicação nº 74: sinalização vertical de regulamentação na Rua Antônio Mota Campos; 3) Indicação nº 76: construção de pista de motocross e velcross no terreno da Usina; b) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 67: construção de praça pública; 2) Indicação nº 68: adicional de insalubridade para varredores de rua; 3) Indicação nº 78: instalação de academia ao ar livre; c) Gladstone Roncalli da Silva: 1) Indicação nº 69: substituição de lâmpadas convencionais por





CÂMARA MUNICIPAL DE RIO POMBA - MINAS GERAIS

LED; 2) Indicação nº 75: manutenção das escolas rurais do Monte Alegre e Candongas; d) Hedilberto Teixeira: 1) Indicação nº 66: criação de um centro de fisioterapia na “Amélia”; 2) Indicação nº 77: conceder adicional de insalubridade aos ACS's; 3) Indicação nº 83: cumprimento das emendas impositivas; e) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 72: instalação de placa em homenagem ao Sylvio Caiafa; 2) Indicação nº 79: providências na quadra do Cras; 3) Indicação nº 87: recanto Sítio da Lola; f) Juscélio Bernardino Braz: 1) Indicação nº 80: limpeza nas imediações da Rua Henrique Dias Saraiva; 2) Indicação nº 82: proceder limpeza e revitalização em praça; g) Maria Imaculada Nunes: 1) Indicação nº 88: reparos em corrimão; 1) Indicação nº 89: centro especializado para atenção ao idoso; h) Romeu Moreira Batista: 1) Indicação nº 70: implementação do sistema TEVAP; 2) Indicação nº 71: providências no terminal rodoviário; 3) Indicação nº 90: extensão do perímetro urbano. No pequeno expediente os Vereadores puderam falar sobre as indicações. Aberta a ordem do dia, os vereadores inscritos puderam falar sobre assuntos de interesse público. O Vereador Hedilberto falou sobre pregão eletrônico que o Executivo anunciou tendo como objeto a locação de dois automóveis; disse não ter nada contra, mas calculou que em quatro anos a administração pagaria esses dois carros; sugeriu que a compra dos automóveis seria mais viável e certamente o Legislativo aprovaria. O Vereador Gladstone falou sobre a realização de treinamento em pronto socorro hospitalar, algo muito importante para as escolas municipais; falou também sobre decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais de reformar o fórum, mantendo-se o mesmo na comarca em vez da construção de um novo. O Vereador Romeu agradeceu ao Prefeito e ao Claudinho pela limpeza feita no cemitério. O Vereador Ivan registrou a presença da nova funcionária da Câmara, Flávia Costa e Silva. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e vinte e oito minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretária; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

IVAN FERREIRA MARTINS
Presidente da Câmara

MARIA IMACULADA NUNES
Secretária

CELSO VINÍCIUS DOS SANTOS

DEMÉTRIUS CARVALHO DE OLIVEIRA

GLADSTONE RONCALLI DA SILVA

HEDILBERTO TEIXEIRA

JORGE LUÍS MARTINS SOARES

JUSCÉLIO BERNARDINO BRAZ

ROMEU MOREIRA BATISTA





CÂMARA MUNICIPAL DE RIO POMBA - MINAS GERAIS

Ata da Sexta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e sete minutos do dia vinte e dois de abril de dois mil e vinte e cinco, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Celso Vinícius dos Santos, Demétrius Carvalho de Oliveira, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria Imaculada Nunes e Romeu Moreira Batista; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Ivan Ferreira Martins, que informou que o Executivo respondeu aos seguintes requerimentos: a) Requerimento 01, curral bonito; b) Requerimento 02, obras no Panorama; c) Requerimento 04, feira livre; b) Requerimento 06, casamento comunitário; b) Requerimento 08, piso da enfermagem. Seguiu tramitando o processo de julgamento das contas do Executivo do exercício de 2023. Seguiu tramitando o Projeto de Lei nº 2.159, do Executivo: Autoriza o Poder Executivo a celebrar acordo em processos administrativos e a transacionar em processos judiciais em que o município de Rio Pomba for interessado, autor, réu ou tiver interesse jurídico na qualidade de assistente ou oponente e dá outras providências; enquanto aguarda alteração pelo Executivo. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 2.167, do Executivo: Autoriza o Poder Executivo do município de Rio Pomba a firmar convênio de apoio às micro e pequenas empresas de Minas Gerais – Sebrae/MG visando instituir o Programa de Aprimoramento da Qualidade do Leite no Município de Rio Pomba/MG, promovendo a melhoria genética dos rebanhos. O Vereador Ivan Ferreira Martins explanou sobre os objetivos do projeto. Os Vereadores Jorge e Demétrius também se pronunciaram pela importância do projeto. Votado, o pedido de urgência do Chefe do Executivo foi aprovado por unanimidade. Solicitadas a se manifestarem, os membros das Comissões de Legislação, de Serviços e de Finanças se pronunciaram favoráveis ao projeto. Votado, o Projeto de Lei nº 2.167 foi aprovado por unanimidade. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 2.168, do Executivo: Dispõe sobre a instalação e funcionamento de circos itinerantes no Município de Rio Pomba, Minas Gerais e dá outras providências. Este projeto seguiu tramitando e foi encaminhado para análise das comissões de Legislação, Serviços e Finanças. Seguindo a pauta, foi lido o Projeto de Lei nº 2.169, do Vereador Juscélio Bernardino Braz: Autoriza o Poder Executivo a destinar espaço para a prática de manobras com motocicletas, o Wheeling, e cria a rua do grau no município de Rio Pomba. Este projeto seguiu tramitando e foi encaminhado para análise das comissões de Legislação e de Educação. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 2.170, do Vereador Juscélio Bernardino Braz: Dispõe sobre a padronização, alinhamento e identificação da fiação aérea no município de Rio Pomba. Este projeto seguiu tramitando e foi encaminhado para análise das comissões de Legislação e de Serviços. Seguindo a pauta, foi lido o Projeto de Lei nº 2.171, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Institui a Carteira de Identificação da Pessoa Portadora de Fibromialgia. Este projeto seguiu tramitando e foi encaminhado para análise das comissões de Legislação (Jorge foi substituído por Gladstone) e de Saúde. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 2.172, do Executivo: Autoriza o Poder Executivo a ceder uso de imóvel para atendimento de projeto educacional em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – Campus Rio Pomba, e dá outras providências. O sr. Presidente consultou se os vereadores desejavam a manifestação da assessora jurídica do Executivo. Votado, o pedido de urgência do Chefe do Executivo foi aprovado por unanimidade. Solicitadas a se manifestarem, os membros das Comissões de Legislação, de Educação e de Finanças se pronunciaram favoráveis ao projeto. Votado, o Projeto de Lei nº 2.172 foi aprovado por unanimidade. A seguir, foi lido o Requerimento nº 11, do Vereador Hedilberto Teixeira: Requer





CÂMARA MUNICIPAL DE RIO POMBA - MINAS GERAIS

informações sobre iluminação nos trechos que menciona. Continuando os trabalhos, foi lido o Requerimento nº 12, do Vereador Hedilberto Teixeira: Requer informações sobre o pagamento do piso da enfermagem. Após, foi lido o Requerimento nº 13, do Vereador Hedilberto Teixeira: Requer informações sobre ponte rural. Na forma do art. 155 do Regimento Interno, foi apresentado o Requerimento nº 14, do Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira: Requer informações sobre o conselho do idoso. O Vereador Hedilberto Teixeira falou sobre os objetivos dos seus requerimentos. O Vereador Demétrius falou sobre o Requerimento nº 14. O Vereador Demétrius perguntou se os requerimentos não seriam votados. O sr. Presidente respondeu que, como não houve manifestação contrária, entendeu-se que os mesmos foram aprovados. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 94: implantação de placas de identificação; 2) Indicação nº 95: passagem elevada para pedestres no Jardim América; 3) Indicação nº 96: sede para Corpo de Bombeiros e SAMU no antigo DER; b) Gladstone Roncalli da Silva: 1) Indicação nº 92: melhorias no sinal de telefonia celular e de serviço da internet; c) Hedilberto Teixeira: 1) Indicação nº 97: área designada ou local apropriado para a prática do grau de rua “Wheeling”; 2) Indicação nº 98: instalação de playground na Estação; 3) Indicação nº 99: muro de contenção às margens da MG-133, próximo ao Rosa Mística e limpeza do bairro; d) Juscélio Bernardino Braz: 1) Indicação nº 85: instalação de bueiro na Rua Wilson S. Menezes; 2) Indicação nº 86: instalação de bueiro na Av. João B. Santiago; 3) Indicação nº 91: implantação do estacionamento rotativo no centro; e) Maria Imaculada Nunes: 1) Indicação nº 93: implementação do Programa de Castração na zona rural. No pequeno expediente os Vereadores puderam falar sobre as indicações. O Vereador Hedilberto, sobre o Projeto de Lei nº 2.169, disse que na legislatura anterior não teve segurança para votar projeto semelhante, mas agora vê com outros olhos e que o movimento está contando com apoios importantes. O Vereador Romeu Moreira disse que levou o apoio sobre a pista do grau ao sr. Prefeito. O Vereador Ivan disse que o projeto será discutido e votado pela Câmara na forma regimental. O Vereador Jorge disse que a cidade precisa desse espaço para o grau de rua e se manifestou favorável; disse que fará emenda ao projeto para incrementá-lo. Aberta a ordem do dia, os vereadores inscritos puderam falar sobre assuntos de interesse público. O Vereador Demétrius falou sobre assuntos diversos. O Vereador Hedilberto Teixeira falou sobre os cem dias de governo transcorridos e pediu ao Executivo que viabilize uma atenção maior às necessidades da zona rural; relatou outras necessidades da população; lamentou que ele e o Vereador Juscélio não têm sido convidados para reuniões do Executivo. O Vereador Romeu Moreira disse que os trabalhos na zona rural passam mais dificuldades pela falta de mão de obra. O Vereador Gladstone apoiou o Vereador Hedilberto nas suas reivindicações, reconheceu a fala do Vereador Romeu e relatou questões da saúde. O Vereador Ivan também falou sobre carências no setor da saúde com relação à contratação de médicos. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e quarenta e nove minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretária; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

IVAN FERREIRA MARTINS
Presidente da Câmara

MARIA IMACULADA NUNES
Secretária

CELSON VINÍCIUS DOS SANTOS

DEMÉTRIUS CARVALHO DE OLIVEIRA





CÂMARA MUNICIPAL DE RIO POMBA - MINAS GERAIS

GLADSTONE RONCALLI DA SILVA

HEDILBERTO TEIXEIRA

JORGE LUÍS MARTINS SOARES

JUSCÉLIO BERNARDINO BRAZ

ROMEU MOREIRA BATISTA





CÂMARA MUNICIPAL DE RIO POMBA - MINAS GERAIS

Ata da Sétima Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e oito minutos do dia cinco de maio de dois mil e vinte e cinco, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Celso Vinícius dos Santos, Demétrius Carvalho de Oliveira, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria Imaculada Nunes; ausente o Vereador Romeu Moreira Batista; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Ivan Ferreira Martins, que colocou em discussão e votação a ata da sessão anterior (07/abril), a qual foi aprovada pela unanimidade dos presentes. Passando às proposições, foram lidos: a) Parecer nº 01, da Comissão de Finanças: Prestação de contas da Prefeitura referente ao exercício de 2023 - Aprovação das contas; b) Projeto de Decreto Legislativo nº 227, da Comissão de Finanças: Aprova as contas da Prefeitura de Rio Pomba do exercício de 2023. O sr. Presidente informou que será votado na próxima sessão. Continuando os trabalhos, seguiu tramitando o Projeto de Lei nº 2.159, do Executivo: Autoriza o Poder Executivo a celebrar acordo em processos administrativos e a transacionar em processos judiciais em que o município de Rio Pomba for interessado, autor, réu ou tiver interesse jurídico na qualidade de assistente ou oponente e dá outras providências. Após, o sr. Presidente consultou o plenário quanto à possibilidade de votar hoje o Projeto de Lei nº 2.168, do Executivo: Dispõe sobre a instalação e funcionamento de circos itinerantes no Município de Rio Pomba, Minas Gerais e dá outras providências. O sr. Presidente falou brevemente sobre o objetivo do projeto e perguntou se as comissões gostariam de se manifestar verbalmente. O Vereador Demétrius disse se tratar de um projeto bom com retorno de benefícios aos alunos municipais. O sr. Presidente pediu que se manifestassem as comissões de Legislação, Serviços (Romeu foi substituído por Gladstone) e Finanças. As três comissões opinaram favoravelmente ao projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.168, o qual foi aprovado pela unanimidade dos presentes. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 2.169, do Vereador Juscélio Bernardino Braz: Autoriza o Poder Executivo a destinar espaço para a prática de manobras com motocicletas, o Wheeling, e cria a rua do grau no município de Rio Pomba. O mesmo seguiu tramitando para análise das Comissões de Legislação e de Educação, no caráter desportivo. O sr. Presidente anunciou a tramitação do Projeto de Lei nº 2.170, do Vereador Juscélio Bernardino Braz: Dispõe sobre a padronização, alinhamento e identificação da fiação aérea no município de Rio Pomba. O Vereador Hedilberto sugeriu ser votado hoje pela extrema urgência e necessidade. O Vereador Jorge sugeriu que as comissões emitam os pareceres por escrito, por se tratar de um assunto que poderá ter questionamentos futuros. O sr. Presidente pediu que as comissões se reúnam e tragam pareceres escritos. Seguiu tramitando o Projeto de Lei nº 2.171, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Institui a Carteira de Identificação da Pessoa Portadora de Fibromialgia. Continuando a pauta, foi lido o Projeto de Lei nº 2.173, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Autoriza o município de Rio Pomba a conceder gratuitamente o dispositivo de monitorização de glicose por escaneamento intermitente para pessoas diagnosticadas com diabetes mellitus. O mesmo seguiu tramitando para análise das Comissões de Legislação (Jorge foi substituído por Gladstone), de Saúde e de Finanças. Ato contínuo, foi lido o Projeto de Resolução nº 379, do Vereador Ivan Ferreira Martins: Altera a Resolução nº 265/2007, que regulamenta o Uso do Veículo da Câmara Municipal de Rio Pomba. O sr. Presidente explicou os objetivos da proposição. O Vereador Hedilberto disse que complica um pouco saber onde o carro foi usado ou não, mas o relatório traz uma transparência maior, independente de quem seja o usuário. O Vereador Demétrius disse que o funcionário da Câmara faz um controle bem





CÂMARA MUNICIPAL DE RIO POMBA - MINAS GERAIS

organizado do uso do carro, e coletar um atestado em todos os lugares que o carro vai não é funcional. O Vereador Ivan disse que para viagens externas vai ser mantido o controle. O Vereador Jorge sugeriu a tramitação e os pareceres escritos. Este projeto seguiu tramitando para análise da Comissão de Legislação. Na forma do art. 167, § 2º, do Regimento Interno, o sr. Presidente colocou em deliberação plenária a justificativa da ausência do Vereador Romeu Moreira Batista, que se dava por motivo de saúde. O plenário unanimemente reconheceu os motivos. Em sequência foram lidas: a) Celso Vinícius dos Santos: 1) Indicação nº 101: asfaltamento do final da Rua Luiza Alvim; b) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 107: criar o Programa de Adoção Responsável de Pequenos Animais; 2) Indicação nº 108: usina solar social; 3) Indicação nº 109: curso de inclusão digital para idosos; c) Hedilberto Teixeira: 1) Indicação nº 102: aquisição de um caminhão compactador de lixo; d) Ivan Ferreira Martins: 1) Indicação nº 103: disponibilização de mais médicos no PSF 1 e 2; e) Juscélio Bernardino Braz: 1) Indicação nº 84: instalação de corrimão; 2) Indicação nº 104: melhorias na iluminação da ponte sobre o rio São Manoel; 3) Indicação nº 105: muro de arrimo no almoxarifado; f) Maria Imaculada Nunes: 1) Indicação nº 100: proibição da emissão de ruídos excessivos em motocicletas. No pequeno expediente os Vereadores puderam falar sobre as indicações. Aberta a ordem do dia às dezoito horas e cinquenta e um minutos, os vereadores inscritos puderam falar sobre assuntos de interesse público. O Vereador Hedilberto Teixeira falou sobre as indicações que ficaram para a próxima sessão, sobre providências no terminal rodoviário, sobre caminhão compactador de lixo, canil municipal, questões ligadas à falta de medicamentos, carteira de identidade, fraudes no INSS, limpeza geral das ruas do município. O Vereador Demétrius falou sobre alguns ofícios que está encaminhando ao Executivo, unidade móvel de saúde, animais de rua e adoção, avenida Manoel Fernandes, Jardim São Luís, Lar Lygia Cunha. O Vereador Ivan falou sobre a falta de delegado de Polícia Civil em Rio Pomba. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e quinze minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretária; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

IVAN FERREIRA MARTINS
Presidente da Câmara

MARIA IMACULADA NUNES
Secretária

CELSO VINÍCIUS DOS SANTOS

DEMÉTRIUS CARVALHO DE OLIVEIRA

GLADSTONE RONCALLI DA SILVA

HEDILBERTO TEIXEIRA

JORGE LUÍS MARTINS SOARES

JUSCÉLIO BERNARDINO BRAZ

ROMEU MOREIRA BATISTA

Ata da Oitava Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e dois minutos do dia dezenove de maio de dois mil e vinte e cinco, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Celso Vinícius dos Santos, Demétrius Carvalho de Oliveira, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria Imaculada Nunes e Romeu Moreira Batista; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Ivan Ferreira Martins, que colocou em discussão e votação as atas das sessões anteriores (22/abril e 05/maio), as quais foram aprovadas por unanimidade. O sr. Presidente informou que o Executivo respondeu o Requerimento 07: mataburros. Passando





CÂMARA MUNICIPAL DE RIO POMBA - MINAS GERAIS

às proposições, foi lido o Projeto de Lei Complementar nº 43, do Vereador Juscélio Bernardino Braz: Altera dispositivos da Lei nº 934/94, que Institui o Código de Posturas Municipal. O sr. Presidente determinou a sua tramitação e o remeteu para análise da Comissão de Legislação. Seguiram tramitando: a) Projeto de Lei nº 2.159, do Executivo: Autoriza o Poder Executivo a celebrar acordo em processos administrativos e a transacionar em processos judiciais em que o município de Rio Pomba for interessado, autor, réu ou tiver interesse jurídico na qualidade de assistente ou oponente e dá outras providências; b) Projeto de Lei nº 2.169, do Vereador Juscélio Bernardino Braz: Autoriza o Poder Executivo a destinar espaço para a prática de manobras com motocicletas, o Wheeling, e cria a rua do grau no município de Rio Pomba; c) Projeto de Lei nº 2.170, do Vereador Juscélio Bernardino Braz: Dispõe sobre a padronização, alinhamento e identificação da fiação aérea no município de Rio Pomba; com o Parecer nº 01 da Comissão de Legislação ao Projeto de Lei nº 2.170; d) Projeto de Lei nº 2.171, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Institui a Carteira de Identificação da Pessoa Portadora de Fibromialgia; com o Parecer nº 02 da Comissão de Legislação ao Projeto de Lei nº 2.171; e) Projeto de Lei nº 2.173, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Autoriza o município de Rio Pomba a conceder gratuitamente o dispositivo de monitorização de glicose por escaneamento intermitente para pessoas diagnosticadas com diabetes mellitus; com o Parecer nº 03 da Comissão de Legislação ao Projeto de Lei nº 2.173. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 2.174, do Executivo: Autorização para inclusão de dotação no orçamento vigente para cobertura das despesas proveniente de emenda parlamentar de que trata a Resolução SES/MG 9.247/2023. O sr. Presidente colocou em deliberação plenária o pedido de urgência do Executivo, pedido que foi aprovado por unanimidade. Solicitada a se manifestar, a Comissão de Finanças opinou favoravelmente ao projeto. Então, o sr. Presidente remeteu o projeto à ordem do dia desta sessão, na forma do art. 159, § 2º, do Regimento Interno. Continuando os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 2.175, da Vereadora Maria Imaculada Nunes: Institui o programa Empresa Amiga da Saúde da Mulher no município de Rio Pomba, estabelece diretrizes para a promoção da saúde feminina em parceria com o setor privado. Este projeto seguiu tramitando e foi encaminhado para análise das Comissões de Legislação, Saúde e Serviços. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 2.176, da Mesa Diretora: Altera a Lei nº 2.014/2025, que institui o auxílio-alimentação para os servidores e vereadores da Câmara Municipal de Rio Pomba. O sr. Presidente colocou em deliberação plenária o pedido de urgência da Mesa Diretora, pedido que foi aprovado por unanimidade. Solicitada a se manifestar, a Comissão de Legislação opinou favoravelmente ao projeto pelos membros Celso Vinícius dos Santos e Jorge Luís Martins Soares, sendo que o membro Demétrius Carvalho de Oliveira se manifestou parcialmente contra. Solicitada a se manifestar, a Comissão de Finanças (Imaculada foi substituída por Romeu) opinou favoravelmente ao projeto. Então, o sr. Presidente remeteu o projeto à ordem do dia desta sessão, na forma do art. 159, § 2º, do Regimento Interno. Seguindo a pauta, foi lido o Projeto de Lei nº 2.177, da Mesa Diretora: Dispõe sobre o processo legislativo eletrônico no âmbito do Município de Rio Pomba/MG. O sr. Presidente colocou em deliberação plenária o pedido de urgência da Mesa Diretora, pedido que foi aprovado por unanimidade. Solicitada a se manifestar, a Comissão de Legislação opinou favoravelmente ao projeto. Então, o sr. Presidente remeteu o projeto à ordem do dia desta sessão, na forma do art. 159, § 2º, do Regimento Interno. Consultado pelo sr. Presidente, o plenário dispensou a leitura do Projeto de Lei nº 2.178, do Executivo: Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2026





CÂMARA MUNICIPAL DE RIO POMBA - MINAS GERAIS

e dá outras providências; tendo em vista se tratar de um projeto extenso. O mesmo seguiu tramitando e o sr. Presidente abriu o prazo de quinze dias para emendas. Após, seguiu tramitando o Projeto de Resolução nº 379, do Vereador Ivan Ferreira Martins: Altera a Resolução nº 265/2007, que regulamenta o Uso do Veículo da Câmara Municipal de Rio Pomba. A seguir, foi lido o Projeto de Resolução nº 380, dos Vereadores Jorge L. M. Soares, Celso V. Santos e Maria I. Nunes: Altera dispositivos da Resolução nº 311/2026 – Regimento Interno da Câmara, relacionado à fixação dos subsídios. Este projeto seguiu tramitando e foi remetido à análise da Comissão de Legislação (Jorge foi substituído por Gladstone; Celso foi substituído por Hedilberto). Após, foi lido o Requerimento nº 15, do Vereador Hedilberto Teixeira: Requer informações sobre as moradias populares. O citado vereador apresentou também, na forma do art. 155 do Regimento Interno, o Requerimento nº 16: requer informações sobre o festival gastronômico, e 17: requer informações sobre o programa viver bem. O Vereador Hedilberto falou sobre os seus requerimentos. Votados, os três foram aprovados por unanimidade. A seguir, foi lida a Moção nº 1, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Moção de aplausos a Verônica da Silva de Souza. O autor falou sobre a sua proposta. Votada, a Moção nº 01 foi aprovada por unanimidade. Em sequência foram lidas: a) Celso Vinícius dos Santos: 1) Indicação nº 119: quebra-molas no Monte Alegre; b) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 121: bueiros no Distrito Industrial; 2) Indicação nº 122: melhorias no bairro Rosa Mística; 3) Indicação nº 123: troca de caixa d'água da Serrinha; c) Hedilberto Teixeira: 1) Indicação nº 106: providências no terminal rodoviário; 2) Indicação nº 110: canil municipal; 3) Indicação nº 118: ligação da Alameda dos Inconfidentes; d) Ivan Ferreira Martins: 1) Indicação nº 124: manutenção em corrimão de ponte em zona rural; e) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 115: instalação de braço de luz e luminária; 2) Indicação nº 117: pavimentação asfáltica na estrada que dá acesso à ETA (Copasa); 3) Indicação nº 120: contratação de médico neuropediatra; f) Juscélio Bernardino Braz: 1) Indicação nº 113: instalação de sistema de hidratação na Praça do Compromisso; 2) Indicação nº 116: regularização de passeios; g) Juscélio B. Braz e Ivan. F. Martins: 1) Indicação nº 111: afastador de rede elétrica; h) Maria I. Nunes, Jorge L. M. Soares e Celso V. Santos: 1) Indicação nº 114: ação de saúde ocular em parceria com o Sinsaúde. No pequeno expediente os Vereadores puderam falar sobre as indicações. Aberta a ordem do dia às dezenove horas e vinte e nove minutos, foi lida a conclusão do Parecer nº 01, da Comissão de Finanças: Prestação de contas da Prefeitura referente ao exercício de 2023 - Aprovação das contas. Após, foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 227, da Comissão de Finanças: Aprova as contas da Prefeitura de Rio Pomba do exercício de 2023. Na forma dos arts. 24, § 4º e 241 do Regimento Interno, o sr. Presidente colocou em votação nominal, por chamada nominal e pública, em ordem alfabética dos vereadores, o Projeto de Decreto Legislativo nº 227, o qual foi aprovado pelos votos dos Vereadores: Celso Vinícius dos Santos, Demétrius Carvalho de Oliveira, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria Imaculada Nunes e Romeu Moreira Batista. Portanto, as contas do Chefe do Executivo do exercício de 2023 foram aprovadas por unanimidade. Em conformidade com o art. 43 do Regimento Interno o sr. Presidente da Câmara não votou. Continuando os trabalhos, foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 228, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Outorga homenagem de honra ao mérito e dá outras providências. O autor falou sobre a atuação da pessoa indicada à homenagem. Colocado em votação, este projeto foi aprovado por unanimidade. A seguir, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.174: Autorização para inclusão





CÂMARA MUNICIPAL DE RIO POMBA - MINAS GERAIS

de dotação no orçamento vigente para cobertura das despesas proveniente de emenda parlamentar de que trata a Resolução SES/MG 9.247/2023. Este projeto foi aprovado por unanimidade. Após, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.176: Altera a Lei nº 2.014/2025, que institui o auxílio-alimentação para os servidores e vereadores da Câmara Municipal de Rio Pomba. Colocado em votação, este projeto foi aprovado por 07 (sete) votos dos Vereadores Celso Vinícius dos Santos, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria Imaculada Nunes e Romeu Moreira Batista. O Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira votou contrário. A seguir, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.177: Dispõe sobre o processo legislativo eletrônico no âmbito do Município de Rio Pomba/MG. O sr. Presidente falou sobre a modernização que esse projeto traz. Este projeto foi aprovado por unanimidade. No grande expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre assuntos de interesse público. O Vereador Demétrius falou sobre a necessidade de cuidados preventivos das doenças respiratórias; falou sobre a importância da participação de vereadores no congresso da AMM; agradeceu recursos destinados ao Lar Lygia Cunha e Apae; falou sobre projeto de construção da sede do Unidos do Fomento no bairro São José; necessidade da construção de um espaço adequado “adota pet”. O Vereador Jorge agradeceu ao dr. Fernando, à Câmara e à dra. Stefany sobre o “projeto busão Viçosa”; elogiou o vídeo do Secretário de Saúde informativo sobre a insulina. O Vereador Ivan falou sobre a questão social de uma família do bairro Nossa Senhora das Graças. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e quarenta e três minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretária; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

(ASSINATURAS NO VERSO DESTA FOLHA)

Ata da Nona Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e sete minutos do dia dois de junho de dois mil e vinte e cinco, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Celso Vinícius dos Santos, Demétrius Carvalho de Oliveira, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria Imaculada Nunes e Romeu Moreira Batista; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Ivan Ferreira Martins, consultou o plenário quanto ao adiamento da próxima sessão ordinária, prevista para dezesseis de junho, em decorrência dos feriados da semana. A próxima sessão ordinária então ficou designada para o dia vinte e três de junho. Conforme prévia solicitação, o sr. Presidente convidou a usar a palavra o sr. Bruno Lima Sant’Ana, extensionista da Emater, para apresentar o relatório de atividades 2024, o que foi feito presencialmente e com a utilização de Datashow. Passando às proposições, seguiram tramitando: a) Projeto de Lei nº 2.159, do Executivo: Autoriza o Poder Executivo a celebrar acordo em processos administrativos e a transacionar em processos judiciais em que o município de Rio Pomba for interessado, autor, réu ou tiver interesse jurídico na qualidade de assistente ou oponente e dá outras providências; b) Projeto de Lei nº 2.169, do Vereador Juscélio Bernardino Braz: Autoriza o Poder Executivo a destinar espaço para a prática de manobras com motocicletas, o Wheeling, e cria a rua do grau no município de Rio Pomba. Quanto ao Projeto de Lei nº 2.169, o sr. Presidente informou que as comissões manifestaram a intenção de realizar uma audiência pública; disse que chegou a convidar algumas autoridades para virem falar sobre o projeto nesta sessão, mas essas pessoas não puderam comparecer. O Vereador Hedilberto pediu que o procedimento seja agilizado para que a Câmara tome uma decisão sobre o projeto.





CÂMARA MUNICIPAL DE RIO POMBA - MINAS GERAIS

Havendo manifestações de vereadores pela deliberação do Projeto de Lei nº 2.170, já estando emitido o parecer da Comissão de Legislação, o sr. Presidente solicitou o parecer verbal da Comissão de Serviços Municipais a respeito do Projeto de Lei nº 2.170, do Vereador Juscélio Bernardino Braz: Dispõe sobre a padronização, alinhamento e identificação da fiação aérea no município de Rio Pomba. A Comissão de Serviços se concluiu favorável ao mesmo. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.170, o qual foi aprovado por unanimidade. O Vereador Hedilberto parabenizou o autor. A seguir, o sr. Presidente comunicou já haver o Parecer nº 02 da Comissão de Legislação ao Projeto de Lei nº 2.171. Após, solicitou a leitura da Emenda nº 01 do Vereador Hedilberto Teixeira, ao Projeto de Lei nº 2.171. Votada, a Emenda nº 01 foi aprovada por unanimidade. O Vereador Hedilberto disse que a emenda vem complementar o projeto do Vereador Jorge. Permaneceu tramitando o Projeto de Lei nº 2.171, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Institui a Carteira de Identificação da Pessoa Portadora de Fibromialgia; enquanto aguarda o parecer da Comissão de Saúde. O Vereador Gladstone solicitou o parecer jurídico a respeito da emenda aprovada. Permaneceu tramitando: a) Parecer nº 03 da Comissão de Legislação ao Projeto de Lei nº 2.173; b) Projeto de Lei nº 2.173, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Autoriza o município de Rio Pomba a conceder gratuitamente o dispositivo de monitorização de glicose por escaneamento intermitente para pessoas diagnosticadas com diabetes mellitus; c) Parecer nº 05 da Comissão de Legislação ao Projeto de Lei nº 2.175; d) Projeto de Lei nº 2.175, da Vereadora Maria Imaculada Nunes: Institui o programa Empresa Amiga da Saúde da Mulher no município de Rio Pomba, estabelece diretrizes para a promoção da saúde feminina em parceria com o setor privado; e) Projeto de Lei nº 2.178, do Executivo: Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2026 e dá outras providências. O Projeto de Lei nº 2.178 foi enviado para a Comissão de Finanças. Seguindo os trabalhos, o sr. Presidente determinou a tramitação do Projeto de Lei nº 2.179, do Vereador Ivan Ferreira Martins: Proíbe a contratação, nomeação ou designação de pessoas condenadas por crimes praticados contra criança e adolescente para cargos, empregos públicos, incluindo aquelas vinculadas a empresas terceirizadas que prestem serviços no município de Rio Pomba. Este projeto foi enviado para a Comissão de Legislação. A seguir, foi lido o Requerimento nº 18, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: requer informações sobre instalação de UBS no Lindo Vale. O autor falou sobre o requerimento. Votado, o Requerimento nº 18 foi aprovado por unanimidade. Continuando na pauta, foi lido o Requerimento nº 19, do Vereador Hedilberto Teixeira: requer informações sobre a situação dos convênios. O autor falou sobre o requerimento. Votado, o Requerimento nº 19 foi aprovado por unanimidade. O sr. Presidente solicitou a leitura do Projeto de Lei nº 2.179. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 129: viveiro municipal; 2) Indicação nº 130: contratação de zelador ambiental; 1) Indicação nº 131: sacola verde; b) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 132: iluminação pública de LED em ruas do centro; c) Juscélio Bernardino Braz: 1) Indicação nº 112: instalação de placa turística I Love Rio Pomba; d) Maria Imaculada Nunes: 1) Indicação nº 128: sinalização vertical e horizontal em farmácias e hospital. No pequeno expediente os Vereadores puderam falar sobre as indicações. Aberta a ordem do dia às dezenove horas e treze minutos, foi lida a conclusão do Parecer nº 04, da Comissão de Legislação. Havendo a dispensa de prazos e interstícios de tramitação, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei Complementar nº 43, do Vereador Juscélio Bernardino Braz: Altera dispositivos da Lei nº 934/94, que Institui o Código de Posturas





CÂMARA MUNICIPAL DE RIO POMBA - MINAS GERAIS

Municipal. Este projeto foi aprovado por unanimidade. A seguir, o sr. Presidente colocou em votação a ata da sessão anterior (19/maio), a qual foi aprovada por unanimidade. No grande expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre assuntos de interesse público. O Vereador Hedilberto parabenizou o projeto do Vereador Juscélio pela mudança aprovada no código de posturas e lembrou que existe um trabalho praticamente pronto de atualização do mesmo deixado pela administração passada; parabenizou o Secretário Kayke pelo esforço que vem empenhando na administração; lamentou a impossibilidade dos pipoqueiros e vendedores de algodão doce trabalharem na praça durante o festival gastronômico; relatou a necessidade de manutenção em UBS's, cemitério e rodoviária, além do muro das "Populares" e queixas sobre as estradas rurais; solicitou ao sr. Presidente que verifique requerimentos não respondidos assim como o cumprimento da lei do QR Code nas placas. A Vereadora Imaculada fez pronunciamento sobre a aprovação do auxílio-alimentação para os vereadores. O Vereador Demétrius falou sobre a importância da vacinação contra a gripe; falou sobre o atendimento de pedidos de Rio Pomba pela deputada Ione; citou avanços da atual administração no âmbito da Secretaria de Esportes. O Vereador Romeu falou sobre a notificação da Prefeitura a respeito do horário de coleta de lixo na Av. Dr. José Neves, que contrasta com o horário de passagem do caminhão de coleta. O Vereador Gladstone passou informações da área da saúde, como vacinação e a disponibilidade de médicos especialistas no centro de especialidades. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e quarenta e um minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretária; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

IVAN FERREIRA MARTINS
Presidente da Câmara

MARIA IMACULADA NUNES
Secretária

CELSO VINÍCIUS DOS SANTOS

DEMÉTRIUS CARVALHO DE OLIVEIRA

GLADSTONE RONCALLI DA SILVA

HEDILBERTO TEIXEIRA

JORGE LUÍS MARTINS SOARES

JUSCÉLIO BERNARDINO BRAZ

ROMEU MOREIRA BATISTA





CÂMARA MUNICIPAL DE RIO POMBA - MINAS GERAIS



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO POMBA - MINAS GERAIS

Documento assinado digitalmente - Chave: 555379ab-843e-4129-8b83-836dada60071

Ata da Primeira Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e quinze minutos do dia dezesseis de junho de dois mil e vinte e cinco, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Celso Vinícius dos Santos, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria Imaculada Nunes e Romeu Moreira Batista; ausente Demétrius Carvalho de Oliveira; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Ivan Ferreira Martins, que colocou em discussão e votação a ata da sessão ordinária anterior (02/junho), a qual foi aprovada pela unanimidade dos presentes. Foi lido o Projeto de Lei nº 2.181, do Executivo: Dispõe sobre a autorização de repasse de recursos financeiros e celebração de convênio com entidades para acolhimento de dependentes químicos e dá outras providências. O sr. Presidente disse que a assessora jurídica do Executivo estava à disposição para prestar informações. A Vereadora Imaculada lembrou do pedido de urgência do Executivo. Mediante solicitação do Vereador Jorge, o sr. Presidente pediu a manifestação da assessora jurídica, dra. Stefany. O Vereador Juscélio comentou que já vinte dias trouxe esse projeto para a Câmara e agradeceu ao Executivo pelo atendimento. O sr. Presidente, tendo em vista a urgência do projeto solicitada pelo Executivo e a importância para as famílias que aguardam por essa assistência, solicitou a manifestação das Comissões de Legislação (Demétrius foi substituído por Gladstone), de Saúde e de Finanças. As três comissões manifestaram-se favoráveis ao projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.181, o qual foi aprovado pela unanimidade dos presentes. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 2.185, do



09/07/2025, 16:00
Página 1 de 3



Desenvolvido por TECLegis - Sistema e Soluções em Processo Legislativo - Todos os direitos reservados - 2025.





CÂMARA MUNICIPAL DE RIO POMBA - MINAS GERAIS



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO POMBA - MINAS GERAIS

Documento assinado digitalmente - Chave: 555379ab-843e-4129-8b83-836dada60071

Executivo: Cria cargos públicos no âmbito da administração pública municipal para estruturação do abrigo institucional de acolhimento de crianças e adolescentes no município de Rio Pomba/MG, nos termos das Leis Municipais nº 1.468/2014 e nº 1.469/2014, e dá outras providências. O sr. Presidente colocou em votação o pedido de urgência do Chefe do Executivo, o qual foi aprovado pela unanimidade dos presentes. O sr. Presidente disse que a assessora jurídica do Executivo estava à disposição para prestar informações. A Vereadora Imaculada lembrou do pedido de urgência do Executivo. Mediante solicitação do Vereador Hedilberto, o sr. Presidente pediu a manifestação da assessora jurídica, dra. Stefany. Solicitadas a se manifestarem, os membros das Comissões de Legislação (Demétrius foi substituído por Gladstone), de Educação (Demétrius foi substituído por Romeu) e de Finanças se pronunciaram favoráveis ao projeto. Votado, o Projeto de Lei nº 2.185 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Seguindo a pauta, foi lido o Projeto de Lei nº 2.186, do Executivo: Altera a Lei Municipal nº 1.421/2012, que dispõe sobre o Programa Família Acolhedora, para reajustar o valor do subsídio financeiro pago às famílias acolhedoras. O sr. Presidente colocou em votação o pedido de urgência do Chefe do Executivo, o qual foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Solicitadas a se manifestarem, os membros das Comissões de Legislação (Demétrius foi substituído por Juscélio), de Assistência (Demétrius foi substituído por Romeu) e de Finanças se pronunciaram favoráveis ao projeto. Votado, o Projeto de Lei nº 2.186 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezoito horas e cinquenta e quatro minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.



09/07/2025, 16:00
Página 2 de 3



Desenvolvido por TECLegis - Sistema e Soluções em Processo Legislativo - Todos os direitos reservados - 2025.





CÂMARA MUNICIPAL DE RIO POMBA - MINAS GERAIS



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO POMBA - MINAS GERAIS

DEMÉTRIUS CARVALHO DE OLIVEIRA

Vereador - MDB

ROMEU MOREIRA BATISTA

Vice-presidente

Vereador - PSDB

MARIA IMACULADA NUNES

Secretária

Vereadora - MDB

JUSCÉLIO BERNARDINO BRAZ

Vereador - PSD

HEDILBERTO TEIXEIRA

Vereador - PDT

IVAN FERREIRA MARTINS

Presidente da Câmara Municipal

Vereador - MDB

GLADSTONE RONCALLI DA SILVA

Vereador - PP

JORGE LUÍS MARTINS SOARES

Vereador - PDT

CELSO VINÍCIUS DOS SANTOS

Vereador - PL

Documento assinado digitalmente - Chave: 555379ab-843e-4129-8b83-836dada60071

Câmara Municipal de Rio Pomba - MG - Gabinete do(a) Vereador(a) -

Rua Januário Lima, nº: 55, 36180-000

e-mail: camararp@rdfnet.com.br - Tel.: 3235711455



09/07/2025, 16:00

Página 3 de 3



Desenvolvido por TECLegis - Sistema e Soluções em Processo Legislativo - Todos os direitos reservados - 2025.





CÂMARA MUNICIPAL DE RIO POMBA - MINAS GERAIS

Ata da Décima Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e dez minutos do dia vinte e três de junho de dois mil e vinte e cinco, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Celso Vinícius dos Santos, Demétrius Carvalho de Oliveira, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maria Imaculada Nunes e Romeu Moreira Batista; ausente Juscélio Bernardino Braz; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Ivan Ferreira Martins, que determinou a continuidade da tramitação das proposições: a) Projeto de Lei nº 2.159, do Executivo: Autoriza o Poder Executivo a celebrar acordo em processos administrativos e a transacionar em processos judiciais em que o município de Rio Pomba for interessado, autor, réu ou tiver interesse jurídico na qualidade de assistente ou oponente e dá outras providências; b) Projeto de Lei nº 2.169, do Vereador Juscélio Bernardino Braz: Autoriza o Poder

Executivo a destinar espaço para a prática de manobras com motocicletas, o Wheeling, e cria a rua do grau no município de Rio Pomba; c) Projeto de Lei nº 2.171, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Institui a Carteira de Identificação da Pessoa Portadora de Fibromialgia; d) Projeto de Lei nº 2.175, da Vereadora Maria Imaculada Nunes: Institui o programa Empresa Amiga da Saúde da Mulher no município de Rio Pomba, estabelece diretrizes para a promoção da saúde feminina em parceria com o setor privado; e) Projeto de Lei nº 2.179, do Vereador Ivan Ferreira Martins: Proíbe a contratação, nomeação ou designação de pessoas condenadas por crimes praticados contra criança e adolescente para cargos, empregos públicos, incluindo aquelas vinculadas a empresas terceirizadas que prestem serviços no município de Rio Pomba. O Vereador Juscélio Bernardino Braz compareceu à

11/08/2025, 15:36
Página 1 de 8





CÂMARA MUNICIPAL DE RIO POMBA - MINAS GERAIS

sessão às dezoito horas e doze minutos. Sobre o Projeto de Lei nº 2.179, o sr. Presidente consultou se a comissão desejava se manifestar. O Vereador Jorge disse que querem emitir o parecer escrito e pediu a tramitação. Seguindo a pauta, foi lido o Projeto de Lei nº 2.180, do Executivo: Autoriza o Poder Executivo municipal a celebrar termo de cooperação mútua com municípios vizinhos, visando à cessão recíproca de veículos, equipamentos e maquinários para realização de serviços públicos, e dá outras providências. O Vereador Hedilberto perguntou ao sr. Presidente sobre a necessidade de um parecer jurídico escrito da assessora da Casa. O sr. Presidente consultou o Plenário quanto à concessão do regime de urgência especial solicitado pelo Executivo. Por unanimidade, o Plenário concedeu a urgência. O sr. Presidente solicitou a manifestação da assessora jurídica da Câmara, dra. Vânia. Diante disso, a assessora jurídica se manifestou. Solicitadas a se manifestarem, os pareceres das Comissões foram: a) Legislação: favorável ao projeto; b) Serviços: favorável ao projeto, sendo que Hedilberto se absteve; c) Finanças: favorável ao projeto, sendo que Hedilberto se absteve. Assim, o sr. Presidente submeteu o Projeto de Lei nº 2.180 à votação, o qual foi aprovado por 06 (seis) votos dos Vereadores: Celso Vinícius dos Santos, Demétrius Carvalho de Oliveira, Gladstone Roncalli da Silva, Jorge Luís Martins Soares, Maria Imaculada Nunes e Romeu Moreira Batista; sendo que Juscélio Bernardino Braz e Hedilberto Teixeira se abstiveram. O Vereador Hedilberto justificou-se pela falta dos pareceres escritos das comissões. O sr. Presidente comunicou que houve tempo hábil para as comissões se reunirem. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 2.182, dos Vereadores Maria Imaculada Nunes e Jorge Luís Martins Soares: Cria o Centro de Convivência do Idoso e dá outras providências. Este projeto seguiu tramitando e foi

11/08/2025, 15:36
Página 2 de 8





CÂMARA MUNICIPAL DE RIO POMBA - MINAS GERAIS

encaminhado para análise das Comissões de: Legislação (Jorge foi substituído por Hedilberto); Assistência (Imaculada foi substituída por Juscélio); e Finanças (Imaculada foi substituída por Gladstone). O Vereador Demétrius disse que é importante a Câmara cobrar o funcionamento do Conselho do Idoso. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 2.183, da Vereadora Maria Imaculada Nunes: Inclui no calendário oficial o dia municipal do protetor de animais e dá outras providências. Este projeto seguiu tramitando e foi encaminhado para análise das Comissões de: Legislação; Defesa Animal; e Finanças (Imaculada foi substituída por Demétrius). O Vereador Hedilberto disse que projetos importantes da Câmara não entram no regime de urgência e deveriam ser priorizados, enquanto os do Executivo recebem a urgência. O sr. Presidente perguntou se o Vereador Hedilberto participou da reunião da comissão. O Vereador Hedilberto disse que não participou de reuniões de comissões nos projetos antes citados e que o Presidente passou por cima da autoridade dos vereadores. O sr. Presidente disse que consultou o regime de urgência e pediu os pareceres das comissões; citou que o projeto traz por escrito o pedido de urgência e que havendo o parecer escrito ou verbal o projeto pode ser votado. O Vereador Hedilberto perguntou à assessora jurídica sobre o caráter de urgência para projetos de iniciativa da Câmara. A dra. Vânia comentou que os pedidos de urgência, tanto da Câmara quanto do Executivo, precisam ter a justificativa devidamente justificada e motivada. Seguindo a pauta, foi lido o Projeto de Lei nº 2.184, da Vereadora Maria Imaculada Nunes: Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação, em locais de frequência infantil, de placas com informações alusivas ao combate e à denúncia de crimes de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, no município de Rio Pomba, e dá

11/08/2025, 15:36
Página 3 de 8





CÂMARA MUNICIPAL DE RIO POMBA - MINAS GERAIS

outras providências. Este projeto seguiu tramitando e foi encaminhado para análise da Comissão de Legislação. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 2.188, do Executivo: Autoriza o Poder Executivo a alienar imóvel localizado no distrito industrial II, mediante a realização de processo licitatório, para fins de instalação ou ampliação de empreendimentos que especifica e dá outras providências. O assessor jurídico da Prefeitura, dr. Douglas Gomes, se pronunciou. O Vereador Hedilberto sugeriu vistas do projeto para emissão dos pareceres e melhor análise do projeto. O Vereador Romeu Moreira se pronunciou pela importância do projeto e votação urgente. O Vereador Jorge Luís se manifestou favorável ao projeto. O Vereador Demétrius se manifestou sobre a história do distrito industrial I e a importância de se pensar no futuro da cidade e da empregabilidade, além da valorização do loteamento Panorama. O sr. Presidente consultou o Plenário quanto à concessão do regime de urgência especial solicitado pelo Executivo. Por unanimidade, o Plenário concedeu a urgência. O Vereador Hedilberto manifestou que esta Casa deveria analisar mais o projeto. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação das Comissões de: Legislação; Obras e Serviços; e Finanças. As três comissões opinaram favoravelmente ao projeto. O Vereador Hedilberto disse que tem suas ponderações sobre o projeto de magnitude considerável, mas tendo em vista a geração de emprego ele é favorável. Submetido à votação, o Projeto de Lei nº 2.188 foi aprovado por unanimidade. Às dezenove horas e vinte minutos, o sr. Presidente deu início à audiência pública para apresentação do projeto de lei das Diretrizes Orçamentárias 2026, a qual foi conduzida pela assessora contábil do Executivo, sra. Márcia Dutra de Faria. A audiência contou com a apresentação de *slides* e terminou às dezenove horas e trinta e nove minutos. Seguindo a pauta, foi lido o Projeto

11/08/2025, 15:36
Página 4 de 8





CÂMARA MUNICIPAL DE RIO POMBA - MINAS GERAIS

de Lei nº 2.189, do Executivo: Autoriza o município de Rio Pomba a prestar contribuição social ao Sindicato dos Produtores Rurais de Rio Pomba para fins de capacitação de avicultores, e dá outras providências. O sr. Presidente consultou o Plenário quanto à concessão do regime de urgência especial solicitado pelo Executivo. Por unanimidade, o Plenário concedeu a urgência. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação das Comissões de: Legislação e Finanças. Ambas as comissões opinaram favoravelmente ao projeto. Submetido à votação, o Projeto de Lei nº 2.189 foi aprovado por unanimidade. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 2.190, do Executivo: Autoriza a criação e ampliação do número de cargos que menciona e dá outras providências. O sr. Presidente solicitou a manifestação das Comissões de: Legislação (Demétrius e Jorge pediram a tramitação); Educação (Gladstone e Demétrius pediram a tramitação); Finanças (Hedilberto e Celso pediram a tramitação). Este projeto seguiu tramitando. O Vereador Jorge Luís sugeriu ao sr. Presidente convocar desde já uma sessão extraordinária para a próxima segunda-feira, tendo em vista que as comissões estão marcando para se reunirem esta semana. O sr. Presidente disse que aguardará as comissões se reunirem. As comissões de Finanças e de Saúde designaram reunião para quinta- feira, treze horas e quatorze horas. Seguindo os trabalhos, foi lido o Requerimento nº 20, do Vereador Hedilberto Teixeira: requer informações sobre a implantação de QR Code em placas. O autor pediu ao sr. Presidente que o Executivo respeite este autor e esta Casa quanto ao cumprimento dos prazos para respostas; disse que irá protocolar no Ministério Público a esse respeito; falou sobre o seu requerimento. O sr. Presidente disse que o vereador tem razão quanto ao seu protesto e disse que encaminhará o pedido ao Executivo. Colocado em votação, este

11/08/2025, 15:36
Página 5 de 8





CÂMARA MUNICIPAL DE RIO POMBA - MINAS GERAIS

requerimento foi aprovado pela unanimidade dos presentes (estavam ausentes do plenário os Vereadores Jorge e Celso). O Vereador Romeu disse que as respostas do Executivo devem ser lidas em sessão para conhecimento público. Após, foi lida a Moção nº 2, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Moção de aplausos a Neiva Kirry Leal. O autor falou sobre os méritos da homenageada. Votada, esta moção foi aprovada por unanimidade. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 134: construção de banheiros e bebedouro na quadra do Cras; 2) Indicação nº 135: construção de um Centro de Capacitação com salas para oficinas e projetos sociais; 3) Indicação nº 141: iluminação das pontes do perímetro urbano; b) Gladstone Roncalli da Silva: 1) Indicação nº 136: contratação de fonoaudióloga; 2) Indicação nº 137: contratação de fisioterapeutas; c) Hedilberto Teixeira: 1) Indicação nº 138: pagamento do abono salarial do valor do Fundeb aos profissionais da educação; 2) Indicação nº 140: revisão no valor do vencimento dos conselheiros tutelares; d) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 142: minuto Câmara; 2) Indicação nº 143: reparo em passagem de águas com manilha no Bomjardim; 3) Indicação nº 145: extensão do horário de funcionamento da feira livre; e) Juscélio Bernardino Braz: 1) Indicação nº 125: instalação de quebra-molas na Rua Divino de Oliveira; 2) Indicação nº 126: desobstrução das canaletas e bocas de lobo da Av. do Contorno; 3) Indicação nº 127: assistência às famílias de dependentes químicos internados em clínicas particulares; f) Maria Imaculada Nunes: 1) Indicação nº 144: revitalização da Praça do Compromisso; 2) Indicação nº 146: canalização com manilhas e drenagem no Bomjardim. No pequeno expediente os Vereadores puderam falar sobre as indicações. Aberta a ordem do dia às vinte horas e trinta e sete minutos, foi lida a conclusão do Parecer nº 02, da

11/08/2025, 15:36
Página 6 de 8





CÂMARA MUNICIPAL DE RIO POMBA - MINAS GERAIS

Comissão de Finanças. A seguir, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.178, do Executivo: Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2026 e dá outras providências. Submetido à votação, o Projeto de Lei nº

2.178 foi aprovado por unanimidade. O sr. Presidente comunicou a imposição de veto integral do Executivo ao Projeto de Lei Complementar nº 43, que altera dispositivos da Lei nº 934/94, que Institui o Código de Posturas Municipal. O Vereador Demétrius, Presidente da Comissão de Legislação, convocou esta comissão para quinta-feira, nove horas, para tratar do veto e dos projetos. O mesmo permaneceu tramitando e foi encaminhado para a Comissão de Legislação. O Vereador Demétrius convocou a Comissão de Legislação para quinta-feira, nove horas. No grande expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre assuntos de interesse público. O Vereador Hedilberto lamentou o veto do Executivo; recordou que vários vereadores já apresentaram alterações do Código de Posturas; manifestou-se sobre a importância de se observar o devido processo legislativo; lamentou a impossibilidade dos vendedores de pipoca trabalharem na praça durante o festival gastronômico. O Vereador Gladstone falou sobre a importância do treinamento em combate a incêndios florestais que vai ser oferecido à população, principalmente aos moradores da zona rural; falou sobre a possibilidade de conclusão dos estudantes do EJA. O Vereador Demétrius falou sobre a importância do EJA e sobre a ornamentação do jardim central. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte e uma horas e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada eletronicamente pelo Sr. Presidente; por mim, Secretária; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

11/08/2025, 15:36
Página 7 de 8





CÂMARA MUNICIPAL DE RIO POMBA - MINAS GERAIS

DEMÉTRIUS CARVALHO DE OLIVEIRA

Vereador - MDB

GLADSTONE RONCALLI DA SILVA

Vereador - PP

IVAN FERREIRA MARTINS

Presidente da Câmara Municipal

Vereador - MDB

JORGE LUÍS MARTINS SOARES

Vereador - PDT

CELSO VINÍCIUS DOS SANTOS

Vereador - PL

MARIA IMACULADA NUNES

Secretária

Vereadora - MDB

HEDILBERTO TEIXEIRA

Vereador - PDT

ROMEU MOREIRA BATISTA

Vice-presidente

Vereador - PSDB

JUSCÉLIO BERNARDINO BRAZ

Vereador - PSD

Câmara Municipal de Rio Pomba - MG - Gabinete do(a) Vereador(a) -

Rua Januário Lima, nº: 55, 36180-000

e-mail: camararp@rdfnet.com.br - Tel.: 3235711455





CÂMARA MUNICIPAL DE RIO POMBA - MINAS GERAIS

Ata da Segunda Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e dois minutos do dia primeiro de julho de dois mil e vinte e cinco, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria Imaculada Nunes e Romeu Moreira Batista; ausente Celso Vinícius dos Santos; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Ivan Ferreira Martins, que deu abertura à ordem do dia e colocou em discussão e votação a ata da sessão extraordinária anterior (16/junho), a qual foi aprovada pela unanimidade dos presentes e será assinada eletronicamente. Às dezoito horas e três minutos compareceu à sessão o Vereador Celso Vinícius dos Santos. Passando às proposições, foram lidos: a) Parecer 01, Comissão de Obras; b) Parecer 02, Comissão de Saúde. O sr. Presidente consultou quanto à concessão do regime de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 2.175, da Vereadora Imaculada: Institui o programa Empresa Amiga da Saúde da Mulher no município de Rio Pomba, estabelece diretrizes para a promoção da saúde feminina em parceria com o setor privado. O regime de urgência foi concedido unanimemente. Colocado em votação, o Projeto de Lei nº 2.175 foi aprovado por unanimidade. A seguir, o sr. Presidente consultou o Plenário quanto à concessão do regime de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 2.179, do Vereador Ivan Ferreira Martins: Proíbe a contratação, nomeação ou designação de pessoas condenadas por crimes praticados contra criança e adolescente para cargos, empregos públicos, incluindo aquelas vinculadas a empresas terceirizadas que prestem serviços no município de Rio Pomba. O regime de urgência foi concedido unanimemente. O sr. Presidente solicitou a manifestação das Comissões de Legislação, Educação e Finanças. O Vereador Demétrius disse que foi ventilada a inconstitucionalidade do projeto, mas pediu a tramitação para apresentação de emenda. O Vereador Ivan disse que o projeto não é inconstitucional, existindo decisões do STF e

11/08/2025, 15:37
Página 1 de 6





CÂMARA MUNICIPAL DE RIO POMBA - MINAS GERAIS

manifestações de psiquiatras forenses. Os membros Demétrius, Hedilberto, Jorge e Gladstone pediram a tramitação, inclusive com intenção de emendar. O Vereador Demétrius disse que a maior dúvida é se o projeto deve se estender a todas as áreas ou apenas aos setores ligados a crianças. O Projeto de Lei nº 2.179 seguiu tramitando. Continuando os trabalhos, foram lidos: a) Parecer 08, Comissão de Legislação; b) Parecer 03, Comissão de Assistência; c) Parecer 03, Comissão de Finanças. O sr. Presidente consultou quanto à concessão do regime de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 2.182, dos Vereadores Maria Imaculada Nunes e Jorge Luís Martins Soares: Cria o Centro de Convivência do Idoso e dá outras providências. O regime de urgência foi concedido unanimemente. Colocado em votação, o Projeto de Lei nº 2.182 foi aprovado por unanimidade. A seguir, foram lidos: a) Parecer 09, Comissão de Legislação; b) Parecer 01, Comissão de Meio Ambiente; c) Parecer 04, Comissão de Finanças. O sr. Presidente consultou quanto à concessão do regime de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 2.183, da Vereadora Maria Imaculada Nunes: Inclui no calendário oficial o dia municipal do protetor de animais e dá outras providências. O regime de urgência foi concedido unanimemente. Colocado em votação, o Projeto de Lei nº 2.183 foi aprovado por unanimidade. Continuando os trabalhos, foi lido o Parecer 10, Comissão de Legislação. O sr. Presidente consultou quanto à concessão do regime de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 2.184, da Vereadora Maria Imaculada Nunes: Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação, em locais de frequência infantil, de placas com informações alusivas ao combate e à denúncia de crimes de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, no município de Rio Pomba, e dá outras providências. O regime de urgência foi concedido unanimemente. Colocado em votação, o Projeto de Lei nº 2.184 foi aprovado por unanimidade. A seguir, foi lido o Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 2.190, do Executivo: Autoriza a criação e ampliação do número de cargos que menciona e dá outras providências. Consultado o pedido de





CÂMARA MUNICIPAL DE RIO POMBA - MINAS GERAIS

urgência do Executivo, o mesmo foi aprovado por 06 (seis) votos dos Vereadores: Celso Vinícius dos Santos, Demétrius Carvalho de Oliveira, Gladstone Roncalli da Silva, Jorge Luís Martins Soares, Maria Imaculada Nunes e Romeu Moreira Batista; sendo que votaram contra os Vereadores Hedilberto Teixeira e Juscélio Bernardino Braz. Solicitadas a se manifestarem, as Comissões de Legislação e de Educação opinaram favoravelmente ao projeto, por unanimidade. A Comissão de Finanças opinou favoravelmente ao projeto por dois votos dos Vereadores Maria Imaculada Nunes e Celso Vinícius dos Santos, sendo que o Vereador Hedilberto Teixeira se absteve. O Vereador Demétrius justificou o seu parecer na comissão falando sobre a necessária manutenção dos veículos. A Vereadora Imaculada falou sobre a necessidade dos veículos estarem com sua manutenção em dia. O Vereador Gladstone comentou sobre a higiene para os carros da saúde. O Vereador Hedilberto disse que os cargos de manutenção de veículos são inaceitáveis desnecessários; recordou que na administração passada a quantidade de cargos comissionados era cobrada o tempo todo na Câmara; falou sobre a questão dos engenheiros; absteve-se do voto em função dos dois cargos de chefia para os veículos. Colocado em votação, o Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 2.190 foi aprovado por 06 (seis) votos dos Vereadores: Celso Vinícius dos Santos, Demétrius Carvalho de Oliveira, Gladstone Roncalli da Silva, Jorge Luís Martins Soares, Maria Imaculada Nunes e Romeu Moreira Batista; sendo que se abstiveram do voto os Vereadores Juscélio Bernardino Braz e Hedilberto Teixeira. O Vereador Romeu disse que o contrato dos engenheiros está vencendo e a carga horária está sendo reduzida para poderem permanecer no cargo. O Vereador Hedilberto citou que o atual vice-prefeito, enquanto vereador, levantava a voz para dizer que a administração anterior tinha setenta cargos comissionados; disse que se os cargos para os veículos fossem para efetivamente trabalhar, ele concordaria, mas para chefiar não. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 2.192, do Executivo: Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder a abertura de crédito especial





CÂMARA MUNICIPAL DE RIO POMBA - MINAS GERAIS

para aquisição de caminhão coletor de lixo no orçamento em vigência do município de Rio Pomba e dá outras providências. O sr. Presidente consultou quanto à concessão do regime de urgência para apreciação deste projeto. O regime de urgência foi concedido unanimemente. Solicitada a se manifestar, a Comissão de Finanças opinou favoravelmente ao projeto, por unanimidade. O Vereador Hedilberto parabenizou a secretaria do meio ambiente e o Vereador Demétrius falou sobre o serviço de coleta de lixo. Colocado em votação, o Projeto de Lei nº 2.192 foi aprovado por unanimidade. Seguindo a pauta, foi lido o Projeto de Lei nº 2.193, do Executivo: Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder a abertura de crédito especial para aquisição de veículo para atender as ações da Secretaria Municipal de Meio Ambiente no orçamento em vigência do município de Rio Pomba e dá outras providências. O sr. Presidente consultou quanto à concessão do regime de urgência para apreciação deste projeto. O regime de urgência foi concedido unanimemente. Solicitada a se manifestar, a Comissão de Finanças opinou favoravelmente ao projeto, por unanimidade. Colocado em votação, o Projeto de Lei nº 2.193 foi aprovado por unanimidade. O Vereador Hedilberto disse que a pauta ambiental também receberá renovada atenção. O Vereador Ivan lembrou que o que se refere aos animais será agora ligado à secretaria de meio ambiente e não mais saúde. Em sequência, foi lido o Projeto de Lei nº 2.194, do Executivo: Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder a abertura de crédito especial para aquisição de veículo para atender as ações do Programa Bolsa Família no orçamento em vigência do município de Rio Pomba e dá outras providências. O sr. Presidente consultou quanto à concessão do regime de urgência para apreciação deste projeto. O regime de urgência foi concedido unanimemente. Solicitada a se manifestar, a Comissão de Finanças opinou favoravelmente ao projeto, por unanimidade. Colocado em votação, o Projeto de Lei nº 2.194 foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e dez minutos e redigida esta ata que, depois de



colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada eletronicamente pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

GLADSTONE RONCALLI DA SILVA

Vereador - PP

DEMÉTRIUS CARVALHO DE OLIVEIRA

Vereador - MDB

IVAN FERREIRA MARTINS

Presidente da Câmara

Municipal Vereador - MDB

JORGE LUÍS MARTINS SOARES

Vereador - PDT

CELSO VINÍCIUS DOS SANTOS

Vereador - PL

MARIA IMACULADA NUNES

Secret

ária

Verea

dora -

MDB

HEDILBERTO TEIXEIRA

Vereador - PDT

ROMEUE MOREIRA BATISTA

Vice-

presi

dente

Vere

ador

-

PSD

B

JUSCÉLIO BERNARDINO BRAZ



Vereador - PSD

Câmara Municipal de Rio Pomba - MG - Gabinete do(a) Vereador(a) -

11/08/2025, 15:37
Página 5 de 6

Documento assinado digitalmente - Chave: 232880aa-7bac-4b1d-ad80-38e7db95d5b1



Ata da Décima Primeira Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e dez minutos do dia quatro de agosto de dois mil e vinte e cinco, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Celso Vinícius dos Santos, Demétrius Carvalho de Oliveira, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria Imaculada Nunes e Romeu Moreira Batista; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Ivan Ferreira Martins, que colocou em discussão e votação as atas das sessões anteriores (23/junho e 01/julho), sendo ambas aprovadas por unanimidade para assinatura eletrônica. O sr. Presidente comunicou que o Executivo respondeu aos seguintes requerimentos: Requerimento 11, Requerimento 12, Requerimento 13, Requerimento 14, Requerimento 15, Requerimento 16, Requerimento 17, Requerimento 18 e Requerimento 19. Seguiram tramitando: a) Projeto de Lei nº 2.159, do Executivo: Autoriza o Poder Executivo a celebrar acordo em processos administrativos e a transacionar em processos judiciais em que o município de Rio Pomba for interessado, autor, réu ou tiver interesse jurídico na qualidade de assistente ou oponente e dá outras providências; b) Projeto de Lei nº 2.179, do Vereador Ivan Ferreira Martins: Proíbe a contratação, nomeação ou designação de pessoas condenadas por crimes praticados contra criança e adolescente para cargos, empregos públicos, incluindo aquelas vinculadas a empresas terceirizadas que prestem serviços no município de Rio Pomba. O Vereador Demétrius, Presidente da Comissão de Legislação, disse que a comissão fará nova avaliação sobre o Projeto de Lei nº 2.179 e o mesmo poderá ser votado na próxima reunião. Foi lido o Projeto de Lei nº 2.191, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Autoriza o município de Rio Pomba a conceder gratuitamente o dispositivo de monitorização de glicose por escaneamento intermitente para pessoas diagnosticadas com diabetes mellitus. Este projeto seguiu tramitando e foi encaminhado para as comissões de Legislação (o autor foi substituído pelo Vereador Hedilberto), Saúde e Finanças. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 2.195, do Vereador Hedilberto Teixeira: Cria o “Programa Prata da Casa”, que estabelece a obrigatoriedade de disponibilização de oportunidade para apresentação de grupos, bandas, cantores, dançarinos ou instrumentistas locais na abertura de eventos musicais que contem com financiamento público municipal. Este projeto seguiu tramitando e foi encaminhado para as comissões de Legislação e Educação. O autor falou sobre o objetivo do seu projeto e fez comentários sobre o festival gastronômico. O Gladstone disse que se possível daria o parecer verbal hoje. O sr. Presidente pediu que seja respeitado o rito e a análise das comissões. O Vereador Jorge disse que é bom seguir o trâmite e ver se cabem emendas. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 2.196, da Vereadora Maria Imaculada Nunes: Normatiza o Programa Farmácia Solidária, com o objetivo de estimular a conscientização, doação, dispensação para a população e descarte de



medicamentos no município. Este projeto seguiu tramitando e foi encaminhado para as comissões de Legislação, Saúde (a autora foi substituída pelo Vereador Romeu) e Finanças (a autora foi substituída pelo Vereador Juscélio). Seguindo a pauta, a pedido do autor, permaneceram tramitando, sem leitura: a) Projeto de Lei nº 2.197, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Institui medidas de incentivo à pesquisa científica, tecnológica e à inovação no ambiente produtivo no Município de Rio Pomba e dá outras providências; b) Projeto de Lei nº 2.198, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Institui a Política Municipal do Cuidado. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 2.199, do Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira: Denomina Praça com o nome de Antônio Dias de Oliveira. O autor falou sobre o projeto. Este projeto seguiu tramitando e foi enviado para a Comissão de Legislação. Ato contínuo, foi lido o Projeto de Lei nº 2.200, do Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira: Denomina Rua com o nome de Vantuil Antônio de Souza. O autor falou sobre este projeto. O Vereador Hedilberto disse que, respeitando as orientações da TecLegis, existem projetos que a Câmara pode votar em regime de urgência, citando alguns exemplos. O sr. Presidente disse que as normativas jurídicas devem ser atendidas, mas lembrou que ele colocou sob a manifestação do plenário a possibilidade de votar. O Vereador Demétrius falou sobre a importância das placas com os nomes das ruas para fins de entrega de mercadorias e outros. O sr. Presidente consultou o regime de urgência para os Projetos de Leis nºs 2.199 e 2.200. O plenário concedeu o regime a ambos. A Comissão de Legislação opinou favoravelmente aos dois projetos (o autor foi substituído pelo Vereador Gladstone). Colocado em votação, o Projeto de Lei nº 2.199 foi aprovado por unanimidade. Colocado em votação, o Projeto de Lei nº 2.200 foi aprovado por unanimidade. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 2.201, do Vereador Romeu Moreira Batista: Altera a Lei nº 1.759/2021, no que diz respeito à prestação dos serviços com cessão de drones. Este projeto seguiu tramitando e foi encaminhado para análise das comissões de Legislação, Serviços (o autor foi substituído pelo Vereador Gladstone), Meio Ambiente e Finanças. Após, foi lido o Requerimento nº 21: Requer informações sobre o plantão de farmácias. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 165: Base Móvel de Coordenação e Controle da Polícia Militar (BMCC); 2) Indicação nº 167: melhorias no muro de contenção das “Casas Populares”; 3) Indicação nº 170: melhorias no cemitério municipal; b) Gladstone Roncalli da Silva: 1) Indicação nº 153: contratação de empresa especializada para realização de estudo técnico de trânsito no município; 2) Indicação nº 154: contratação de mais um profissional médico na especialidade de neurologia; c) Hedilberto Teixeira: 1) Indicação nº 155: substituição de lixeiras coletivas; 2) Indicação nº 159: ônibus circular aos domingos; 2) Indicação nº 163: asfaltamento e iluminação no estacionamento do cemitério municipal e pintura



das placas com numeração do túmulos ao nível do chão; d) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 150: cadeira de rodas na capela mortuária municipal; 2) Indicação nº 160: aumento do teto MAC (média e alta complexidade) da saúde; 2) Indicação nº 166: placa de sinalização vertical de “sentido proibido”; e) Juscélio Bernardino Braz: 1) Indicação nº 156: asfaltamento da Rua Francisco Lucas Esteves; 2) Indicação nº 161: realocação do ponto de táxi localizado ao lado do hospital; 3) Indicação nº 162: construção de ponte de concreto no Monte Alegre e Neblina; f) Maria Imaculada Nunes: 1) Indicação nº 148: transporte da saúde para atender moradores do bairro Panorama; 2) Indicação nº 157: criação ou ampliação do cemitério municipal, bem como a criação de ossuários e columbários; 3) Indicação nº 158: criação de cemitério público municipal para animais de estimação. No pequeno expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre as indicações e projetos. Aberta a ordem do dia às dezenove horas e quarenta e nove minutos, foram lidos o Parecer nº 06 da Comissão de Legislação: veto do Executivo e o Projeto de Decreto Legislativo nº 229, da Comissão de Legislação: Mantém veto ao Projeto de Lei Complementar nº 43, que altera dispositivos da Lei nº 934/94, que Institui o Código de Posturas Municipal. Colocado em votação, o Projeto de Decreto Legislativo nº 229 foi aprovado por 06 (seis) votos dos Vereadores: Celso Vinícius dos Santos, Gladstone Roncalli da Silva, Romeu Moreira Batista, Maria Imaculada Nunes, Jorge Luís Martins Soares e Demétrius Carvalho de Oliveira; votando contra os Vereadores Hedilberto Teixeira e Juscélio Bernardino Braz. O Vereador Hedilbertou lamentou o veto porque o projeto não gera despesa alguma ao município, além de trazer benefícios para a população. O Vereador Juscélio disse que o projeto é de utilidade para a população e foi aprovado por unanimidade. O Vereador Demétrius disse que existem julgados favoráveis à criação de despesa por vereadores, mas citou que o código de posturas é ultrapassado e a Câmara já enfrentou problemas com ele. Seguindo os trabalhos, foram lidos: a) Parecer nº 07 da Comissão de Legislação ao Projeto de Lei nº 2.169; b) Parecer nº 01 da Comissão de Saúde ao Projeto de Lei nº 2.169. Após, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.169, do Vereador Juscélio Bernardino Braz: Autoriza o Poder Executivo a destinar espaço para a prática de manobras com motocicletas, o Wheeling, e cria a rua do grau no município de Rio Pomba. Este projeto foi rejeitado por 05 (cinco) votos dos Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Maria Imaculada Nunes, Gladstone Roncalli da Silva e Celso Vinícius dos Santos; votando favoráveis os Vereadores: Juscélio Bernardino Braz, Romeu Moreira Batista e Hedilberto Teixeira. O Vereador Demétrius justificou seu voto como sendo devido à falta de estrutura em segurança e primeiros socorros, no momento, para os praticantes. O Vereador Juscélio disse que se trata de um espaço adequado que o Executivo pode fazer, se quiser, para os “meninos brincarem” e terem mais segurança, ao invés de



ficar levantando roda na rua. O Vereador Jorge disse que recebeu muitas mãos pedindo para não aprovar o projeto e salientou a falta de preparo para o esporte. A Vereadora Imaculada votou contra pela falta de estrutura médico-hospitalar diante de uma “brincadeira” que pode levar os praticantes à morte, comparativamente com o evento de motocross, citou que não votou sobre motocross. O Vereador Romeu disse ter um compromisso com um praticante, apesar que o projeto não era para ter sido feito desta forma, assim votou a favor. O Vereador Hedilberto disse que continuará tentando pelo interesse dos praticantes; e citou que Belo Horizonte é conhecida como a capital mineira do grau e outros o reconhecem com um esporte com segurança; alegar a falta de estrutura, lembrou que o skate já foi criminalizado e hoje tem grandes atletas; o projeto seria como o motocross, com investimentos do Executivo. O Vereador Celso disse que as comissões não acharam viável pela falta de segurança. No grande expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre assuntos de interesse público. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e vinte e quatro minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada eletronicamente pelo Sr. Presidente; por mim, Secretária; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.



Ata da Décima Segunda Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e doze minutos do dia dezoito de agosto de dois mil e vinte e cinco, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Celso Vinícius dos Santos, Demétrius Carvalho de Oliveira, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria Imaculada Nunes e Romeu Moreira Batista; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Ivan Ferreira Martins, que determinou a leitura dos ofícios do Executivo em resposta aos requerimentos 14, 15 e 21. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que as informações constantes na resposta ao requerimento 15, sobre a urbanização do Rosário Central, são muito graves e necessitam de uma investigação por parte de uma comissão de vereadores nomeada pelo Presidente, praticamente abrindo uma CPI, mediante assinatura dos vereadores criando. O sr. Presidente perguntou se o vereador está sugerindo uma CPI e disse que tomará as providências diante da formalização de um pedido dos vereadores. O Vereador Demétrius disse que analisará os documentos enviados e, se for o caso, a Câmara poderá encaminhar ao Ministério Público, inclusive tendo em vista a Câmara não dispor de um corpo técnico para assessorar a CPI. O Vereador Romeu disse que nada impede os vereadores de intimarem pessoas para apurar o assunto. O sr. Presidente disse que apurará os fatos e se houver indícios nomeará comissão apuradora. A Vereadora Imaculada comentou que na resposta já menciona o fato da empresa ter sido notificada. Passando à pauta, foram lidos: a) Projeto de Lei Complementar nº 44, dos Vereadores Juscélio Bernardino Braz e Hedilberto Teixeira: Institui desconto no pagamento de IPTU no município de Rio Pomba e dá outras providências; b) Projeto de Lei Complementar nº 45, do Vereador Juscélio Bernardino Braz: Institui o programa de incentivo e desconto no IPTU, denominado "IPTU Verde" no município de Rio Pomba. Estes projetos seguiram tramitando e foram encaminhados para análise das Comissões de Legislação e Finanças. O Vereador Hedilberto Teixeira falou sobre o Projeto de Lei Complementar nº 44 e a possibilidade da iniciativa legislativa. A seguir, foi lido o Projeto de Lei Complementar nº 46, da Vereadora Maria Imaculada Nunes: Altera dispositivos da Lei nº 934/94, que Institui o Código de Posturas Municipal, com relação à disposição de lixo domiciliar em prédios. Este projeto seguiu tramitando e foi encaminhado para análise das Comissões de Legislação, Obras e Meio Ambiente. Continuando os trabalhos, permaneceram tramitando, enquanto aguardam análise das comissões: a) Projeto de Lei nº 2.159, do Executivo: Autoriza o Poder Executivo a celebrar acordo em processos administrativos e a transacionar em processos judiciais em que o município de Rio Pomba for interessado, autor, réu ou tiver interesse jurídico na qualidade de assistente ou oponente e dá outras providências; b) Projeto de Lei nº 2.179, do Vereador Ivan Ferreira Martins: Proíbe a contratação, nomeação ou designação de pessoas condenadas por crimes praticados contra criança e adolescente para cargos, empregos públicos, incluindo aquelas vinculadas a empresas terceirizadas que prestem serviços no município de Rio Pomba; c) Projeto de Lei nº 2.191, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Autoriza o município de Rio Pomba a conceder gratuitamente o dispositivo de monitorização de glicose por escaneamento intermitente para pessoas diagnosticadas com diabetes mellitus; d) Projeto de Lei nº 2.195, do Vereador



Hedilberto Teixeira: Cria o “Programa Prata da Casa”, que estabelece a obrigatoriedade de disponibilização de oportunidade para apresentação de grupos, bandas, cantores, dançarinos ou instrumentistas locais na abertura de eventos musicais que contem com financiamento público municipal; e) Projeto de Lei nº 2.196, da Vereadora Maria Imaculada Nunes: Normatiza o Programa Farmácia Solidária, com o objetivo de estimular a conscientização, doação, dispensação para a população e descarte de medicamentos no município. A pedido do autor, permaneceu tramitando, sem leitura, o Projeto de Lei nº 2.197, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Institui medidas de incentivo à pesquisa científica, tecnológica e à inovação no ambiente produtivo no Município de Rio Pomba e dá outras providências. O autor, Vereador Jorge Luís Martins Soares, requisitou ao sr. Presidente a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 2.198: Institui a Política Municipal do Cuidado. Permaneceu em tramitação o Projeto de Lei nº 2.201, do Vereador Romeu Moreira Batista: Altera a Lei nº 1.759/2021, no que diz respeito à prestação dos serviços com cessão de drones; o qual está sob análise das comissões. A pedido do autor, seguiu tramitando o Projeto de Lei nº 2.202, do Vereador Romeu Moreira Batista: Dispõe sobre a autorização e regulamentação do uso de drones para mapeamento aéreo multiespectral, uso na agricultura e no combate a vetores de doenças no município de Rio Pomba. O autor disse que irá substituí-lo. Sobre o Projeto de Lei nº 2.195 foi falado sobre a necessidade de inserir emendas. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 2.203, do Executivo: Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder a abertura de crédito especial visando a inclusão de dotação no orçamento vigente para cobertura da despesa de subvenção social para Associação dos Amigos e Protetores dos Animais de Rio Pomba e dá outras providências. O sr. Presidente anunciou a tramitação e o encaminhou para análise da Comissão de Finanças. O Vereador Jorge Luís Martins Soares pediu que o sr. Presidente consulte o plenário quanto ao regime de urgência. O sr. Presidente disse que o processo legislativo ficou muito ressaltado com a implantação do sistema Tec Legis. O Vereador Celso opinou pela urgência, assim como o Vereador Hedilberto. O Vereador Gladstone opinou pelo seguimento do rito e a manifestação da comissão. O Vereador Romeu opinou pela tramitação. A Vereadora Imaculada pediu a tramitação. Os Vereadores Jorge e Juscélio opinaram a favor da urgência. O Vereador Demétrius citou a ausência do jurídico da Câmara e a necessidade do processo legislativo para evitar questionamentos; ressaltou a importância dos recursos para a entidade; opinou pela urgência. Solicitada a se manifestar, a Comissão de Finanças pediu a tramitação do projeto. O Vereador Gladstone disse que jamais votará contra uma entidade, mas ressaltou a ausência do jurídico e a necessidade de cumprir o rito. A Vereadora Imaculada apoiou as palavras do Gladstone. O Vereador Romeu falou sobre um estudo para se criar um abrigo adequado. O Vereador Hedilberto disse que os próximos projetos têm pedido de urgência e se for seguir este raciocínio será necessário uma sessão extraordinária. O Vereador Jorge Luís solicitou um parecer contábil. Continuando a pauta, foi lido o Projeto de Lei nº 2.204, do Executivo: Institui o programa “ProAgro Rio Pomba”, dispõe sobre seu funcionamento e dá outras providências. O sr. Presidente colocou em votação o pedido de urgência do autor, o qual foi rejeitado por sete votos dos Vereadores: Hedilberto Teixeira, Gladstone R. Silva, Celso V. Santos, Romeu M.



Batista, Maria Imaculada Nunes, Juscélio B. Braz e Demétrius C. Oliveira; votando a favor apenas o Vereador Jorge Luís M. Soares. O Vereador Celso pediu que a comissão se reúna amanhã e seja designada uma extraordinária. Assim, este projeto foi encaminhado para as Comissões de Legislação, Obras e Serviços, Finanças. Seguindo a pauta, foi lido o Projeto de Lei nº 2.205, do Executivo: Autoriza o município de Rio Pomba a conceder contribuição ao Sindicato dos Produtores Rurais de Rio Pomba para custear despesas de festividade e dá outras providências. O sr. Presidente colocou em votação o pedido de urgência do autor, o qual foi rejeitado por sete votos dos Vereadores: Hedilberto Teixeira, Gladstone R. Silva, Celso V. Santos, Romeu M. Batista, Maria Imaculada Nunes, Juscélio B. Braz e Demétrius C. Oliveira; votando a favor apenas o Vereador Jorge Luís M. Soares. Assim, este projeto foi encaminhado para as Comissões de Legislação e Finanças. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 2.206, do Executivo: Autoriza o Poder Executivo Municipal de Rio Pomba a celebrar convênio intermunicipal com os municípios de Silveirânia e Tabuleiro para a implantação e manutenção do serviço de acolhimento institucional regional para crianças e adolescentes, e dá outras providências. O sr. Presidente colocou em votação o pedido de urgência do autor, o qual foi rejeitado por seis votos dos Vereadores: Hedilberto Teixeira, Gladstone R. Silva, Celso V. Santos, Romeu M. Batista, Maria Imaculada Nunes, Juscélio B. Braz; votando a favor os Vereadores Jorge Luís M. Soares e Demétrius C. Oliveira. Assim, este projeto foi encaminhado para as Comissões de Legislação, Obras e Serviços, Finanças. Foi citada a necessidade de se realizar uma sessão extra e a emissão dos pareceres. O sr. Presidente salientou que as comissões falam sobre analisar os projetos mas acabam não emitindo os pareceres. A seguir, foi lido o Projeto de Resolução nº 381, da Mesa Diretora: Estima a receita e fixa a despesa da Câmara para o exercício de 2026 (três milhões de reais). O sr. Presidente colocou em votação o pedido de urgência da Mesa Diretora, tendo em vista o prazo de até 31 de agosto que a Câmara deve enviá-lo ao Executivo. O pedido de urgência foi aprovado por cinco votos dos Vereadores: Demétrius C. Oliveira, Jorge L. M. Soares, Romeu M. Batista, Gladstone R. Silva e Celso V. Santos; votando contra os Vereadores: Juscélio B. Braz, Maria Imaculada Nunes e Hedilberto Teixeira. O sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Finanças, a qual opinou favoravelmente ao projeto pelos votos dos membros Maria Imaculada Nunes e Celso Vinícius dos Santos, sendo que o Vereador Hedilberto Teixeira opinou contra. Submetido à votação plenária, o Projeto de Resolução nº 381 foi aprovado por seis votos dos Vereadores: Demétrius C. Oliveira, Jorge L. M. Soares, Maria Imaculada Nunes, Romeu M. Batista, Gladstone R. Silva e Celso V. Santos; votando contra os Vereadores: Juscélio B. Braz e Hedilberto Teixeira. Em sequência foram lidas: a) Celso Vinícius dos Santos: 1) Indicação nº 177: redutores de velocidade próximo do Loteamento Panorama; b) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 168: academia ao ar livre no Caps; 2) Indicação nº 173: revitalização da Praça do Rosário; 3) Indicação nº 182: construção de praça no alto do Morro do Cabo Geraldo; c) Hedilberto Teixeira: 1) Indicação nº 172: obras de calçamento ou asfaltamento em pontos críticos nas comunidades rurais de Formigas e Vogados; d) Ivan Ferreira Martins: 1) Indicação nº 174: homenagem ao ex-Vereador Antônio Roque; e) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 151:



asfaltamento na Serrinha; 2) Indicação nº 179: instalação de bueiro em frente a Igreja Assembleia de Deus Ministério de Rio Pomba; 3) Indicação nº 180: calçamento com sistema de drenagem no início da estrada rural Gonçalves/Vogados; f) Juscélio Bernardino Braz: 1) Indicação nº 139: academias ao ar livre; g) Maria Imaculada Nunes: 1) Indicação nº 149: limpeza na quadra da exposição; 2) Indicação nº 164: asfaltamento em torno da capela mortuária; 3) Indicação nº 171: melhorias no loteamento Jardim São Luís. No pequeno expediente os Vereadores puderam falar sobre as indicações e projetos. Aberta a ordem do dia às vinte horas e quinze minutos, os vereadores inscritos puderam falar sobre assuntos de interesse público. O Vereador Hedilberto falou sobre a recente exoneração da advogada da Câmara; salientou que em momento algum fez este pedido ao Presidente, contrariando inclusive o que foi dito no início do ano de que ele e Gladstone haviam pedido a exoneração de Mônica, Rone e Vânia; disse que posteriormente tudo ficou bem detalhado para todos, sendo que podem haver desavenças mas tudo resolvido com um pedido de desculpas; relatou isso diante da afirmação do Presidente à Dra. Vânia de que vereadores queriam a demissão dela; disse que nesta tarde a dra. Vânia queria estar presente na tribuna hoje, mas, por motivo de saúde do seu esposo, ficou impossibilitada, de modo que redigiu e assinou uma carta, a qual lhe foi entregue para ser lida. Com autorização do Presidente e da Secretaria, o Vereador Hedilberto fez a leitura de comunicado da dra. Vânia, a qual ficou à disposição dos vereadores. O sr. Presidente disse que todos os vereadores e funcionários conhecem a sua forma de trabalhar, relatou estar surpreso e indignado diante de tamanha denúncia infundada, chegando a ser vexatória; disse que se porta de forma profissional e dá o direito de fala a todos os funcionários e vereadores; disse que é um direito do Vereador Hedilberto apresentar e fazer a leitura da carta, algo que ele, Presidente, jamais irá repudiar; frisou que é uma carta vexatória diante de uma simples decisão administrativa, havendo a presidência entendido que os trabalhos jurídicos não eram correspondentes às demandas da Câmara; disse estar espantado com a chegada de uma carta dessas, a qual levará ao seu advogado para a tomada de providências. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e trinta e seis minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada eletronicamente pelo Sr. Presidente; por mim, Secretária; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.



Ata da Terceira Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e sete minutos do dia vinte e seis de agosto de dois mil e vinte e cinco, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Celso Vinícius dos Santos, Demétrius Carvalho de Oliveira, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria Imaculada Nunes e Romeu Moreira Batista; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Ivan Ferreira Martins, que deu abertura à ordem do dia e determinou a tramitação de: a) Parecer 15, Comissão de Legislação; b) Emenda 01, Comissão de Legislação; c) Projeto de Lei nº 2.179, do Vereador Ivan: Proíbe a contratação, nomeação ou designação de pessoas condenadas por crimes praticados contra criança e adolescente para cargos, empregos públicos, incluindo aquelas vinculadas a empresas terceirizadas que prestem serviços no município. O processo foi encaminhado para a Comissão de Educação, tendo em vista o teor da emenda. A seguir, foi lido Parecer 06, Comissão de Finanças e o parecer do assessor jurídico da Câmara. O sr. Presidente consultou o plenário quanto à concessão do regime de urgência especial para apreciação do Projeto de Lei nº 2.203, o que foi aprovado por unanimidade. Após, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.203, do Executivo: Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder a abertura de crédito especial visando a inclusão de dotação no orçamento vigente para cobertura da despesa de subvenção social para Associação dos Amigos e Protetores dos Animais de Rio Pomba. Este projeto foi aprovado por unanimidade. Seguindo os trabalhos, foram lidos: a) Parecer 16, Comissão de Legislação; b) Parecer 07, Comissão de Finanças; c) parecer da assessoria jurídica da Câmara. O sr. Presidente consultou o plenário quanto à concessão do regime de urgência especial para apreciação do Projeto de Lei nº 2.205, o que foi aprovado por unanimidade. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.205, do Executivo: Autoriza o município de Rio Pomba a conceder contribuição ao Sindicato dos Produtores Rurais de Rio Pomba para custear despesas de festividade. Este projeto foi aprovado por unanimidade. Continuando os trabalhos, foram lidos: a) Parecer 17, Comissão de Legislação; b) Parecer 08, Comissão de Finanças; c) parecer da assessoria jurídica da Câmara. O sr. Presidente consultou o plenário quanto à concessão do regime de urgência especial para apreciação do Projeto de Lei nº 2.206, o que foi aprovado por unanimidade. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.206, do Executivo: Autoriza o Poder Executivo Municipal de Rio Pomba a celebrar convênio intermunicipal com os municípios de Silveirânia e Tabuleiro para a implantação e manutenção do serviço de acolhimento institucional regional para crianças e adolescentes, e dá outras providências. Este projeto foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezoito horas e trinta e sete minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue



assinada eletronicamente pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.



Ata da Décima Terceira Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e três minutos do dia primeiro de setembro de dois mil e vinte e cinco, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Celso Vinícius dos Santos, Demétrius Carvalho de Oliveira, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria Imaculada Nunes e Romeu Moreira Batista; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Ivan Ferreira Martins, que solicitou ao suplente de secretário, Vereador Celso Vinícius dos Santos, que fizesse as leituras nesta sessão, considerando estar a Secretária indisposta fisicamente. Foram lidos os ofícios do Executivo em resposta aos requerimentos 17, 18 e 19. Passando à pauta, seguiram tramitando: a) Projeto de Lei Complementar nº 44, dos Vereadores Juscélio Bernardino Braz e Hedilberto Teixeira: Institui desconto no pagamento de IPTU no município de Rio Pomba e dá outras providências; b) Projeto de Lei Complementar nº 45, do Vereador Juscélio Bernardino Braz: Institui o programa de incentivo e desconto no IPTU, denominado "IPTU Verde" no município de Rio Pomba; c) Projeto de Lei Complementar nº 46, da Vereadora Maria Imaculada Nunes: Altera dispositivos da Lei nº 934/94, que Institui o Código de Posturas Municipal, com relação à disposição de lixo domiciliar em prédios; d) Projeto de Lei nº 2.159, do Executivo: Autoriza o Poder Executivo a celebrar acordo em processos administrativos e a transacionar em processos judiciais em que o município de Rio Pomba for interessado, autor, réu ou tiver interesse jurídico na qualidade de assistente ou oponente e dá outras providências; e) Projeto de Lei nº 2.191, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Autoriza o município de Rio Pomba a conceder gratuitamente o dispositivo de monitorização de glicose por escaneamento intermitente para pessoas diagnosticadas com diabetes mellitus; f) Projeto de Lei nº 2.196, da Vereadora Maria Imaculada Nunes: Normatiza o Programa Farmácia Solidária, com o objetivo de estimular a conscientização, doação, dispensação para a população e descarte de medicamentos no município; g) Projeto de Lei nº 2.197, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Institui medidas de incentivo à pesquisa científica, tecnológica e à inovação no ambiente produtivo no Município de Rio Pomba e dá outras providências; h) Projeto de Lei nº 2.201, do Vereador Romeu Moreira Batista: Altera a Lei nº 1.759/2021, no que diz respeito à prestação dos serviços com cessão de drones; i) Projeto de Lei nº 2.202, do Vereador Romeu Moreira Batista: Dispõe sobre a autorização e regulamentação do uso de drones para mapeamento aéreo multiespectral, uso na agricultura e no combate a vetores de doenças no município de Rio Pomba. Continuando os trabalhos, foram lidos: a) Parecer nº 4, da Assessoria Jurídica: Projeto de Lei 2.204; b) Parecer nº 2, da Comissão de Obras: Projeto de Lei 2.204; c) Parecer nº 9, da Comissão de Finanças: Projeto de Lei 2.204. Faltando apenas a assinatura eletrônica do parecer da Comissão de Legislação, mediante proposta do sr. Presidente o plenário aceitou o parecer favorável desta comissão, cujos membros se pronunciaram; após o que o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei 2.204, do Executivo, que Institui o programa "ProAgro Rio Pomba", dispõe sobre seu funcionamento e dá outras providências. Deste projeto se obteve a aprovação por unanimidade. A seguir, foi lida a Moção nº 3, do Vereador Hedilberto Teixeira: Moção de aplausos a Paulo Roberto Gaudereto Alves. O autor falou sobre



a mesma. Votada, esta moção foi aprovada por unanimidade. Após, foi lida a Moção nº 4, do Vereador Hedilberto Teixeira: Moção de aplausos a Reynaldo Marques de Ascensão. Votada, esta moção foi aprovada por unanimidade. O Vereador Romeu Moreira recordou que o ex-Vereador Reynaldo Marques foi o criador das moções de aplausos. O Vereador Hedilberto também falou sobre a trajetória do homenageado. Seguindo a pauta, foram lidos: a) Requerimento nº 23, do Vereador Hedilberto: informações sobre emissão de identidade; b) Requerimento nº 24, do Vereador Hedilberto: informações sobre alistamento militar; c) Requerimento nº 25, do Vereador Hedilberto: informações sobre os médicos da prefeitura; d) Requerimento nº 26, do Vereador Hedilberto: informações sobre piso da enfermagem. O autor falou sobre seus requerimentos. Votados, todos os requerimentos foram aprovados por unanimidade. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 194: disponibilização de banho e cuidados para moradores de rua; 2) Indicação nº 195: aquisição de kit para a defesa civil; b) Hedilberto Teixeira: 1) Indicação nº 193: grade de proteção na Rua Cel. Francisco Vieira; c) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 181: reforma dos banheiros da rodoviária; 2) Indicação nº 189: calçamento da estrada Barra do Bomjardim; d) Juscélio Bernardino Braz: 1) Indicação nº 139: instalação de academias ao ar livre; e) Maria Imaculada Nunes: 1) Indicação nº 183: restauração da calçada em frente à Clinerp; 2) Indicação nº 185: melhorias no campo de futebol dos Coelhos; f) Demétrius Carvalho de Oliveira e Maria Imaculada Nunes: 1) Indicação nº 196: investimentos na área de segurança pública. No pequeno expediente os vereadores puderam falar sobre as indicações e projetos. O Vereador Romeu Moreira disse que alguém lhe explicasse a existência dos quilombolas na região dos Coelhos, pois desde criança sabe que ali nunca teve esse nome de quilombola; disse que foi algo deixado por um cidadão para quem permanecesse até a quinta geração e depois disso pudesse ser vendido; disse que no mandato passado arrumaram esse negócio de quilombola e gostaria de saber algo que mostre os quilombolas nos Coelhos; disse possuir a escritura original do cidadão que passou esse terreno. A Vereadora Imaculada disse que pode convidar uma moradora do quilombola para falar sobre o assunto, pois ela tem mais de quarenta anos de conhecimento. Às dezoito horas e cinquenta e oito minutos, aberta a ordem do dia, foram lidos: a) Parecer nº 05, Assessoria Jurídica: Projeto de Lei 2.179; b) Parecer nº 15, da Comissão de Legislação: Projeto de Lei 2.179; c) Emenda nº 1-Aditiva, da Comissão de Legislação: Projeto de Lei 2.179. O sr. Presidente colocou esta emenda em votação, a qual foi aprovada por unanimidade. A seguir, consultou o plenário quanto ao regime de urgência para o Projeto de Lei nº 2.179, do Vereador Ivan Ferreira Martins: Proíbe a contratação, nomeação ou designação de pessoas condenadas por crimes praticados contra criança e adolescente para cargos, empregos públicos, incluindo aquelas vinculadas a empresas terceirizadas que prestem serviços no município de Rio Pomba. Aprovada a urgência por unanimidade e submetido à apreciação plenária, o Projeto de Lei nº 2.179 foi aprovado por unanimidade. Houve comentários sobre a emenda e o projeto. Ato contínuo, foram lidos: a) Parecer nº 03, Assessoria Jurídica: Projeto de Lei 2.195; b) Parecer nº 13, da Comissão de Legislação: Projeto de Lei 2.195; c) Parecer nº 05, da Comissão de Educação: Projeto de Lei 2.195; d) Emenda nº 1-Modificativa, da Comissão de



Legislação: Projeto de Lei 2.195; e) Emenda nº 2-Modificativa, da Comissão de Legislação: Projeto de Lei 2.195; f) Emenda nº 3-Aditiva, da Comissão de Educação: Projeto de Lei 2.195. Colocadas em votação, as três emendas foram aprovadas por unanimidade. A seguir, consultou o plenário quanto ao regime de urgência para o Projeto de Lei nº 2.195, do Vereador Hedilberto Teixeira: Cria o “Programa Prata da Casa”, que estabelece a obrigatoriedade de disponibilização de oportunidade para apresentação de grupos, bandas, cantores, dançarinos ou instrumentistas locais na abertura de eventos musicais que contem com financiamento público municipal. Aprovada a urgência por unanimidade e submetido à apreciação plenária, o Projeto de Lei nº 2.195 foi aprovado por unanimidade. Houve comentários sobre as emendas e o projeto. No grande expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre assuntos de interesse público. Sobre o comentário do Vereador Romeu feito na sessão anterior, relacionado à urbanização do Rosário Central, o Vereador Hedilberto disse ser necessário realmente verificar a documentação. Os Vereadores Hedilberto, Ivan e Demétrius parabenizaram a administração pela excelente organização da exposição agropecuária, que transcorreu sem problemas. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e trinta e quatro minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada eletronicamente pelo Sr. Presidente; por mim, Secretária; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.



Ata da Décima Quarta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e treze minutos do dia quinze de setembro de dois mil e vinte e cinco, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Celso Vinícius dos Santos, Demétrius Carvalho de Oliveira, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maria Imaculada Nunes e Romeu Moreira Batista; ausente o Vereador Juscélio Bernardino Braz; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Ivan Ferreira Martins, registrou os 40 anos de fundação do Rotary Club de Rio Pomba. Após, o sr. Presidente colocou em votação as atas das sessões anteriores (04, 18 e 26/agosto e 01/setembro), as quais foram aprovadas pela unanimidade dos presentes. Foram lidos os ofícios do Executivo em resposta aos requerimentos 16, 23 e 24. O Vereador Juscélio Bernardino Braz compareceu à sessão às dezoito horas e dezesseis minutos. O Vereador Hedilberto pediu que o sr. Presidente lesse a resposta ao Requerimento 26, por ser importante. O sr. Presidente disse que foi acordado que seriam lidas três respostas por reunião. Passando à pauta, seguiram tramitando: a) Projeto de Lei Complementar nº 44, dos Vereadores Juscélio Bernardino Braz e Hedilberto Teixeira: Institui desconto no pagamento de IPTU no município de Rio Pomba e dá outras providências; b) Projeto de Lei Complementar nº 45, do Vereador Juscélio Bernardino Braz: Institui o programa de incentivo e desconto no IPTU, denominado "IPTU Verde" no município de Rio Pomba; c) Projeto de Lei Complementar nº 46, da Vereadora Maria Imaculada Nunes: Altera dispositivos da Lei nº 934/94, que Institui o Código de Posturas Municipal, com relação à disposição de lixo domiciliar em prédios; d) Projeto de Lei nº 2.159, do Executivo: Autoriza o Poder Executivo a celebrar acordo em processos administrativos e a transacionar em processos judiciais em que o município de Rio Pomba for interessado, autor, réu ou tiver interesse jurídico na qualidade de assistente ou oponente e dá outras providências; e) Projeto de Lei nº 2.191, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Autoriza o município de Rio Pomba a conceder gratuitamente o dispositivo de monitorização de glicose por escaneamento intermitente para pessoas diagnosticadas com diabetes mellitus; f) Projeto de Lei nº 2.196, da Vereadora Maria Imaculada Nunes: Normatiza o Programa Farmácia Solidária, com o objetivo de estimular a conscientização, doação, dispensação para a população e descarte de medicamentos no município. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 2.197, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Institui medidas de incentivo à pesquisa científica, tecnológica e à inovação no ambiente produtivo no Município de Rio Pomba e dá outras providências. Este projeto seguiu tramitando e foi encaminhado às comissões de Legislação (Jorge foi substituído por Gladstone) e Serviços. O autor do projeto pediu que as comissões ouçam um professor do Instituto Federal que está bem a par do que trata este projeto. Considerando que vai ser modificado pelo autor, seguiu tramitando o Projeto de Lei nº 2.202, do Vereador Romeu Moreira Batista: Dispõe sobre a autorização e regulamentação do uso de drones para mapeamento aéreo multiespectral, uso na agricultura e no combate a vetores de doenças no município de Rio Pomba. Continuando os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 2.207, do Executivo: Autoriza o Poder Executivo a doar veículo para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rio Pomba e dá outras providências. O sr. Presidente solicitou a manifestação do assessor jurídico da Câmara, dr. Pedro, e da assessora



jurídica do Executivo, dra. Stefany. O sr. Presidente consultou o plenário quanto ao regime de urgência solicitado pelo Executivo, pedido que foi aprovado por unanimidade. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação verbal das Comissões de Legislação, Educação e Finanças, sendo que as três comissões opinaram favoráveis ao projeto. O Vereador Demétrius se pronunciou. Foi apresentada e lida uma Emenda Aditiva 01, da Comissão de Legislação. O sr. Presidente consultou o plenário se o projeto poderia ser votado no expediente ou deveria ser remetido à ordem do dia, sendo que o plenário autorizou a votação no próprio expediente. Colocada sob deliberação, a Emenda Aditiva 01 foi aprovada por unanimidade. A seguir, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.207, o qual foi aprovado por unanimidade. Continuando os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 2.208, do Executivo: Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder a abertura de crédito especial no orçamento em vigência do Município de Rio Pomba para construção de nova sede para Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e dá outras providências. O sr. Presidente solicitou a manifestação da assessora jurídica do Executivo, dra. Stefany. O Vereador Hedilberto, como membro das comissões, lembrou que as mesmas não se reuniram e se trata de um projeto de mais de dois milhões de reais, sendo um assunto diferente de auxílio a entidades ou nome de rua, de modo que não tem os pareceres das comissões; pediu ao sr. Presidente que o projeto seja votado na próxima reunião pelo valor do projeto. O sr. Presidente disse entender a fala do vereador e disse que o plenário é soberano e sempre dará voz ao plenário. O assessor jurídico da Câmara se pronunciou. O Vereador Demétrius disse haver recebido o parecer jurídico da Casa e falou da importância do projeto, com recursos oriundos de emendas parlamentares, além de retirar o almoxarifado de dentro da cidade e levá-lo para o distrito industrial, oportunizando uma área de lazer no lugar atual. O sr. Presidente consultou o plenário quanto ao pedido de urgência do Executivo, o qual foi aprovado pelo voto de 06 (seis) Vereadores: Celso Vinícius dos Santos, Gladstone Roncalli da Silva, Romeu Moreira Batista, Maria Imaculada Nunes, Jorge Luís Martins Soares e Demétrius Carvalho de Oliveira; votando contrários os Vereadores Hedilberto Teixeira e Juscélio Bernardino Braz. Solicitada a se manifestar, a Comissão de Obras opinou favorável ao projeto pelos Vereadores Romeu Moreira Batista e Maria Imaculada Nunes, sendo que o Vereador Hedilberto Teixeira opinou contra. A seguir, a Comissão de Finanças opinou favorável ao projeto pelos Vereadores Maria Imaculada Nunes e Celso Vinícius dos Santos, sendo que o Vereador Hedilberto Teixeira opinou contra. O Vereador Hedilberto disse que não se está debatendo sobre área de lazer para a comunidade; ressaltou estar havendo contradições, pois em sessão anterior um simples nome de rua não poderia ser votado sem parecer. O sr. Presidente disse não estar havendo incoerência na administração desta Casa. Colocado em apreciação plenária, o Projeto de Lei nº 2.208 foi aprovado por 06 (seis) votos dos Vereadores: Celso Vinícius dos Santos, Gladstone Roncalli da Silva, Romeu Moreira Batista, Maria Imaculada Nunes, Jorge Luís Martins Soares e Demétrius Carvalho de Oliveira; votando contrários os Vereadores Hedilberto Teixeira e Juscélio Bernardino Braz. O Vereador Demétrius esclareceu que esse dinheiro não existia e foi conquista desta administração. O Vereador Jorge disse ser favorável por se tratar de uma obra que há muito tempo deveria ter sido realizada. O



Vereador Hedilberto lembrou apenas que é devido mais respeito aos vereadores que pedem mais tempo para análise. Seguindo a pauta, foi lido o Projeto de Lei nº 2.209, do Executivo: Autoriza o Poder Executivo a conceder bônus excepcional aos profissionais da educação básica integrantes do quadro ativo de pessoal do município de Rio Pomba e dá outras providências. Usou a palavra a dra. Stefany, assessora jurídica do Executivo, e vereadores comentaram. O sr. Presidente consultou o plenário quanto ao regime de urgência solicitado pelo Executivo, pedido que foi aprovado por unanimidade. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação verbal das Comissões de Legislação, Educação e Finanças, sendo que as três comissões opinaram favoráveis ao projeto, com manifestações dos membros. A seguir, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.209, o qual foi aprovado por unanimidade. O sr. Presidente solicitou a leitura de mais duas respostas do Executivo, em resposta ao Requerimento nº 26 e ao pedido de informações assinado pelos vereadores sobre a urbanização no Rosário Central. O sr. Presidente disse que os documentos estão disponíveis para cópias. A seguir, foram lidos: a) Requerimento nº 22, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: requer informações sobre a lei da jornada reduzida de trabalho; b) Requerimento nº 27, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: requer informações sobre instalação de lâmpadas de LED. O autor falou sobre os requerimentos. Votados, estes requerimentos foram aprovados por unanimidade. Seguindo os trabalhos, foi lida a Moção nº 5, do Vereador Hedilberto Teixeira: moção de aplausos à banda do Ginásio. Os Vereadores Hedilberto, Demétrius, Imaculada, Romeu e Ivan se pronunciaram. Votada, esta moção foi aprovada por unanimidade. A seguir, foi lida a Moção nº 6, do Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira: moção de aplausos Dênis Zanetti Quintão. O autor se pronunciou. Votada, esta moção foi aprovada por unanimidade. Após, foi lida a Moção nº 7, do Vereador Ivan Ferreira Martins: moção de aplausos Fabrícia Nunes Noronha. O autor se pronunciou. Votada, esta moção foi aprovada por unanimidade. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 201: redutor de velocidade no Jardim América; 2) Indicação nº 202: redutor de velocidade no Belvedere; 3) Indicação nº 203: campanha de saúde bucal; b) Hedilberto Teixeira: 1) Indicação nº 197: providências na Vila Gomes/Estação; 2) Indicação nº 199: instalação de passagens elevadas nas laterais da igreja do Rosário; 3) Indicação nº 200: banda do Ginásio como patrimônio imaterial; c) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 204: calçamento em trecho do Bomjardim; 2) Indicação nº 205: casamento comunitário; 3) Indicação nº 206: captação de enxurrada nos Leandros; d) Juscélio Bernardino Braz: 1) Indicação nº 152: dedetização no cemitério; 2) Indicação nº 178: dentista no PSF-1; 3) Indicação nº 187: capacitação em primeiros socorros para servidores da educação; e) Maria Imaculada Nunes: 1) Indicação nº 184: manutenção iluminação Praça Odilon Braga; 2) Indicação nº 190: mini rotatória na entrada do Distrito Industrial/Jardim São Luís. No pequeno expediente os vereadores puderam falar sobre as indicações e projetos. Às vinte horas e dezesseis minutos, aberta a ordem do dia, foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 230, do Vereador Ivan Ferreira Martins: Outorga título de cidadão honorário e dá outras providências. Votado, o Projeto de Decreto Legislativo nº 230 foi aprovado por unanimidade. Então, foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 231, do Vereador Hedilberto Teixeira: Outorga homenagem de honra ao mérito e



dá outras providências. Votado, o Projeto de Decreto Legislativo nº 231 foi aprovado por unanimidade. No grande expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre assuntos de interesse público. Dentre outros assuntos que foram abordados, o Vereador Hedilberto falou sobre a baixa qualidade da fralda geriátrica que está sendo distribuída, não sendo culpa da administração, mas uma consequência da licitação; falou também sobre o desligamento de servidores contratados com mais de quinze anos de Prefeitura que estão sendo desligados; comentou sobre a necessidade de instalar rastreadores nos veículos da Prefeitura, especialmente da Saúde. O Vereador Gladstone informou que alguns desvios de uso dos veículos da Prefeitura, os condutores já foram advertidos; e a administração já está adquirindo os rastreadores. O Vereador Romeu pediu desculpas à administração anterior, especialmente a Wellington Netto, sobre um comentário que ele fez na reunião passada a respeito dos quilombolas. Com a permissão plenária, a Presidente da Apae fez breve agradecimento sobre a aprovação do Projeto de Lei nº 2.207. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e cinquenta minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada eletronicamente pelo Sr. Presidente; por mim, Secretária; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.



Ata da Quarta Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e três minutos do dia vinte e quatro de setembro de dois mil e vinte e cinco, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Celso Vinícius dos Santos, Demétrius Carvalho de Oliveira, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Juscélio Bernardino Braz, Maria Imaculada Nunes e Romeu Moreira Batista; ausente Jorge Luís Martins Soares; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Ivan Ferreira Martins, que deu abertura à ordem do dia e determinou a leitura do Projeto de Lei nº 2.211, do Executivo: Altera a redação do art. 15 da Lei Municipal nº 1.469, de 14 de março de 2014, para ampliar as modalidades de pagamento do auxílio alimentação aos servidores públicos municipais e dá outras providências. Presentes no recinto, o sr. Presidente concedeu a palavra à dra. Stefany Bolivar da Silva, assessora jurídica do Executivo, e ao dr. Clóvis Torres Quintão Júnior, assessor jurídico do Sinsemrip, os quais se manifestaram sobre o projeto e responderam a questionamentos dos vereadores. O sr. Presidente consultou o plenário quanto ao regime de urgência solicitado pelo Executivo, pedido que foi aprovado por unanimidade. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação verbal da Comissão de Legislação (Jorge foi substituído por Gladstone), a qual se manifestou favorável ao projeto. A Comissão de Finanças já havia emitido o parecer escrito favorável. A seguir, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.211, o qual foi aprovado por unanimidade. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 2.212, do Executivo: Altera a Lei nº 1.895, de 04 de julho de 2023, que institui o Programa Partilha Solidária, para permitir, em caráter excepcional, o pagamento do benefício por meio de transferência bancária ou equivalente. O sr. Presidente concedeu a palavra à dra. Stefany Bolivar da Silva, assessora jurídica do Executivo, a qual se manifestou sobre o projeto e respondeu a questionamentos dos vereadores. O sr. Presidente consultou o plenário quanto ao regime de urgência solicitado pelo Executivo, pedido que foi aprovado por unanimidade. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação verbal das Comissões de Legislação (Jorge foi substituído por Gladstone), e Assistência, sendo que ambas opinaram favoráveis ao projeto. A Comissão de Finanças já havia emitido o parecer escrito favorável. A seguir, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.212, o qual foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada eletronicamente pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.



Ata da Décima Quinta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e doze minutos do dia seis de outubro de dois mil e vinte e cinco, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Celso Vinícius dos Santos, Demétrius Carvalho de Oliveira, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria Imaculada Nunes e Romeu Moreira Batista; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Ivan Ferreira Martins, que colocou em votação as atas das sessões anteriores (15 e 24/setembro), as quais foram aprovadas por unanimidade. Foram lidos os ofícios do Executivo em resposta aos requerimentos 25, 22 e 27. Passando à pauta, seguiram tramitando: a) Projeto de Lei Complementar nº 44, dos Vereadores Juscélio Bernardino Braz e Hedilberto Teixeira: Institui desconto no pagamento de IPTU no município de Rio Pomba e dá outras providências; b) Projeto de Lei Complementar nº 45, do Vereador Juscélio Bernardino Braz: Institui o programa de incentivo e desconto no IPTU, denominado "IPTU Verde" no município de Rio Pomba; c) Projeto de Lei Complementar nº 46, da Vereadora Maria Imaculada Nunes: Altera dispositivos da Lei nº 934/94, que Institui o Código de Posturas Municipal, com relação à disposição de lixo domiciliar em prédios; d) Projeto de Lei nº 2.159, do Executivo: Autoriza o Poder Executivo a celebrar acordo em processos administrativos e a transacionar em processos judiciais em que o município de Rio Pomba for interessado, autor, réu ou tiver interesse jurídico na qualidade de assistente ou oponente e dá outras providências; e) Projeto de Lei nº 2.191, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Autoriza o município de Rio Pomba a conceder gratuitamente o dispositivo de monitorização de glicose por escaneamento intermitente para pessoas diagnosticadas com diabetes mellitus; f) Projeto de Lei nº 2.196, da Vereadora Maria Imaculada Nunes: Normatiza o Programa Farmácia Solidária, com o objetivo de estimular a conscientização, doação, dispensação para a população e descarte de medicamentos no município; g) Projeto de Lei nº 2.197, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Institui medidas de incentivo à pesquisa científica, tecnológica e à inovação no ambiente produtivo no Município de Rio Pomba e dá outras providências; h) Substituto ao Projeto de Lei nº 2.202, do Vereador Romeu Moreira Batista: Dispõe sobre a autorização e regulamentação do uso de drones para mapeamento aéreo multiespectral, uso na agricultura e no combate a vetores de doenças no município de Rio Pomba. Continuando os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 2.210, do Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira: Denomina o Centro Cultural de Rio Pomba. Este projeto seguiu tramitando e foi passado à análise da Comissão de Legislação (Demétrius foi substituído por Gladstone). A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 2.213, do Executivo: Autoriza o Município de Rio Pomba a exigir e custear exames toxicológicos para motoristas no momento da admissão, demissão e periodicamente. Usaram a palavra para abordar sobre o projeto a dra. Stefany Bolivar, representando o Executivo, e o dr. Pedro Diogo, assessor jurídico da Câmara. Foi lida emenda modificativa apresentada pela Comissão de Legislação. O sr. Presidente colocou em apreciação plenária o pedido de urgência do autor do projeto, o sr. Prefeito, pedido que foi aprovado por unanimidade. Após, foi colocada em votação a emenda modificativa, a qual foi aprovada por unanimidade. Solicitadas a se manifestarem, as Comissões de Legislação e de Finanças opinaram favoravelmente



ao projeto. Por fim, colocado em votação, o Projeto de Lei nº 2.213 foi aprovado por unanimidade. Seguindo os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 2.214, do Executivo: Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder a abertura de crédito especial para inclusão de dotação no orçamento vigente para cobertura das despesas de construção do Centro de Convivência. Usou a palavra para abordar sobre o projeto a dra. Stefany Bolivar, representando o Executivo. O sr. Presidente colocou em apreciação plenária o pedido de urgência do autor do projeto, o sr. Prefeito, pedido que foi aprovado por unanimidade. Solicitada a se manifestar, a Comissão de Finanças opinou favoravelmente ao projeto. Por fim, colocado em votação, o Projeto de Lei nº 2.214 foi aprovado por unanimidade. Continuando a pauta, foram lidos: a) Projeto de Lei nº 2.215, do Executivo: Inclui o Anexo de Metas e Prioridades e altera o Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de FISCOS Fiscais à Lei nº 2.024, de 26 de junho de 2025, que estabelece as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2026; b) Projeto de Lei nº 2.216, do Executivo: Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Rio Pomba para o período de 2026 a 2029; c) Projeto de Lei nº 2.217, do Executivo: Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Rio Pomba para o exercício financeiro de 2026. Estes projetos seguiram tramitando e foi aberto o prazo de quinze dias para emendas. A seguir, foi lido o Requerimento nº 28, dos Vereadores Hedilberto e Juscélio: Requer informações sobre os gastos com a exposição. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. Após, foi lido o Requerimento nº 29, do Vereador Hedilberto: Requer informações sobre a lei do canabidiol. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. O Vereador Hedilberto falou sobre os objetivos dos requerimentos aprovados. Mediante solicitação da sra. Hira Fernanda Lima, presidente da Aaparp, tendo em vista repercussão do tema em redes sociais, com autorização plenária, o sr. Presidente autorizou o uso da palavra na tribuna popular pela solicitante, para falar sobre a situação do canil municipal. A seguir foram lidas e aprovadas por unanimidade, uma de cada vez, as seguintes proposições: a) Moção nº 8, do Vereador Gladstone Silva: Moção de aplausos aos motoristas da Educação; b) Moção nº 9, do Vereador Gladstone Silva: Moção de aplausos aos motoristas da Saúde; c) Moção nº 10, do Vereador Gladstone: Moção de aplausos a Nauru Mendes Martins; d) Moção nº 11, do Vereador Jorge: Moção de aplausos a Yohanes Sebastian da Silva; e) Moção nº 12, do Vereador Ivan: Moção de aplausos a Anselmo Senra Silva; f) Moção nº 13, do Vereador Demétrius: Moção de aplausos ao casal Néelson e Ana Moreira; g) Moção nº 14, da Vereadora Imaculada: Moção de aplausos ao dr. Célio Alcides Amaral Domingues; h) Moção nº 15, da Vereadora Imaculada: Moção de aplausos à dra. Ciléia Baesso Canônico Lopes; i) Moção nº 16, da Vereadora Imaculada: Moção de aplausos a Manoel do Rosário Pereira; j) Moção nº 17, do Vereador Romeu: Moção de aplausos a José Cláudio da Silva; k) Moção nº 18, do Vereador Juscélio: Moção de aplausos a Ovídio Homem Campos; l) Moção nº 19, do Vereador Juscélio: Moção de aplausos a Luiz Gonzaga Beraldo; m) Moção nº 20, do Vereador Juscélio: Moção de aplausos a Jorge Arrighi Condé. Em sequência foram lidas: a) Celso: 1) Indicação nº 214: acostamento na Av. do Contorno; 2) Indicação nº 215: paisagismo na Praça Ruy B. Santiago; b) Demétrius: 1) Indicação nº 213: ampliação do programa Olho Vivo; 2) Indicação nº 216: pintura viária em frente ao Lar Lygia Cunha; 3) Indicação nº 217: reinstalação



de placas de sinalização; c) Gladstone: 1) Indicação nº 207: novo cartão de vale-alimentação; d) Hedilberto: 1) Indicação nº 211: recapeamento asfáltico no Jardim América; 2) Indicação nº 221: instalação de lixeira nas imediações do Posto Gal; 3) Indicação nº 222: limpeza no Jardim São Luiz; e) Jorge: 1) Indicação nº 208: solução para a falta de água na Serrinha; 2) Indicação nº 212: repasse integral do auxílio-alimentação; 3) Indicação nº 218: redutor de velocidade na estrada da Fazenda Penacho; f) Juscélio: 1) Indicação nº 169: redutor de velocidade; 2) Indicação nº 176: grade de bueiro, Posto Canário; 3) Indicação nº 186: providências na antiga capela mortuária; g) Imaculada: 1) Indicação nº 209: drenagem na Rua Jorge Vieira Bomtempo; 2) Indicação nº 210: providências nos bueiros. No pequeno expediente os vereadores puderam falar sobre as indicações e projetos. Às vinte horas, aberta a ordem do dia, no grande expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre assuntos de interesse público. O Vereador Hedilberto abordou assunto sobre a proibição de algumas pessoas venderem seus produtos na feira dos produtores de sábado, o que foi debatido por outros vereadores. Ao que indica, as pessoas em questão precisam ser enquadradas como ambulantes, como determina a lei municipal. O Vereador Hedilberto, membro da Comissão de Educação, levantou a questão do pagamento do bônus aos profissionais da educação recentemente aprovado, assunto que foi debatido em plenário. O dr. Pedro, assessor jurídico da Câmara, disse que a resposta do Executivo foi de que mudou o entendimento sobre o bônus para incentivar uma melhoria na Educação. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e trinta e dois minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada eletronicamente pelo Sr. Presidente; por mim, Secretária; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.



Ata da Décima Sexta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e dezoito minutos do dia vinte de outubro de dois mil e vinte e cinco, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Celso Vinícius dos Santos, Demétrius Carvalho de Oliveira, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Juscélio Bernardino Braz, Maria Imaculada Nunes e Romeu Moreira Batista; ausente Jorge Luís Martins Soares; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Ivan Ferreira Martins, que colocou em votação a ata da sessão anterior (06/outubro), a qual foi aprovada por unanimidade. O sr. Presidente informou sobre a tramitação do projeto de subvenções e das emendas impositivas. Foi lido o Ofício 096 da Apae. Conforme inscrição realizada, usou a palavra na tribuna o sr. Cleiton, Presidente do América, para falar sobre o repasse de recursos ao clube. Passando à pauta, seguiram tramitando: a) Projeto de Lei Complementar nº 44, dos Vereadores Juscélio Bernardino Braz e Hedilberto Teixeira: Institui desconto no pagamento de IPTU no município de Rio Pomba e dá outras providências; b) Projeto de Lei Complementar nº 45, do Vereador Juscélio Bernardino Braz: Institui o programa de incentivo e desconto no IPTU, denominado "IPTU Verde" no município de Rio Pomba; c) Projeto de Lei Complementar nº 46, da Vereadora Maria Imaculada Nunes: Altera dispositivos da Lei nº 934/94, que Institui o Código de Posturas Municipal, com relação à disposição de lixo domiciliar em prédios; d) Projeto de Lei nº 2.159, do Executivo: Autoriza o Poder Executivo a celebrar acordo em processos administrativos e a transacionar em processos judiciais em que o município de Rio Pomba for interessado, autor, réu ou tiver interesse jurídico na qualidade de assistente ou oponente e dá outras providências; e) Projeto de Lei nº 2.191, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Autoriza o município de Rio Pomba a conceder gratuitamente o dispositivo de monitorização de glicose por escaneamento intermitente para pessoas diagnosticadas com diabetes mellitus; f) Projeto de Lei nº 2.210, do Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira: Denomina o Centro Cultural de Rio Pomba; g) Projeto de Lei nº 2.215, do Executivo: Inclui o Anexo de Metas e Prioridades e altera o Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Fiscos Fiscais à Lei nº 2.024, de 26 de junho de 2025, que estabelece as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2026; h) Projeto de Lei nº 2.216, do Executivo: Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Rio Pomba para o período de 2026 a 2029; i) Projeto de Lei nº 2.217, do Executivo: Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Rio Pomba para o exercício financeiro de 2026. Os projetos citados às letras 'g', 'h' e 'i' foram encaminhados para análise da Comissão de Finanças. Continuando os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 2.218, do Executivo: Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder a abertura de crédito especial no orçamento em vigência do município de Rio Pomba para aquisição de veículos para a Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências. Presente no recinto, usou a palavra a dra. Stefany Bolivar, assessora jurídica do Executivo. O sr. Presidente consultou o plenário quanto ao pedido de urgência do autor do projeto, o que foi aprovado por unanimidade. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Finanças, a qual opinou favoravelmente ao projeto por unanimidade. O sr. Presidente então colocou em votação plenária o Projeto de Lei nº 2.218, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 2.219, do



Executivo: Institui o Fundo Municipal Especial de Proteção e Defesa Civil (FUNDEC), constante do art. 16 da Lei 1.764/2021, estabelece suas fontes, gestão e critérios de aplicação de recursos e dá outras providências. A Comissão de Finanças já havia analisado esta proposição e se posicionou favoravelmente. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Legislação, a qual opinou favoravelmente ao projeto por unanimidade (Romeu substituiu o Vereador Jorge). O sr. Presidente então colocou em votação plenária o Projeto de Lei nº 2.218, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 2.220, do Executivo: Dispõe sobre a concessão de subvenções sociais às entidades que menciona e dá outras providências. Presente no recinto, usou a palavra a dra. Stefany Bolivar, assessora jurídica do Executivo, que pode responder a vários questionamentos dos srs. vereadores. Este projeto seguiu tramitando e foi passado para análise da Comissão de Finanças. Seguindo a pauta, foi lido o Projeto de Lei nº 2.221, do Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira: Denomina rua com o nome de Antônio Leite Filho, no bairro Panorama. A pedido do autor, com respaldo do sr. Presidente, foi solicitada a se manifestar a Comissão de Legislação, a qual opinou pela legalidade do projeto (Imaculada substituiu o Vereador Demétrius) (Juscélio substituiu o Vereador Jorge). Colocado em votação, o Projeto de Lei nº 2.221 foi aprovado por unanimidade, com manifestações de vereadores a respeito do homenageado. A seguir, foi lido o Requerimento nº 29, do Vereador Hedilberto Teixeira: Requer informações sobre o contrato da empresa administradora do Face Card. O Vereador Hedilberto falou sobre a questão da dívida deixada pela empresa Face Card em prejuízo dos comerciantes. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. Após, foi lido o Requerimento nº 30, do Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira: Requer informações sobre o conselho municipal do idoso. O Vereador Demétrius falou sobre questões práticas envolvendo a atividade do conselho do idoso e as possibilidades do direcionamento de recursos do imposto de renda. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. Os autores falaram sobre os objetivos dos requerimentos antes da votação. A seguir foram lidas e aprovadas por unanimidade, uma de cada vez, as seguintes proposições: a) Moção nº 21, do Vereador Celso: Moção de aplausos a Maria Imaculada Nunes; b) Moção nº 22 do Vereador Celso: Moção de aplausos a Felipe Almeida de Mello; c) Moção nº 23, do Vereador Ivan: Moção de aplausos a Maria Vitória Ferreira Mendes; d) Moção nº 24, do Vereador Demétrius: Moção de aplausos a Maria Marta de Oliveira. Em sequência foram lidas: a) Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira: Indicações 221, 222e 223; b) Vereador Jorge Luís Martins Soares: Indicações 219 e 220; c) Vereador Juscélio Bernardino Braz: Indicação 198 e 224. No pequeno expediente os vereadores puderam falar sobre as indicações e projetos. Às dezenove horas e cinquenta e um minutos, aberta a ordem do dia, foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 232, da Vereadora Maria Imaculada Nunes: outorga título de cidadão honorário ao dr. Wendel Ferreira Martins. A autora falou sobre a pessoa do homenageado. Votada, esta proposição foi aprovada por unanimidade. Seguindo a pauta, foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 233, do Vereador Celso Vinícius dos Santos: outorga homenagem de honra ao mérito ao sr. João Braga de Faria. Votada, esta proposição foi aprovada por unanimidade. Após, foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 234,



do Vereador Juscélio Bernardino Braz: outorga título de cidadã benemérita à deputada Ana Cristina de Lima Pimentel. Votada, esta proposição foi aprovada por unanimidade. Por fim, foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 235, do Vereador Gladstone Roncalli da Silva: outorga título de cidadã honorária à sra. Maria Helena Pinto. O autor falou sobre a pessoa da homenageada. Votada, esta proposição foi aprovada por unanimidade. Ainda na ordem do dia, o sr. Presidente registrou os pareceres: a) Parecer nº 26, da Comissão de Legislação; b) Parecer nº 9, da Comissão de Saúde; c) Parecer nº 17, da Comissão de Finanças. A seguir, foi lida a Emenda nº 5, da Comissão de Saúde, ao Projeto de Lei nº 2.196. Votada, esta emenda foi aprovada por unanimidade. A seguir, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.196, da Vereadora Maria Imaculada Nunes: Normatiza o Programa Farmácia Solidária, com o objetivo de estimular a conscientização, doação, dispensação para a população e descarte de medicamentos no município. O Vereador Demétrius falou sobre o objetivo do projeto. Este projeto foi aprovado por unanimidade. O sr. Presidente registrou que os pareceres ao Projeto de Lei nº 2.197 estão concluídos. A seguir, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.197, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Institui medidas de incentivo à pesquisa científica, tecnológica e à inovação no ambiente produtivo no Município de Rio Pomba e dá outras providências. O Vereador Demétrius comentou sobre o propósito desse projeto. Este projeto foi aprovado por unanimidade. A seguir, passando ao Projeto de Lei nº 2.202, o sr. Presidente comunicou que os pareceres das comissões estão emitidos no sistema eletrônico. Colocado em votação o Projeto de Lei nº 2.202, que dispõe sobre a autorização e regulamentação do uso de drones para mapeamento aéreo multiespectral, uso na agricultura e no combate a vetores de doenças no município de Rio Pomba; obteve-se a sua aprovação por unanimidade. Ao votar, o Vereador Romeu Moreira comentou sobre os benefícios deste projeto. No grande expediente os vereadores puderam falar sobre assuntos de interesse público. O Vereador Hedilberto Teixeira disse que recebeu as preocupações dos servidores da educação contratados mediante processo seletivo, os quais estão na iminência de serem rescindidos; falou sobre a situação dos vendedores ambulantes que novamente foram impedidos de trabalharem na feira livre; parabenizou a Câmara pelo outubro rosa; sugeriu que a administração reveja suas decisões atinentes à administração. O Vereador Gladstone Roncalli comentou sobre a atuação da Comissão de Educação a respeito da situação dos servidores da educação, comissão esta que está à disposição para conversar com os servidores e o Executivo. O Vereador Demétrius falou sobre a importância do outubro rosa e a importância dos cuidados com a saúde através do hospital e asilo, contemplados com emendas parlamentares. A Vereadora Imaculada falou sobre o projeto da farmácia solidária, que foi fortalecido pelo trabalho das comissões e da assessoria jurídica da Câmara, além da apreciação dos farmacêuticos da Prefeitura e do secretário de saúde; agradeceu pela moção de aplausos à sua pessoa; relatou problemas sobre o fornecimento de água na região do Monte Alegre; pediu a criação de uma rede municipal de apoio às pessoas com câncer. O Vereador Romeu Moreira comentou sobre a atuação dos ambulantes na feira. O Vereador Ivan disse que conversou com a secretária de educação e que a mesma está à disposição para sanar as dúvidas sobre



as questões levantadas nesta reunião; sobre a feira livre, disse que o sr. Prefeito lhe informou pessoalmente não haver solicitado a retirada dos ambulantes da feira, sendo que o fato se repetiu por dois sábados, necessitando de maior apuração. O Vereador Gladstone falou sobre o mês de prevenção ao câncer de mama, algo que necessita de muita conscientização; falou sobre o mutirão de carteiras de identidades. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e trinta e dois minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada eletronicamente pelo Sr. Presidente; por mim, Secretária; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.



Ata da Décima Sétima Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e dezesseis minutos do dia três de novembro de dois mil e vinte e cinco, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Celso Vinícius dos Santos, Demétrius Carvalho de Oliveira, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz e Romeu Moreira Batista; ausente Maria Imaculada Nunes; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Ivan Ferreira Martins, que foi secretariado pelo Vereador Jorge Luís Martins Soares, a pedido do suplente de secretário, Celso Vinícius dos Santos, na ausência da secretária titular. A sessão se iniciou com a audiência pública para demonstração das peças orçamentárias 2026 pela contabilista Márcia Dutra de Faria. Passando às proposições, foi lido o Projeto de Lei nº 2.222, do Executivo: Dispõe sobre alterações na estrutura administrativa do município de Rio Pomba, cria e amplia cargos públicos, redefine atribuições, altera denominações de secretarias municipais e dá outras providências. Presente no recinto, pronunciou-se a assessora jurídica do Executivo, Dra. Stefany Bolivar. Houve comentários dos Vereadores Hedilberto, Jorge e Demétrius. O sr. Presidente disse que o parecer jurídico da Câmara estava concluído. O pedido de urgência do autor do projeto, o Chefe do Executivo, foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. O sr. Presidente solicitou a manifestação das Comissões de Legislação; Educação (Imaculada foi substituída por Romeu); Meio Ambiente; e Finanças (Imaculada foi substituída por Juscélio). Todas as comissões opinaram favoravelmente ao projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.222, o qual foi aprovado por unanimidade. Seguiram tramitando: a) Projeto de Lei Complementar nº 44, dos Vereadores Juscélio Bernardino Braz e Hedilberto Teixeira: Institui desconto no pagamento de IPTU no município de Rio Pomba e dá outras providências; b) Projeto de Lei Complementar nº 45, do Vereador Juscélio Bernardino Braz: Institui o programa de incentivo e desconto no IPTU, denominado "IPTU Verde" no município de Rio Pomba; c) Projeto de Lei Complementar nº 46, da Vereadora Maria Imaculada Nunes: Altera dispositivos da Lei nº 934/94, que Institui o Código de Posturas Municipal, com relação à disposição de lixo domiciliar em prédios; d) Projeto de Lei nº 2.159, do Executivo: Autoriza o Poder Executivo a celebrar acordo em processos administrativos e a transacionar em processos judiciais em que o município de Rio Pomba for interessado, autor, réu ou tiver interesse jurídico na qualidade de assistente ou oponente e dá outras providências; e) Projeto de Lei nº 2.191, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Autoriza o município de Rio Pomba a conceder gratuitamente o dispositivo de monitorização de glicose por escaneamento intermitente para pessoas diagnosticadas com diabetes mellitus. Passando ao Projeto de Lei nº 2.210, do Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira: Denomina o Centro Cultural de Rio Pomba; o plenário concedeu o regime de urgência, mediante solicitação do Vereador Jorge Luís. Solicitada a se manifestar, a Comissão de Legislação se manifestou pela legalidade, pelos votos dos Vereadores Gladstone, Jorge e Celso. Colocado em votação, o Projeto de Lei nº 2.210 foi aprovado por unanimidade. A seguir, foi lido o Requerimento nº 31, do Vereador Hedilberto Teixeira: Informações sobre quantidade de alunos com TEA. O autor falou sobre o seu requerimento. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. Em



sequência foi lida a Moção nº 25: Repúdio à proposta de privatização da Copasa. O Vereador Hedilberto Teixeira disse que a privatização da Copasa não será boa para o povo mineiro; citou que houve um pedido para empréstimo do espaço da Câmara para realização de uma audiência no plenário da Câmara, da parte do Presidente do PT municipal e de funcionários da Copasa, o que foi recusado; pediu que o Presidente da Câmara avalie futuras situações como esta. O sr. Presidente disse que o pedido não foi de empréstimo do espaço da Câmara, mas sim impondo ou pedindo que a Câmara fizesse a audiência pública, sobre o que o jurídico elaborou a resposta diante da lei orgânica e o regimento interno, resposta que está disponível. O Vereador Hedilberto disse que o sr. Presidente ficou nervoso com a pergunta, mas aqui é a casa do povo e, como Vereador e convidando os demais vereadores, irá solicitar a realização da audiência pública, sendo que, se o Presidente não quiser rever, fará um ofício para aprovação ou não. O sr. Presidente disse entender e acatar a decisão do Vereador Hedilberto, uma vez apresentado tal ofício o jurídico da Câmara o analisará; reiterou que o ofício apresentado não está de acordo com o que foi apresentado ao Vereador Hedilberto; disse que a Câmara é a casa do povo e continuará a ser. Votada, esta moção foi aprovada por unanimidade. O Vereador Romeu Moreira disse que quando é dirigido um requerimento ao Presidente, a Mesa Diretora também assina. O Vereador Demétrius explicou se tratar da intenção de privatização da Copasa e que como vereadores estão acompanhando. O Vereador Romeu Moreira disse que a Copasa precisa ser levada com muito cuidado, recordou situação anterior em que os vereadores foram a Belo Horizonte e a palavra dada foi de que a cobrança só iniciaria depois do serviço pronto e isso não foi cumprido. A seguir, foi lida a Moção nº 26: Repúdio ao Decreto Federal nº 12.686, política nacional de educação especial inclusiva. Os Vereadores Demétrius, Hedilberto e Ivan falaram sobre o retrocesso que representa esse decreto diante da importância do trabalho das Apaes. Votada, esta moção foi aprovada por unanimidade. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 229: climatização de espaços públicos; 2) Indicação nº 230: manutenção e melhorias na Av. Manoel Fernandes; 3) Indicação nº 231: declaração de patrimônio imaterial do doce de leite pastoso Boreal; b) Gladstone Roncalli da Silva: 1) Indicação nº 225: pintura dos quebra-molas e manutenção da sinalização vertical na Avenida do Contorno; 2) Indicação nº 226: passagem elevada para pedestres na Rua Padre Manoel em frente ao Ieadal Kids; 3) Indicação nº 227: instalação de cobertura em ponto de taxi; c) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 228: reparo em ponte de madeira na comunidade rural de São Lourenço. No pequeno expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre as indicações e projetos. Às vinte horas e quinze minutos, aberta a ordem do dia, seguiram tramitando: a) Projeto de Lei nº 2.215, do Executivo: Inclui o Anexo de Metas e Prioridades e altera o Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Fiscos Fiscais à Lei nº 2.024, de 26 de junho de 2025, que estabelece as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2026; b) Projeto de Lei nº 2.216, do Executivo: Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Rio Pomba para o período de 2026 a 2029; c) Projeto de Lei nº 2.217, do Executivo: Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Rio Pomba para o exercício financeiro de 2026; d) Projeto de Lei nº 2.220, do Executivo: Dispõe sobre a concessão de subvenções sociais às entidades



que menciona e dá outras providências. Estes projetos serão votados na próxima sessão. Conforme inscrição feita regulamente, o sr. Presidente convidou a usar a Tribuna Livre: Pedro de Paulo Lino Siqueira, para falar sobre o canil. Participaram do assunto os Vereadores Demétrius e Jorge. No grande expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre assuntos de interesse público. O Vereador Hedilberto falou sobre o pagamento do abono dos professores e a rescisão dos contratos; falou também sobre o pagamento da insalubridade para os ACE's e ACS's; relatou problemas em estradas vicinais. O Vereador Romeu Moreira perguntou à sra. Hira Lima como está a negociação da troca dos terrenos para a instalação do abrigo de animais. O Vereador Gladstone falou sobre a campanha outubro rosa e agradeceu ao Deputado Tito Torres pelo Espaço de Lazer que acontecerá nesta cidade, através da Fecomércio em parceria com o Poder Executivo Municipal; falou sobre as carteiras de identidade que foram feitas no segundo mutirão, serviço que em breve deverá ser feito rotineiramente no município. O Vereador Ivan agradeceu à população que acompanha os trabalhos legislativos, assim como aos vereadores. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e quarenta e cinco minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada eletronicamente pelo Sr. Presidente; por mim, Secretária; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.



Ata da Décima Sexta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e dezoito minutos do dia vinte de outubro de dois mil e vinte e cinco, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Celso Vinícius dos Santos, Demétrius Carvalho de Oliveira, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Juscélio Bernardino Braz, Maria Imaculada Nunes e Romeu Moreira Batista; ausente Jorge Luís Martins Soares; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Ivan Ferreira Martins, que colocou em votação a ata da sessão anterior (06/outubro), a qual foi aprovada por unanimidade. O sr. Presidente informou sobre a tramitação do projeto de subvenções e das emendas impositivas. Foi lido o Ofício 096 da Apae. Conforme inscrição realizada, usou a palavra na tribuna o sr. Cleiton, Presidente do América, para falar sobre o repasse de recursos ao clube. Passando à pauta, seguiram tramitando: a) Projeto de Lei Complementar nº 44, dos Vereadores Juscélio Bernardino Braz e Hedilberto Teixeira: Institui desconto no pagamento de IPTU no município de Rio Pomba e dá outras providências; b) Projeto de Lei Complementar nº 45, do Vereador Juscélio Bernardino Braz: Institui o programa de incentivo e desconto no IPTU, denominado "IPTU Verde" no município de Rio Pomba; c) Projeto de Lei Complementar nº 46, da Vereadora Maria Imaculada Nunes: Altera dispositivos da Lei nº 934/94, que Institui o Código de Posturas Municipal, com relação à disposição de lixo domiciliar em prédios; d) Projeto de Lei nº 2.159, do Executivo: Autoriza o Poder Executivo a celebrar acordo em processos administrativos e a transacionar em processos judiciais em que o município de Rio Pomba for interessado, autor, réu ou tiver interesse jurídico na qualidade de assistente ou oponente e dá outras providências; e) Projeto de Lei nº 2.191, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Autoriza o município de Rio Pomba a conceder gratuitamente o dispositivo de monitorização de glicose por escaneamento intermitente para pessoas diagnosticadas com diabetes mellitus; f) Projeto de Lei nº 2.210, do Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira: Denomina o Centro Cultural de Rio Pomba; g) Projeto de Lei nº 2.215, do Executivo: Inclui o Anexo de Metas e Prioridades e altera o Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Fiscos Fiscais à Lei nº 2.024, de 26 de junho de 2025, que estabelece as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2026; h) Projeto de Lei nº 2.216, do Executivo: Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Rio Pomba para o período de 2026 a 2029; i) Projeto de Lei nº 2.217, do Executivo: Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Rio Pomba para o exercício financeiro de 2026. Os projetos citados às letras 'g', 'h' e 'i' foram encaminhados para análise da Comissão de Finanças. Continuando os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 2.218, do Executivo: Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder a abertura de crédito especial no orçamento em vigência do município de Rio Pomba para aquisição de veículos para a Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências. Presente no recinto, usou a palavra a dra. Stefany Bolivar, assessora jurídica do Executivo. O sr. Presidente consultou o plenário quanto ao pedido de urgência do autor do projeto, o que foi aprovado por unanimidade. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Finanças, a qual opinou favoravelmente ao projeto por unanimidade. O sr. Presidente então colocou em votação plenária o Projeto de Lei nº 2.218, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 2.219, do



Executivo: Institui o Fundo Municipal Especial de Proteção e Defesa Civil (FUNDEC), constante do art. 16 da Lei 1.764/2021, estabelece suas fontes, gestão e critérios de aplicação de recursos e dá outras providências. A Comissão de Finanças já havia analisado esta proposição e se posicionou favoravelmente. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Legislação, a qual opinou favoravelmente ao projeto por unanimidade (Romeu substituiu o Vereador Jorge). O sr. Presidente então colocou em votação plenária o Projeto de Lei nº 2.218, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 2.220, do Executivo: Dispõe sobre a concessão de subvenções sociais às entidades que menciona e dá outras providências. Presente no recinto, usou a palavra a dra. Stefany Bolivar, assessora jurídica do Executivo, que pode responder a vários questionamentos dos srs. vereadores. Este projeto seguiu tramitando e foi passado para análise da Comissão de Finanças. Seguindo a pauta, foi lido o Projeto de Lei nº 2.221, do Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira: Denomina rua com o nome de Antônio Leite Filho, no bairro Panorama. A pedido do autor, com respaldo do sr. Presidente, foi solicitada a se manifestar a Comissão de Legislação, a qual opinou pela legalidade do projeto (Imaculada substituiu o Vereador Demétrius) (Juscélio substituiu o Vereador Jorge). Colocado em votação, o Projeto de Lei nº 2.221 foi aprovado por unanimidade, com manifestações de vereadores a respeito do homenageado. A seguir, foi lido o Requerimento nº 29, do Vereador Hedilberto Teixeira: Requer informações sobre o contrato da empresa administradora do Face Card. O Vereador Hedilberto falou sobre a questão da dívida deixada pela empresa Face Card em prejuízo dos comerciantes. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. Após, foi lido o Requerimento nº 30, do Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira: Requer informações sobre o conselho municipal do idoso. O Vereador Demétrius falou sobre questões práticas envolvendo a atividade do conselho do idoso e as possibilidades do direcionamento de recursos do imposto de renda. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. Os autores falaram sobre os objetivos dos requerimentos antes da votação. A seguir foram lidas e aprovadas por unanimidade, uma de cada vez, as seguintes proposições: a) Moção nº 21, do Vereador Celso: Moção de aplausos a Maria Imaculada Nunes; b) Moção nº 22 do Vereador Celso: Moção de aplausos a Felipe Almeida de Mello; c) Moção nº 23, do Vereador Ivan: Moção de aplausos a Maria Vitória Ferreira Mendes; d) Moção nº 24, do Vereador Demétrius: Moção de aplausos a Maria Marta de Oliveira. Em sequência foram lidas: a) Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira: Indicações 221, 222e 223; b) Vereador Jorge Luís Martins Soares: Indicações 219 e 220; c) Vereador Juscélio Bernardino Braz: Indicação 198 e 224. No pequeno expediente os vereadores puderam falar sobre as indicações e projetos. Às dezenove horas e cinquenta e um minutos, aberta a ordem do dia, foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 232, da Vereadora Maria Imaculada Nunes: outorga título de cidadão honorário ao dr. Wendel Ferreira Martins. A autora falou sobre a pessoa do homenageado. Votada, esta proposição foi aprovada por unanimidade. Seguindo a pauta, foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 233, do Vereador Celso Vinícius dos Santos: outorga homenagem de honra ao mérito ao sr. João Braga de Faria. Votada, esta proposição foi aprovada por unanimidade. Após, foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 234,



do Vereador Juscélio Bernardino Braz: outorga título de cidadã benemerita à deputada Ana Cristina de Lima Pimentel. Votada, esta proposição foi aprovada por unanimidade. Por fim, foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 235, do Vereador Gladstone Roncalli da Silva: outorga título de cidadã honorária à sra. Maria Helena Pinto. O autor falou sobre a pessoa da homenageada. Votada, esta proposição foi aprovada por unanimidade. Ainda na ordem do dia, o sr. Presidente registrou os pareceres: a) Parecer nº 26, da Comissão de Legislação; b) Parecer nº 9, da Comissão de Saúde; c) Parecer nº 17, da Comissão de Finanças. A seguir, foi lida a Emenda nº 5, da Comissão de Saúde, ao Projeto de Lei nº 2.196. Votada, esta emenda foi aprovada por unanimidade. A seguir, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.196, da Vereadora Maria Imaculada Nunes: Normatiza o Programa Farmácia Solidária, com o objetivo de estimular a conscientização, doação, dispensação para a população e descarte de medicamentos no município. O Vereador Demétrius falou sobre o objetivo do projeto. Este projeto foi aprovado por unanimidade. O sr. Presidente registrou que os pareceres ao Projeto de Lei nº 2.197 estão concluídos. A seguir, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.197, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Institui medidas de incentivo à pesquisa científica, tecnológica e à inovação no ambiente produtivo no Município de Rio Pomba e dá outras providências. O Vereador Demétrius comentou sobre o propósito desse projeto. Este projeto foi aprovado por unanimidade. A seguir, passando ao Projeto de Lei nº 2.202, o sr. Presidente comunicou que os pareceres das comissões estão emitidos no sistema eletrônico. Colocado em votação o Projeto de Lei nº 2.202, que dispõe sobre a autorização e regulamentação do uso de drones para mapeamento aéreo multiespectral, uso na agricultura e no combate a vetores de doenças no município de Rio Pomba; obteve-se a sua aprovação por unanimidade. Ao votar, o Vereador Romeu Moreira comentou sobre os benefícios deste projeto. No grande expediente os vereadores puderam falar sobre assuntos de interesse público. O Vereador Hedilberto Teixeira disse que recebeu as preocupações dos servidores da educação contratados mediante processo seletivo, os quais estão na iminência de serem rescindidos; falou sobre a situação dos vendedores ambulantes que novamente foram impedidos de trabalharem na feira livre; parabenizou a Câmara pelo outubro rosa; sugeriu que a administração reveja suas decisões atinentes à administração. O Vereador Gladstone Roncalli comentou sobre a atuação da Comissão de Educação a respeito da situação dos servidores da educação, comissão esta que está à disposição para conversar com os servidores e o Executivo. O Vereador Demétrius falou sobre a importância do outubro rosa e a importância dos cuidados com a saúde através do hospital e asilo, contemplados com emendas parlamentares. A Vereadora Imaculada falou sobre o projeto da farmácia solidária, que foi fortalecido pelo trabalho das comissões e da assessoria jurídica da Câmara, além da apreciação dos farmacêuticos da Prefeitura e do secretário de saúde; agradeceu pela moção de aplausos à sua pessoa; relatou problemas sobre o fornecimento de água na região do Monte Alegre; pediu a criação de uma rede municipal de apoio às pessoas com câncer. O Vereador Romeu Moreira comentou sobre a atuação dos ambulantes na feira. O Vereador Ivan disse que conversou com a secretária de educação e que a mesma está à disposição para sanar as dúvidas sobre



as questões levantadas nesta reunião; sobre a feira livre, disse que o sr. Prefeito lhe informou pessoalmente não haver solicitado a retirada dos ambulantes da feira, sendo que o fato se repetiu por dois sábados, necessitando de maior apuração. O Vereador Gladstone falou sobre o mês de prevenção ao câncer de mama, algo que necessita de muita conscientização; falou sobre o mutirão de carteiras de identidades. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e trinta e dois minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada eletronicamente pelo Sr. Presidente; por mim, Secretária; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.



Ata da Décima Sétima Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e dezesseis minutos do dia três de novembro de dois mil e vinte e cinco, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Celso Vinícius dos Santos, Demétrius Carvalho de Oliveira, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz e Romeu Moreira Batista; ausente Maria Imaculada Nunes; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Ivan Ferreira Martins, que foi secretariado pelo Vereador Jorge Luís Martins Soares, a pedido do suplente de secretário, Celso Vinícius dos Santos, na ausência da secretária titular. A sessão se iniciou com a audiência pública para demonstração das peças orçamentárias 2026 pela contabilista Márcia Dutra de Faria. Passando às proposições, foi lido o Projeto de Lei nº 2.222, do Executivo: Dispõe sobre alterações na estrutura administrativa do município de Rio Pomba, cria e amplia cargos públicos, redefine atribuições, altera denominações de secretarias municipais e dá outras providências. Presente no recinto, pronunciou-se a assessora jurídica do Executivo, Dra. Stefany Bolivar. Houve comentários dos Vereadores Hedilberto, Jorge e Demétrius. O sr. Presidente disse que o parecer jurídico da Câmara estava concluído. O pedido de urgência do autor do projeto, o Chefe do Executivo, foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. O sr. Presidente solicitou a manifestação das Comissões de Legislação; Educação (Imaculada foi substituída por Romeu); Meio Ambiente; e Finanças (Imaculada foi substituída por Juscélio). Todas as comissões opinaram favoravelmente ao projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.222, o qual foi aprovado por unanimidade. Seguiram tramitando: a) Projeto de Lei Complementar nº 44, dos Vereadores Juscélio Bernardino Braz e Hedilberto Teixeira: Institui desconto no pagamento de IPTU no município de Rio Pomba e dá outras providências; b) Projeto de Lei Complementar nº 45, do Vereador Juscélio Bernardino Braz: Institui o programa de incentivo e desconto no IPTU, denominado "IPTU Verde" no município de Rio Pomba; c) Projeto de Lei Complementar nº 46, da Vereadora Maria Imaculada Nunes: Altera dispositivos da Lei nº 934/94, que Institui o Código de Posturas Municipal, com relação à disposição de lixo domiciliar em prédios; d) Projeto de Lei nº 2.159, do Executivo: Autoriza o Poder Executivo a celebrar acordo em processos administrativos e a transacionar em processos judiciais em que o município de Rio Pomba for interessado, autor, réu ou tiver interesse jurídico na qualidade de assistente ou oponente e dá outras providências; e) Projeto de Lei nº 2.191, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Autoriza o município de Rio Pomba a conceder gratuitamente o dispositivo de monitorização de glicose por escaneamento intermitente para pessoas diagnosticadas com diabetes mellitus. Passando ao Projeto de Lei nº 2.210, do Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira: Denomina o Centro Cultural de Rio Pomba; o plenário concedeu o regime de urgência, mediante solicitação do Vereador Jorge Luís. Solicitada a se manifestar, a Comissão de Legislação se manifestou pela legalidade, pelos votos dos Vereadores Gladstone, Jorge e Celso. Colocado em votação, o Projeto de Lei nº 2.210 foi aprovado por unanimidade. A seguir, foi lido o Requerimento nº 31, do Vereador Hedilberto Teixeira: Informações sobre quantidade de alunos com TEA. O autor falou sobre o seu requerimento. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. Em



sequência foi lida a Moção nº 25: Repúdio à proposta de privatização da Copasa. O Vereador Hedilberto Teixeira disse que a privatização da Copasa não será boa para o povo mineiro; citou que houve um pedido para empréstimo do espaço da Câmara para realização de uma audiência no plenário da Câmara, da parte do Presidente do PT municipal e de funcionários da Copasa, o que foi recusado; pediu que o Presidente da Câmara avalie futuras situações como esta. O sr. Presidente disse que o pedido não foi de empréstimo do espaço da Câmara, mas sim impondo ou pedindo que a Câmara fizesse a audiência pública, sobre o que o jurídico elaborou a resposta diante da lei orgânica e o regimento interno, resposta que está disponível. O Vereador Hedilberto disse que o sr. Presidente ficou nervoso com a pergunta, mas aqui é a casa do povo e, como Vereador e convidando os demais vereadores, irá solicitar a realização da audiência pública, sendo que, se o Presidente não quiser rever, fará um ofício para aprovação ou não. O sr. Presidente disse entender e acatar a decisão do Vereador Hedilberto, uma vez apresentado tal ofício o jurídico da Câmara o analisará; reiterou que o ofício apresentado não está de acordo com o que foi apresentado ao Vereador Hedilberto; disse que a Câmara é a casa do povo e continuará a ser. Votada, esta moção foi aprovada por unanimidade. O Vereador Romeu Moreira disse que quando é dirigido um requerimento ao Presidente, a Mesa Diretora também assina. O Vereador Demétrius explicou se tratar da intenção de privatização da Copasa e que como vereadores estão acompanhando. O Vereador Romeu Moreira disse que a Copasa precisa ser levada com muito cuidado, recordou situação anterior em que os vereadores foram a Belo Horizonte e a palavra dada foi de que a cobrança só iniciaria depois do serviço pronto e isso não foi cumprido. A seguir, foi lida a Moção nº 26: Repúdio ao Decreto Federal nº 12.686, política nacional de educação especial inclusiva. Os Vereadores Demétrius, Hedilberto e Ivan falaram sobre o retrocesso que representa esse decreto diante da importância do trabalho das Apaes. Votada, esta moção foi aprovada por unanimidade. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 229: climatização de espaços públicos; 2) Indicação nº 230: manutenção e melhorias na Av. Manoel Fernandes; 3) Indicação nº 231: declaração de patrimônio imaterial do doce de leite pastoso Boreal; b) Gladstone Roncalli da Silva: 1) Indicação nº 225: pintura dos quebra-molas e manutenção da sinalização vertical na Avenida do Contorno; 2) Indicação nº 226: passagem elevada para pedestres na Rua Padre Manoel em frente ao Ieadal Kids; 3) Indicação nº 227: instalação de cobertura em ponto de taxi; c) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 228: reparo em ponte de madeira na comunidade rural de São Lourenço. No pequeno expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre as indicações e projetos. Às vinte horas e quinze minutos, aberta a ordem do dia, seguiram tramitando: a) Projeto de Lei nº 2.215, do Executivo: Inclui o Anexo de Metas e Prioridades e altera o Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Fiscos Fiscais à Lei nº 2.024, de 26 de junho de 2025, que estabelece as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2026; b) Projeto de Lei nº 2.216, do Executivo: Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Rio Pomba para o período de 2026 a 2029; c) Projeto de Lei nº 2.217, do Executivo: Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Rio Pomba para o exercício financeiro de 2026; d) Projeto de Lei nº 2.220, do Executivo: Dispõe sobre a concessão de subvenções sociais às entidades



que menciona e dá outras providências. Estes projetos serão votados na próxima sessão. Conforme inscrição feita regulamente, o sr. Presidente convidou a usar a Tribuna Livre: Pedro de Paulo Lino Siqueira, para falar sobre o canil. Participaram do assunto os Vereadores Demétrius e Jorge. No grande expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre assuntos de interesse público. O Vereador Hedilberto falou sobre o pagamento do abono dos professores e a rescisão dos contratos; falou também sobre o pagamento da insalubridade para os ACE's e ACS's; relatou problemas em estradas vicinais. O Vereador Romeu Moreira perguntou à sra. Hira Lima como está a negociação da troca dos terrenos para a instalação do abrigo de animais. O Vereador Gladstone falou sobre a campanha outubro rosa e agradeceu ao Deputado Tito Torres pelo Espaço de Lazer que acontecerá nesta cidade, através da Fecomércio em parceria com o Poder Executivo Municipal; falou sobre as carteiras de identidade que foram feitas no segundo mutirão, serviço que em breve deverá ser feito rotineiramente no município. O Vereador Ivan agradeceu à população que acompanha os trabalhos legislativos, assim como aos vereadores. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e quarenta e cinco minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada eletronicamente pelo Sr. Presidente; por mim, Secretária; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.



Ata da Décima Oitava Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e onze minutos do dia dezessete de novembro de dois mil e vinte e cinco, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Celso Vinícius dos Santos, Demétrius Carvalho de Oliveira, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria Imaculada Nunes e Romeu Moreira Batista; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Ivan Ferreira Martins, que comunicou estar à disposição a resposta ao requerimento nº 30, conselho do idoso. Foi lida a justificativa da ausência da Vereadora Maria Imaculada Nunes à sessão anterior, a qual foi aceita pela unanimidade do plenário. Passando às proposições, seguiram tramitando: a) Projeto de Lei Complementar nº 44, dos Vereadores Juscélio Bernardino Braz e Hedilberto Teixeira: Institui desconto no pagamento de IPTU no município de Rio Pomba e dá outras providências; b) Projeto de Lei Complementar nº 45, do Vereador Juscélio Bernardino Braz: Institui o programa de incentivo e desconto no IPTU, denominado "IPTU Verde" no município de Rio Pomba; c) Projeto de Lei Complementar nº 46, da Vereadora Maria Imaculada Nunes: Altera dispositivos da Lei nº 934/94, que Institui o Código de Posturas Municipal, com relação à disposição de lixo domiciliar em prédios; d) Projeto de Lei nº 2.159, do Executivo: Autoriza o Poder Executivo a celebrar acordo em processos administrativos e a transacionar em processos judiciais em que o município de Rio Pomba for interessado, autor, réu ou tiver interesse jurídico na qualidade de assistente ou oponente e dá outras providências; e) Projeto de Lei nº 2.191, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Autoriza o município de Rio Pomba a conceder gratuitamente o dispositivo de monitorização de glicose por escaneamento intermitente para pessoas diagnosticadas com diabetes mellitus. Foi lida a mensagem do Executivo de encaminhamento do Projeto de Lei Complementar nº 47: Institui o Código Tributário Municipal. Dado à extensão da proposição, o sr. Presidente consultou e o plenário dispensou a leitura da matéria. A proposição seguiu tramitando e foi encaminhada para análise pelos vereadores e pelas Comissões de Legislação e de Finanças. O Vereador Hedilberto perguntou se iria votar o pedido de urgência e o sr. Presidente respondeu que não; o Vereador disse não ser nada contra o Prefeito, mas a sua preocupação é da Câmara não votar nada errado e informou já estar se reunindo com vários setores; sugeriu à Presidência contratar um especialista para acompanhamento. O sr. Presidente disse que o Vereador Hedilberto terá condições de reunir com as comissões e debater o projeto, motivo pelo qual o regime de urgência não foi votado. O Vereador Demétrius citou que esse projeto foi contratado pela administração anterior, em 2023, pelo valor de 270 mil reais; disse que sempre falou sobre o projeto não ser votado hoje, havendo muitas coisas a serem revistas, positivas e isenções, sendo preciso ter calma para estudá-lo; cabendo a cada vereador decidir o seu voto. O sr. Presidente pediu que as comissões se reúnam. O Vereador Romeu Moreira pediu ao sr. Presidente que convoque o advogado que elaborou o projeto para se reunir com as comissões, assim como contará com a colaboração de outros assessores. O Vereador Hedilberto pediu a convocação de uma audiência pública, pois os maiores interessados são a população; sugeriu a contratação de um especialista; pediu a apresentação de um requerimento à prefeitura para informar os artigos que estão sendo revogados. O Vereador Romeu Moreira



disse que primeiro os vereadores precisam estar a par do projeto. O sr. Presidente disse que o projeto será bem debatido e votado sem pressa. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 2.223, da Comissão de Saúde: Dispõe sobre o reconhecimento e atendimento prioritário das pessoas com doenças renais crônicas no âmbito dos serviços públicos e privados no município de Rio Pomba e dá outras providências. O sr. Presidente consultou o plenário quanto à concessão do regime de urgência especial, conforme solicitação da Comissão de Saúde, autora do projeto. O regime de urgência foi aprovado unanimemente. O Vereador Demétrius falou sobre a origem do projeto, fruto de procura do cidadão Ramon. O Vereador Gladstone falou da importância desse debate na Câmara para ampliar o leque de conhecimento sobre essa questão de saúde. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Legislação, a qual se manifestou pela legalidade pelos votos de Celso, Romeu e Hedilberto. Colocado em votação, o Projeto de Lei nº 2.223 foi aprovado por unanimidade. O Vereador Hedilberto pediu que não seja apenas uma lei de gaveta. O Vereador Gladstone disse que a Comissão de Saúde defenderá esse direito junto ao Executivo. O cidadão Ramon fez agradecimento e falou sobre a doença renal crônica. Sobre o Projeto 2.159 o Vereador Demétrius disse que em São Paulo foi aprovada a concessão para crianças até 10 anos. O autor do projeto disse que o mesmo está aberto a melhorias. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 2.224, do Executivo: Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder a abertura de crédito especial no orçamento em vigência do município de Rio Pomba para cobertura das despesas de aquisição de ônibus para transporte escolar com recursos do PAR – Plano de Ações Articuladas do FNDE – e dá outras providências. Presente no recinto, usou a palavra a dra. Stefany, assessora jurídica do Executivo. O sr. Presidente consultou o plenário quanto ao regime de urgência solicitado pelo autor do projeto, o que foi aprovado por unanimidade. Então, solicitada a se manifestar, a Comissão de Finanças opinou favoravelmente ao projeto. Submetido à votação, o Projeto de Lei nº 2.224 foi aprovado por unanimidade. Continuando os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 2.225, do Executivo: Aumenta o índice de suplementação contido na Lei nº 1.991/2024 para o exercício de 2025. O sr. Presidente consultou o plenário quanto ao regime de urgência solicitado pelo Executivo, o qual foi aprovado por 07 (sete) votos dos Vereadores: Celso Vinícius dos Santos, Demétrius Carvalho de Oliveira, Gladstone Roncalli da Silva, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria Imaculada Nunes e Romeu Moreira Batista; à exceção do Vereador Hedilberto Teixeira que votou contra. Presente no recinto, usou a palavra a dra. Stefany, assessora jurídica do Executivo. Solicitada a se manifestar, a Comissão de Finanças opinou favoravelmente ao projeto pela manifestação dos Vereadores Maria I. Nunes e Celso V. Santos, sendo que o Vereador Hedilberto Teixeira manifestou-se contrário. Presente no recinto, usou a palavra o dr. Pedro Júnior, assessor jurídico da Câmara. O Vereador Hedilberto disse que o projeto não cumpre o prazo de tramitação de 3 dias para obter o regime de urgência; disse que apresentará requerimento pedindo o detalhamento das anulações e remanejamentos, assim como o cronograma; pediu vistas do projeto e o sr. Presidente consultou o plenário, sendo o pedido rejeitado por 05 (cinco) votos de: Celso Vinícius dos Santos, Gladstone Roncalli da Silva, Jorge Luís Martins Soares, Maria Imaculada Nunes e Romeu Moreira Batista; votando



favoráveis à vista Demétrius Carvalho de Oliveira, Juscélio Bernardino Braz e Hedilberto Teixeira. O Vereador Hedilberto lamentou situações em que ele não é convidado para o debate e que sua vontade é trazer mais transparência. Colocado em votação, o Projeto de Lei nº 2.225 foi aprovado por 06 (cinco) votos de: Celso Vinícius dos Santos, Demétrius Carvalho de Oliveira, Gladstone Roncalli da Silva, Jorge Luís Martins Soares, Maria Imaculada Nunes e Romeu Moreira Batista; votando contrários Juscélio Bernardino Braz e Hedilberto Teixeira. Seguindo a pauta, foi lido o Requerimento nº 33, do Vereador Hedilberto Teixeira: requer informações sobre insalubridade. O autor falou sobre os motivos do seu requerimento que é fruto de procura pelos servidores. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. Tendo em vista o público presente que aguardava a votação das peças orçamentárias, o sr. Presidente abriu a ordem do dia para tratar das proposições. Então, foi colocado em votação o Projeto de Lei nº 2.215, do Executivo: Inclui o Anexo de Metas e Prioridades e altera o Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Fiscos Fiscais à Lei nº 2.024, de 26 de junho de 2025, que estabelece as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2026. Este projeto foi aprovado por unanimidade (o Vereador Celso V. Santos ausentava-se do plenário no momento da votação). A seguir, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.216, do Executivo: Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Rio Pomba para o período de 2026 a 2029. Este projeto foi aprovado por unanimidade (o Vereador Celso V. Santos ausentava-se do plenário no momento da votação). A seguir, foi lido Parecer nº 26, da Comissão de Finanças: Emendas impositivas à proposta orçamentária para 2026 - Projeto de Lei nº 2.217/2025 - Emendas modificativas apresentadas. Colocado em discussão, os vereadores falaram sobre as Emendas Impositivas e Modificativas ao Projeto de Lei nº 2.217/2025. Colocadas em votação, todas as emendas foram aprovadas por unanimidade. A seguir, foi votado e aprovado por unanimidade o Projeto de Lei nº 2.217, do Executivo: Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Rio Pomba para o exercício financeiro de 2026. Por fim, foi submetido à votação o Projeto de Lei nº 2.220, do Executivo: Dispõe sobre a concessão de subvenções sociais às entidades que menciona e dá outras providências. Este projeto foi aprovado por unanimidade. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 241: praça ou espaço sensorial; 2) Indicação nº 242: reforma de calçamento e redutor de velocidade na Rua Francisco Vieira Bomtempo; b) Hedilberto Teixeira: 1) Indicação nº 239: retorno da especialidade de pediatria no PSF-2 – dr. José Reis Santos; 2) Indicação nº 240: providências na estrada rural Vendinha/Granatos; 3) Indicação nº 243: instalar placa de “proibido parar e estacionar” no Loteamento Nova Era em rua que menciona; c) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 232: reparo e manutenção na estrada rural do Bomjardim de Cima; 2) Indicação nº 233: aquisição de terreno localizado no trevo que dá acesso ao IF, em frente a Soma Nutrição Animal; 3) Indicação nº 234: colocação de brita (britão) em trechos da av. Manoel Fernandes; d) Maria Imaculada Nunes: 1) Indicação nº 237: melhorias no local conhecido como beco da passagem – Bairro Nossa Senhora Das Graças; 2) Indicação nº 238: recapeamento asfáltico e melhorias de infraestrutura no Bairro Rosa Mística; e) Romeu Moreira Batista: 1) Indicação nº 235: instalação de placas educativas em



locais com maior incidência de abandono de animais; 2) Indicação nº 236: alargamento na estrada rural de Sobradinho; f) Demétrius C. Oliveira e Gladstone R. Silva: 1) Indicação nº 244: integração ao Sistema Hélios da PMMG (Muralhas Municipais). No pequeno expediente os vereadores puderam falar sobre as indicações. No grande expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre assuntos de interesse público. O Vereador Demétrius falou sobre a importância de se observar as disposições do regimento interno da Câmara; falou também sobre a necessidade das associações estarem organizadas para o recebimento de emendas. O Vereador Hedilberto pediu que esta Casa respeite os vereadores conhecidos como de oposição, sendo ele próprio e o Vereador Juscélio, ao não participarem das discussões do código tributário; disse que recebeu mensagem e não sabe quem foi o autor, chamando os vereadores que contrataram a motossom de “bobos”; pediu que as reuniões para tratar dos assuntos sejam feitas na Câmara e não na Prefeitura, porque lá recebem indiretas mas são representantes eleitos; disse respeitar a secretária de educação, mas ficou balançado quando profissionais da educação o procuram até chorando diante da demissão próxima, alguns com trinta anos de serviço. O Vereador Romeu disse que se vier algum projeto de modificação na educação, com demissão de professores, seu voto será contra. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e dezesseis minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada eletronicamente pelo Sr. Presidente; por mim, Secretária; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.



Ata de Sessão Solene da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezenove horas e trinta minutos do dia vinte e oito de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Celso Vinícius dos Santos, Demétrius Carvalho de Oliveira, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz e Romeu Moreira Batista; ausente Maria Imaculada Nunes; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Vereador Ivan Ferreira Martins, que deu abertura à sessão solene previamente designada com a finalidade de prestar homenagens às personalidades aprovadas pelo Legislativo, sob o título de cidadania honorária, cidadania benemerita, honra ao mérito e moções de aplausos, tratando-se das seguintes personalidades: Carlos Magno Ribeiro Costa – honra ao mérito político; Wagner Correia Lisboa – cidadão honorário; Paula Reis de Miranda – honra ao mérito educacional; Dr. Wendel Ferreira Martins – cidadão honorário; João Braga de Faria – honra ao mérito social; Deputada Ana Cristina de Lima Pimentel – cidadã benemerita; Maria Helena Pinto – cidadã honorária; Moções de aplausos: Hélio Correia de Oliveira Júnior – Verônica da Silva Souza – Neiva Kirry Leal - Paulo Roberto Gaudereto Alves – Reynaldo Marques de Ascensão - Banda do Ginásio – Dênis Zanetti Quintão – Fabrícia Nunes Noronha - Motoristas da Educação - Motoristas da Saúde – Nauru Mendes Martins - Yohanes Sebastian da Silva – Anselmo Senra Silva - casal Nelson Dias Moreira e Ana Maria de Oliveira Moreira - dr. Célio Alcides Amaral Domingues – dra. Ciléia Baêso Canônico Lopes - Manoel do Rosário Pereira – José Cláudio da Silva – Ovídio Homem Campos - Luiz Gonzaga Beraldo – Jorge Arrighi Condé – Maria Imaculada Nunes - Felipe Almeida de Mello – Maria Vitória Ferreira Mendes – Maria Marta de Oliveira. A deputada Ana Pimentel foi representada por seu assessor, Wellington Netto; a homenageada Paula Reis de Miranda foi representada por seus pais; a sra. Maria Imaculada Nunes foi representada por sua sobrinha, Ludmila. Foi convidado a integrar a Mesa Diretora o ilmo. sr. Vice-Prefeito, Rafael Vilela Martins. Após iniciar a sessão, o Sr. Presidente passou a palavra ao mestre de cerimônia. Houve então a execução do Hino Nacional Brasileiro. No desenvolvimento da sessão, foram colhidas as assinaturas no Livro de Honra, feita a entrega das placas alusivas às homenagens das mãos dos autores. Seguindo, os srs. Vereadores se manifestaram em congratulações com os homenageados, assim como a autoridade da Mesa de Honra. Em nome dos homenageados, conforme previamente convidados, usaram a palavra a professora Maria Isabel Reis Sá, representando a homenageada profª Paula, e o sr. Wagner Correia Lisboa. A sessão revestiu-se de um clima fraterno, com manifestações de calorosas salvas de palmas do público. Não havendo mais manifestações, o sr. Presidente encerrou a sessão, após o que houve confraternizações e cumprimentos. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte e uma horas e quinze minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.



Ata da Décima Nona Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e treze minutos do dia primeiro de dezembro de dois mil e vinte e cinco, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Celso Vinícius dos Santos, Demétrius Carvalho de Oliveira, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria Imaculada Nunes e Romeu Moreira Batista; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Ivan Ferreira Martins. Por solicitação da secretária e do suplente de secretário, por limitações físicas, esta sessão foi secretariada pelo Vereador Jorge Luís Martins Soares. Foi lida a resposta do Executivo aos Requerimentos nºs 29 e 31. Passando às proposições, seguiram tramitando: a) Projeto de Lei Complementar nº 44, dos Vereadores Juscélio Bernardino Braz e Hedilberto Teixeira: Institui desconto no pagamento de IPTU no município de Rio Pomba e dá outras providências; b) Projeto de Lei Complementar nº 45, do Vereador Juscélio Bernardino Braz: Institui o programa de incentivo e desconto no IPTU, denominado "IPTU Verde" no município de Rio Pomba; c) Projeto de Lei Complementar nº 46, da Vereadora Maria Imaculada Nunes: Altera dispositivos da Lei nº 934/94, que Institui o Código de Posturas Municipal, com relação à disposição de lixo domiciliar em prédios; d) Projeto de Lei Complementar nº 47: Institui o Código Tributário Municipal; e) Projeto de Lei nº 2.159, do Executivo: Autoriza o Poder Executivo a celebrar acordo em processos administrativos e a transacionar em processos judiciais em que o município de Rio Pomba for interessado, autor, réu ou tiver interesse jurídico na qualidade de assistente ou oponente e dá outras providências; f) Projeto de Lei nº 2.191, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Autoriza o município de Rio Pomba a conceder gratuitamente o dispositivo de monitorização de glicose por escaneamento intermitente para pessoas diagnosticadas com diabetes mellitus. Os Projetos de Leis Complementares 44 e 45, assim como o projeto de lei 2.191, estão aguardando estudo da estimativa de impacto financeiro-orçamentário solicitado pelos autores ao Executivo. O Projeto de Lei Complementar 46 aguarda a implantação da coleta de lixo seletiva. Sobre o Projeto de Lei Complementar 47, o sr. Presidente disse que está disponível no site da Câmara para conhecimento público. O sr. Presidente solicitou que as comissões deem andamento ao Projeto de Lei 2.159. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 2.228, do Executivo: Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de Rio Pomba para o exercício financeiro de 2025, inserindo-se o demonstrativo 7 – estimativa e compensação da renúncia de receita, e dá outras providências. O Vereador Demétrius comentou sobre este projeto que tem relação com o Projeto de Lei nº 2.226. Colocado em apreciação plenária, o pedido de urgência do Executivo foi aprovado por unanimidade. Presente no recinto, a assessora jurídica do Executivo, dra. Stefany Bolivar, se pronunciou. O parecer jurídico da Câmara já estava anexo ao processo. Solicitada a se manifestar, a Comissão de Finanças concluiu-se favorável ao Projeto de Lei 2.228. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei 2.228, o qual foi aprovado por unanimidade. Seguindo a pauta, foi lido o Projeto de Lei nº 2.226, do Executivo: Institui o Programa de Recuperação Fiscal do Município de Rio Pomba – REFIS 2025 e dá outras providências. A assessora jurídica do Executivo, dra. Stefany Bolivar, se pronunciou. Colocado em apreciação plenária, o pedido de urgência do Executivo foi aprovado



por unanimidade. Solicitadas a se manifestarem, as Comissões de Legislação e de Finanças concluíram-se favoráveis ao Projeto de Lei 2.226. O Vereador Demétrius mencionou situações práticas em que acontecerão os descontos. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei 2.226, o qual foi aprovado por unanimidade. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 2.227, do Executivo: Autoriza o Poder Executivo a outorgar concessão de direito real de uso de área específica no distrito industrial, nos termos da Lei nº 1.440/2013, e dá outras providências. A assessora jurídica do Executivo, dra. Stefany Bolivar, se manifestou. Os Vereadores Hedilberto, Ivan e Demétrius falaram sobre o projeto. Não havendo o pedido de urgência do Executivo, os Vereadores Hedilberto e Imaculada sugeriram a votação em caráter de urgência. Solicitadas a se manifestarem, as Comissões de Legislação, de Serviços e de Finanças concluíram-se favoráveis ao Projeto de Lei 2.227. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei 2.227, o qual foi aprovado por unanimidade. Seguindo os trabalhos, foi lida a mensagem do Projeto de Lei nº 2.229, do Executivo: Dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura do Município de Rio Pomba, e dá outras providências. O Vereador Demétrius comentou que o jurídico da Câmara aconselhou a tramitação deste projeto. Manifestaram-se sobre este projeto os advogados Stefany Bolivar, assessora do Executivo, e Pedro Diogo, assessor do Legislativo, que disse não ter havido prazo para analisar esta proposição devido à alta demanda de projetos na Casa. Os Vereadores Demétrius, Hedilberto, Celso, Jorge, Gladstone e Imaculada pediram a tramitação do projeto. O pedido de urgência do Executivo não foi votado. O sr. Presidente encaminhou o projeto às Comissões de Legislação, Educação e Finanças. Os membros Demétrius, Hedilberto, Celso, Jorge, Gladstone e Imaculada pediram a tramitação. Este projeto seguiu tramitando. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 247: instalação de totem para carregamento de celulares em espaços públicos; 2) Indicação nº 248: manutenção no calçamento da Vila Araújo; 3) Indicação nº 249: manutenção e reparos na Praça Vereador Mundico; b) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 245: solicitação de estudo, junto ao DER/MG, para melhoria do trevo de acesso às rodovias MG-265 e MG-133; 2) Indicação nº 250: realização de concurso público para profissionais de apoio e monitores no âmbito da rede municipal de ensino; 3) Indicação nº 251: ampliar carga horária de aulas de educação física na grade curricular das escolas da rede municipal; c) Maria Imaculada Nunes: 1) Indicação nº 246: instalação e substituição do atual símbolo de acessibilidade pelo novo símbolo internacional de acessibilidade. No pequeno expediente os vereadores puderam falar sobre as indicações. Às dezenove horas e trinta e sete minutos, aberto o grande expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre assuntos de interesse público. O Vereador Hedilberto falou sobre a pressão que a Presidente da Aaparp vem sofrendo diante da questão dos animais e a irregularidade do canil. Presente no recinto, a sra. Hira Lima, Presidente da Aaparp, fez um relato das dificuldades pelas quais vem passando. O Vereador Hedilberto falou sobre o projeto do código tributário e a empresa terceirizada que vem prestando serviços para a Copasa com qualidade questionável. O Vereador Demétrius falou sobre as dificuldades enfrentadas pelas entidades como a Aaparp e o asilo; falou sobre a Copasa. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e dois minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão



em Plenário e aprovada, segue assinada eletronicamente pelo Sr. Presidente; por mim, Secretária; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.



Ata da Vigésima Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e onze minutos do dia quinze de dezembro de dois mil e vinte e cinco, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Celso Vinícius dos Santos, Demétrius Carvalho de Oliveira, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria Imaculada Nunes e Romeu Moreira Batista; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Ivan Ferreira Martins. Devido às condições climáticas que interromperam a normalidade da prestação de serviço de internet nesta data e no momento desta sessão, não aconteceu a transmissão ao vivo da mesma. Posteriormente a gravação será publicada na internet. O sr. Presidente colocou em discussão e votação as atas das sessões anteriores (20/outubro, 03 e 28/novembro), as quais foram aprovadas por unanimidade. Foi lida a resposta do Executivo ao Requerimento nº 28. Passando às proposições, seguiram tramitando: a) Projeto de Lei Complementar nº 44, dos Vereadores Juscélio Bernardino Braz e Hedilberto Teixeira: Institui desconto no pagamento de IPTU no município de Rio Pomba e dá outras providências; b) Projeto de Lei Complementar nº 45, do Vereador Juscélio Bernardino Braz: Institui o programa de incentivo e desconto no IPTU, denominado "IPTU Verde" no município de Rio Pomba; c) Projeto de Lei Complementar nº 46, da Vereadora Maria Imaculada Nunes: Altera dispositivos da Lei nº 934/94, que Institui o Código de Posturas Municipal, com relação à disposição de lixo domiciliar em prédios. A seguir, passando ao Projeto de Lei Complementar nº 47: Institui o Código Tributário Municipal, foi lido o Parecer nº 40, da Comissão de Legislação. O sr. Presidente solicitou a emissão do parecer verbal pela Comissão de Finanças. Os membros Celso Vinícius e Maria Imaculada opinaram favoráveis à proposição e o Vereador Hedilberto manifestou pela emissão de parecer escrito após reunião com os membros da comissão, dada a proporção do projeto. A Vereadora Imaculada disse que o Vereador Hedilberto não veio na reunião marcada. O Vereador Hedilberto pediu respeito e disse que esteve na Câmara quinta-feira. O Vereador Demétrius comunicou que a Comissão de Legislação esteve analisando o projeto e inclusive participou das emendas. Então, foram lidas as Emendas ao Projeto de Lei Complementar nº 47, do Executivo: Institui o Código Tributário Municipal: Supressiva 01 e 02; Aditivas 01 a 03; Modificativas 01 a 03; Modificativas e aditivas 04 a 07. O Vereador Juscélio pediu vistas das emendas. Colocado em votação, o pedido de vistas foi rejeitado por 06 (seis) votos de: Demétrius Carvalho de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Maria Imaculada Nunes, Romeu Moreira Batista, Gladstone Roncalli da Silva e Celso Vinicius dos Santos; votando a favor das vistas Juscélio Bernardino Braz e Hedilberto Teixeira. O Vereador Romeu Moreira disse que não foi fácil fazer as emendas, que contaram com ajuda de diversos vereadores e assessores; disse que tem a palavra do dr. Fernando e da dra. Stefany de que alguma coisa que fugiu ao alcance das análises poderá ser revisto posteriormente. O Vereador Hedilberto disse que acompanha o pedido do Vereador Juscélio, questionou se alguém do público entendeu o que foi lido, e citou a necessidade de audiência pública para apresentar o projeto à população. Então, cada emenda foi colocada em votação, todas elas sendo aprovadas por 06 (seis) votos de: Demétrius Carvalho de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Maria Imaculada Nunes, Romeu Moreira Batista,



Gladstone Roncalli da Silva e Celso Vinicius dos Santos; votando contra as emendas os Vereadores Juscélio Bernardino Braz e Hedilberto Teixeira. Presentes no recinto, usaram a palavra para falar sobre o projeto o dr. Bráulio, assessor tributário do Executivo, e a dra. Stefany, assessora jurídica do Executivo. Houve amplo debate com os vereadores. O sr. Presidente então colocou em votação o Projeto de Lei Complementar nº 47, o qual foi aprovado por 05 (cinco) votos dos Vereadores: Jorge Luís Martins Soares, Maria Imaculada Nunes, Romeu Moreira Batista, Gladstone Roncalli da Silva e Celso Vinicius dos Santos; votando contra os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Juscélio Bernardino Braz e Hedilberto Teixeira. O Vereador Demétrius disse que a população precisa entender que algumas mudanças acontecerão, que o projeto faz justiça social, mas hoje foi contra. O Vereador Jorge disse que as emendas deram um novo escopo ao projeto, e diante de todas as explicações ele é favorável. O Vereador Romeu disse que houve muito trabalho para as emendas e foi favorável. O Vereador Gladstone disse que tinha dúvidas, mas houve um trabalho sério e competente do jurídico da Câmara que trouxe segurança jurídica. Durante o processo de votação, o Vereador Hedilberto disse que seria necessária uma participação maior da população com audiência pública; pediu vistas do projeto e uma explicação sobre a votação do regime de urgência. O sr. Presidente solicitou a manifestação do dr. Pedro Diogo, que citou o art. 202 do Regimento Interno e disse que o pedido de urgência é votado anteriormente ao projeto. O sr. Presidente indeferiu o pedido de vistas do Vereador Hedilberto. Seguindo na pauta, permaneceram tramitando: a) Projeto de Lei nº 2.159, do Executivo: Autoriza o Poder Executivo a celebrar acordo em processos administrativos e a transacionar em processos judiciais em que o município de Rio Pomba for interessado, autor, réu ou tiver interesse jurídico na qualidade de assistente ou oponente e dá outras providências; b) Projeto de Lei nº 2.191, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Autoriza o município de Rio Pomba a conceder gratuitamente o dispositivo de monitorização de glicose por escaneamento intermitente para pessoas diagnosticadas com diabetes mellitus. Seguindo os trabalhos, o sr. Presidente passou ao Projeto de Lei nº 2.229, do Executivo: Dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura do Município de Rio Pomba, e dá outras providências. O plenário dispensou a leitura devido à extensão do projeto. O sr. Presidente solicitou a manifestação verbal das Comissões de Legislação, de Educação e de Finanças. As duas primeiras opinaram favoravelmente ao projeto pela unanimidade de seus membros. O Vereador Demétrius falou sobre os objetivos do projeto como membro da Comissão de Educação. A Comissão de Finanças concluiu-se favorável ao projeto pelos membros Celso e Imaculada. Os Vereadores Romeu e Hedilberto solicitaram a manifestação da assessoria jurídica do Executivo, quando então se pronunciou a dra. Stefany Bolívar. O sr. Presidente consultou o plenário quanto ao pedido de urgência do Executivo, o qual foi aprovado por unanimidade. Após, submeteu à deliberação o Projeto de Lei nº 2.229, que foi aprovado por unanimidade. Ao votar, o Vereador Demétrius explanou sobre o projeto. Em sequência foram lidas: a) Hedilberto Teixeira: 1) Indicação nº 256: limpeza nos logradouros que menciona; 2) Indicação nº 257: manutenção do leito da Rua Francisco dos Reis Aleluia; b) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 252: disponibilização de instrutor para orientação nas academias ao ar livre do



município; 2) Indicação nº 253: instalação de barras para exercícios físicos em academias ao ar livre existentes no município; 3) Indicação nº 254: atualização do valor da feira solidária; c) Juscélio Bernardino Braz: 1) Indicação nº 255: manutenção e regularização do funcionamento da torre de retransmissão de tv. No pequeno expediente os vereadores puderam falar sobre as indicações. Às vinte horas e cinquenta e quatro minutos, aberta a ordem do dia, foi lido o Ofício nº 634 - veto do Executivo à emenda não impositiva nº 26. A dra. Stefany Bolivar se pronunciou e o autor da Emenda nº 26 manifestou apoio ao veto. Solicitada a se manifestar, a Comissão de Finanças opinou pela manutenção do veto pela opinião de seus membros, Celso Vinícius e Maria Imaculada, sendo que o Vereador Hedilberto opinou contra o veto. Colocado em votação, o veto do Executivo foi mantido por 07 (sete) votos de: Celso V. Santos, Gladstone R. Silva, Romeu M. Batista, Maria I. Nunes, Juscélio B. Braz, Demétrius C. Oliveira e Jorge Luís M. Soares; votando contrário ao veto Hedilberto Teixeira. A seguir, foi lido o Ofício nº 635 - veto do Executivo à emenda não impositiva nº 61. Colocado em votação, o veto do Executivo foi mantido por unanimidade. Solicitada a se manifestar, a Comissão de Finanças opinou pela manutenção do veto pela unanimidade de seus membros. No grande expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre assuntos de interesse público. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte e uma horas e vinte e oito minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada eletronicamente pelo Sr. Presidente; por mim, Secretária; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

